



RBSE

v. 7 · n. 21 · Dez. de 2008

ISSN 1676-8965

ÍNDICE

ARTIGOS

Robert Fuller: Uma voz nova na Sociologia [p. 384]
Thomas J. Scheff

Posicionismo: A mãe de todos os ismos [p. 406]
Robert Fuller

La emoción en el arte en la sociedad de la post-imagen
[p. 416]
Elena Morales Jiménez

*Memória da dor e do sofrimento no barroco brasileiro:
"Os Passos da Paixão" de Congonhas do Campo* [p. 426]
José Miguel Rasia

*Scale of conflicts between firms, communities, new social
movements and the role of government* [p. 476]
Josè G. Vargas-Hernández

*Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Estigmatização,
desfiliação e desterritorialização* [p. 569]
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio et al.

DOCUMENTO

La mémoire chez les vieillards et la nostalgie du passé
Maurice Halbwachs [p. 634]

A memória nos idosos e a nostalgia do passado
Maurice Halbwachs [p. 667]

RESENHAS

Luto e fotografia em Koury: Uma resenha [p. 692]
Zélia Maria Bonamigo

Por uma antropologia dos sentidos: Resenha [p.700]
Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia

Sobre os autores [p. 710]
Editor e Conselho Editorial [p. 711]
Normas para publicação [p. 712]
Expediente [p. 717]

SHEFF, Thomas J. “Robert Fuller: Uma voz nova na Sociologia”, tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 384 a 404, dezembro de 2008.
ARTIGO

Robert Fuller: Uma voz nova na Sociologia

Thomas J. Scheff

RESUMO: O trabalho de Robert W. Fuller é pouco conhecido nas ciências sociais, mas pode trazer uma contribuição importante. Em particular, a sua aproximação as noções de posicionismo ou abuso de posição e de dignidade podem ajudar a desenvolver a teoria social esclarecendo o significado de alienação e de solidariedade, os pólos gêmeos da integração social. Seu tratamento da dignidade e da humilhação é paralelo exatamente a preocupação central de Goffman com o trabalho da face, mas é muito mais esclarecedor e mais direto. Ao contrário de Goffman que tem o único foco na interação social, Fuller aplica igualmente aos mundos micro e macro. Por

este motivo, pode ser inspirador a pesquisa sobre as fontes de desigualdades e de conflito, a níveis interpessoais e coletivos. Finalmente, desde Fuller a linguagem é facilmente compreendida, e pode ajudar no desenvolvimento de uma Sociologia pública.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade, Humilhação, Desigualdade, Violência, Integração Social, Alienação da Solidariedade.

ABSTRACT: The work of Robert W. Fuller is hardly known in the social sciences, but it may make an important contribution. In particular, his approach to rankism and dignity may further develop social theory by clarifying the meaning of alienation and solidarity, the twin poles of social integration. His treatment of dignity and humiliation exactly parallels Goffman's central concern with facework, but is much clearer and more direct. Unlike Goffman's sole focus on social interaction, Fuller applies equally to the micro and macro worlds. For this reason, it can be inspire research on the sources of inequalities and of conflict, both at the interpersonal and collective levels. Finally, since Fuller's language is easily understood, it may help in the development of a public sociology

KEYWORDS: Dignity, Humiliation, Inequality, Violence, Social Integration, Solidarity Alienation.

O trabalho de Robert W. Fuller é pouco conhecido nas ciências sociais, mas pode vir a trazer uma contribuição importante. Em particular, o seu enfoque sobre as noções de *posicionismo* [rankism] ou abuso de posição e de dignidade podem ajudar a desenvolver a teoria social esclarecendo o significado de alienação e de solidariedade, os pólos gêmeos da integração social. Seu tratamento da dignidade e da humilhação é paralelo exatamente a preocupação central de Goffman com o trabalho da face [*facework*], mas é muito mais esclarecedor e mais direto. Ao contrário de Goffman que tem o único foco na interação social, Fuller aplica igualmente aos mundos micro e macro. Por este motivo, pode ser inspirador a pesquisa sobre as fontes de desigualdades e de conflito, a níveis interpessoais e coletivos. Finalmente, desde Fuller a linguagem é facilmente compreendida, e

pode ajudar no desenvolvimento de uma Sociologia pública.

Em seus primeiros escritos (1844), Marx sugeriu que a necessidade humana, a mais básica como espécie, fosse a *conexão* com outros seres humanos. Ele procurou discutir a alienação dos meios de produção, de outros e de si mesmo (Tucker, 1978, pp. 133 a 144). Em seus últimos escritos, Marx clarificou o que entendia por alienação dos meios. Mas não esclareceu o que compreendia por alienação do *self* e do outro. Nem ofereceu uma definição adicional do ser não alienado (em conexão ou solidariedade).

As primeiras obras de Marx insinuaram que a condição humana tem duas dimensões básicas: posição (*rank*) e poder, de um lado, e, do outro, integração social: solidariedade/alienação. Sugeriu que a alienação é uma característica estrutural do capitalismo, e que a solidariedade seria uma característica estrutural do socialismo. Em seus últimos trabalhos, entretanto, ficou limitado à primeira dimensão, poder e classe em economias políticas. Desde então, estudiosos têm tentado incluir a integração social em seu

campo de atividade, mas com resultados desiguais.

Há uma plethora de termos que referem ao estar em conexão: união dos indivíduos em uma entidade, tal como a intersubjetividade, consciência mútua ou compartilhada, atenção comum, união enfática, harmonia e muitos outros. Buber usou o termo Eu-Tu [I-Thou]. Goffman lutou com este problema na maior parte de sua carreira. Algumas de suas tentativas foram meras metáforas, tais como "união mística". Ele igualmente ensaiou o foco comum da atenção, da consciência mútua, do fundamento, e em sua última tentativa, da co-presença. Os acadêmicos não resolveram ainda o problema da terminologia para uso comum, e muito menos um termo que poderia ser compreendido pelo público como um todo.

O termo alienação pode ser ligeiramente menos desconcertante, mas ainda se encontra cercado igualmente por uma dificuldade grave. A maioria dos usuários não fornece uma definição. Entre aqueles que o fazem, há pouca sobreposição; cada um é mais ou menos original. Embora haja vasta literatura sobre

alienação e sobre solidariedade, o significado destes termos é ainda obscuro.

Estas dificuldades parecem crescer fora do individualismo que é a marca das sociedades modernas. A linguagem das sociedades tradicionais centra sua atenção para os relacionamentos sociais antes que para os individuais. As sociedades modernas escaparam desta falha, mas gerou seu oposto, uma linguagem que é inepta sobre relacionamentos.

A luta pela dignidade

O enfoque de Robert Fuller, ao que ele chama de *posicionismo* e para a dignidade pode ser uma primeira etapa para uma linguagem igualmente aplicável aos indivíduos e aos relacionamentos sociais. Tem a grande vantagem de ser mostrada tão claramente que qualquer um pode a compreender. É baseada em duas dicotomias: a dignidade-humilhação, e legitimidade versus o uso abusivo de *posição*, que ele chama de *posicionismo* (Fuller, 2003, 2006 e 2008). O trabalho de Lindner (2006) é baseado igualmente na dicotomia da dignidade-humilhação, mas não inclui o conceito de

posicionismo. Como serão discutidos abaixo, estes conceitos são necessários para distinguir entre dois tipos diferentes de aceitação mútua: a solidariedade e a *submersão da própria personalidade* [engulfment].

A análise de Fuller sobre a dignidade e a humilhação é paralela ao que acredito ser a linha principal do trabalho de Goffman (Scheff, 2006). Quase todos os escritos de Goffman envolvem uma exploração da "face" e o "trabalho da face" [facework], de como os povos usam a gerência da impressão para salvar a face. A análise de Fuller do esforço para a dignidade paraleliza o conceito de gerência da impressão de Goffman e o conceito de humilhação de Fuller é equivalente ao conceito de embaraço de Goffman. Embora Fuller mencione dois estudos de Goffman (Fuller, 2003, p. 161), ele parece ter desenvolvido seu caminho de forma independente.

¹ - *Engulfment* é a sensação de *afoçamento* ou de *submersão*. É o medo de perder o próprio ser pela absorção em outra pessoa, levando ao isolamento, de acordo com a definição de R.D.Laing em seu livro *The divided self: An existential study in sanity and madness* (Harmondsworth, Penguin, 1965) (Nota do Tradutor).

A análise de Fuller começa com o sentimento subjetivo de ser um "ninguém" ou um "alguém". Certamente esta idéia surgiu por causa do trajeto extraordinário de sua própria vida. Quando sua carreira começou, ele era definitivamente um alguém: primeiramente, um físico da Universidade de Columbia, então decano da faculdade no Trinity College, e presidente de sua *alma mater*, o Oberlin College. Durante o seu período como administrador, Fuller perdeu sua aproximação com a física, e após ter deixado Oberlin, ajudou a definir e construir um movimento novo de cidadão diplomata durante a guerra fria. Ajudou a organizar e presidiu o conselho de administração da *Internews*, devotado a avaliar estereótipos da guerra fria em ambos os lados.

Com o fim da guerra fria e o colapso da URSS, Fuller olhou para trás em sua carreira e realizou que tinha se movido para cima e para baixo, entre ser um alguém e um ninguém, de presidente de um College importante para um cidadão diplomata não associado. Quis saber se suas próprias respostas ao seu passeio na montanha russa do *status* tiveram algum significado geral. Ocorreu-lhe que mesmo nas

extremas formas, este tipo de rotação poderia ser de ocorrência freqüente para qualquer um.

Por exemplo, nas relações íntimas, o cair dentro e fora das graças com os nossos mais próximos e mais queridos pode ser uma experiência similar: veja, por exemplo, o tratamento de Fuller sobre os relacionamentos pais-crianças (Fuller, 2003, pp. 110 a 113). Às vezes estes deslocamentos são óbvios, mas, freqüentemente, podem ser baseados somente em mudanças sutis nos modos e nos gestos. O primeiro livro de Fuller (2003) sobre este assunto começa com a idéia que nós todos nos movemos para frente e para trás entre sentimentos de ser alguém e de ser ninguém, para cima, para baixo e ao redor.

O segundo passo de Fuller é o de nomear os sentimentos mais gerais que são associados com os específicos de *ser alguém* ou de *ser ninguém*. a dignidade é associada com o ser alguém, e a indignação com o ser ninguém. Como já indicado, esta etapa paraleliza exatamente com Goffman: o salvar a face mantém a própria dignidade, e perdê-la pode conduzir à humilhação. Para Goffman e Fuller cada pessoa encontra-se em luta permanente para manter as

suas faces/dignidade, mas a gerência da impressão frequentemente falha, conduzindo ao embaraço ou à humilhação. Ambos os autores concedem que uma pessoa possa igualmente tentar controlar suas impressões não somente para si próprio, mas igualmente para a dignidade de outro. Esta providência parece ser importante na aplicação prática para uma política da dignidade.

O seguinte passo e o final no modelo de Fuller é a distinção que faz entre a *posição* e *posicionismo*. O *posicionismo* não compreende a *posição* por si mesma, mas, somente, o abuso de *posição*. Alguns sistemas de *posição* são inerentemente arbitrários e conseqüentemente abusivos: branco sobre negro, macho sobre fêmea, hetero sobre homossexual, cristão sobre muçulmanos, uma nação sobre outra, e assim por diante. Mas mesmo as hierarquias legítimas, tais como aquelas encontradas nas organizações, são frequentemente abusivas; se não em princípio, então, na prática. O *posicionismo* é o abuso do poder na *posição* ocupada ou *rank* (no vernáculo, “incensando a *posição*”), antes que de apenas ser leal e justo. É somente um auto-serviço egoísta mais do que um serviço para

ambos: o *self* e o outro. Desigualdade e violência

Uma das vantagens do enfoque de Fuller é que ele fornece uma solução sociológica distintiva ao problema da desigualdade. Isto é, ele não concerne *posição* econômica ou hierarquia política diretamente, mas dignidade e o seu oposto, humilhação. A idéia do uso legítimo e abusivo da *posição* revela ser igualmente importante para distinguir dois tipos diferentes de pessoas, de uma verdadeira e de uma falsa solidariedade. Esta distinção, como será sugerida abaixo, pode ajudar a resolver um problema que provavelmente não possa ser compreendido estritamente em termos econômicos ou políticos: o conflito gratuito e/ou interminável.

A análise de Fuller sobre a desigualdade começa com o que ele chama de micro-desigualdades, a retenção da dignidade de uma pessoa por outra. No trabalho, se o patrão interrompe continuamente conversações com você para atender chamadas de telefone, isto causa uma ligeira, uma pequena indignação. Mas tal acontecimento ligeiro adiciona. Se ele é

freqüente, você pôde sentir-se como um ninguém. O patrão pode não pretendê-lo, mas ser consistentemente e constantemente desrespeitado é humilhação.

Goffman preocupou-se somente com a interação face a face, mas Fuller estende o processo da dignidade/humilhação até o problema tradicional das macro-desigualdades entre grupos. Todos os contatos entre pessoas e entre grupos têm um efeito na transação: mantém-se, é reforçado, ou interrompido. Ajudando a outra pessoa ou grupo sua dignidade mantém a ligação existente ou a reforça. O *posicionismo* a interrompe. Não há nenhuma exceção: o contato não pode ocorrer sem afetar a trama. As ligações seguras conduzem à cooperação, interrompidas levam ao conflito. Quando a transação é inteiramente quebrada pelo *posicionismo*, como é freqüentemente o caso, os outros da relação podem se transformar em meros objetos.

O enfoque de Fuller é poderoso em diversas maneiras diferentes. É aplicável a muitos campos aparentemente diferentes: raça, relações inter-étnicas e inter-nação, gênero, orientação sexual, classe social, e assim por diante. O

posicionismo é o termo geral para todos estes tipos diferentes de abuso.

O ponto de vista de Fuller igualmente implica em uma teoria que possa explicar o conflito gratuito e/ou ilimitado entre indivíduos e entre grupos. Por exemplo, o ataque sérvio aos muçulmanos na Bósnia nos anos de 1990 pode ser rastreado a partir de uma derrota ancestral dos sérvios por centenas de Muçulmanos Turcos. Os sérvios assimilaram esta derrota antiga como uma humilhação, e abrigaram a vingança até que esta se tornou possível.

Similarmente, a França planejou por muitos anos recuperar a sua honra (leia-se dignidade) após a derrota na guerra Franco-Prussiana em 1871, e Hitler ganhou apoio dos povos alemães prometendo recuperar a honra que perderam na derrota em 1918 (Lindner 2006; Scheff 1994). Humilhação gera humilhação, e ela pode golpear profundamente. A dignidade/estrutura da humilhação parece alcançar o núcleo mesmo da conduta humana.

Definindo a integração social

O enfoque de Fuller implica igualmente em um trajeto original no estudo da integração social. Sentir-se como um alguém ou um ninguém pode ser usado como um indicador subjetivo. O sentimento de ser alguém pode ser tomado como um sinal da aceitação mútua, tendo uma identidade que é aceita inteiramente pelo outro. Uma complicação no trajeto para a solidariedade será discutida abaixo. O sentimento de ser ninguém, entretanto, pode ser tomado como um sinal direto da alienação, da rejeição pelo outro. Este uso pode ser uma etapa preliminar para o esclarecimento da teoria da integração social.

Há uma dificuldade, que Fuller não endereça diretamente, em ver a solidariedade/alienação como uma simples dicotomia, contudo, a sua idéia de *posicionismo* a prevê. Muitos autores notaram que a aceitação mútua ocorre em duas formas diferentes, uma das quais não é a da solidariedade verdadeira.

Há uma forma de aceitação mútua que é referida às vezes como solidariedade, mas tem somente sua aparência externa. Esta forma sugere uma ou

ambas as partes que abandonam os componentes essenciais da sua própria identidade a fim de ser completamente fiéis ao relacionamento. O casamento tradicional é um exemplo; a esposa subordina suas próprias necessidades e opiniões àquelas de seu marido. Na teoria dos sistemas familiares (Bowen e Kerr, 1988), esta forma de relacionamento é referida como uma ligação fundida ou submersa [*engulfment*].

O relacionamento oposto, no qual uma das partes subordina as necessidades do(s) outro(s) para a sua própria, é considerado como isolação. Em uma trama segura, ambas as partes dão o valor igual a suas próprias necessidades e pontos de vista e àquelas do outro, nem mais, e nem menos. Elias (1987) construiu a mesma divisão: chamou de solidariedade interdependente, sendo ela nem dependente (submersa) nem independente (isolada). Note que o conceito de submersão [*engulfment*] desenvolve a idéia de alienação a partir do *self* que Marx mencionou sem, contudo, explicar o seu significado.

A idéia de *posicionismo* de Fuller é relevante à introdução da submersão da personalidade como uma falsa solidariedade. Todas as formas de

aceitação mútua que são baseados no *posicionismo*, o menosprezo arbitrário de outra pessoa ou grupo, não são formas de solidariedade verdadeira, mas de *submersão da personalidade*. A aceitação mútua dos brancos porque não são negros, ou dos gentis² porque não são judeus, dos machos porque não são mulheres, são exemplos.

A distinção entre a isolação e a submersão sugere que a alienação ocorre em duas formas opostas: a alienação a partir de outro (isolação) e a partir do *self*, (submersão). Esta idéia exige igualmente que uma trama segura (solidariedade) mantenha um equilíbrio entre o *self* e o outro: um se identifica com as necessidades e o ponto de vista do outro, tanto quanto consigo mesmo, e só.

O amor genuíno pode ser definido como um tipo de solidariedade (Scheff, 2006, Cap. 6). Robert Solomon em seus últimos trabalhos escreveu: "... o amor [é] identidade compartilhada, uma

² - O termo *Gentil* se refere, na Bíblia, às nações ou tribos não israelitas [Nota do tradutor].

redefinição do *self*.. Duas pessoas em uma sociedade com um sentido extraordinário da identidade individual [encontra] seu caminho em um relacionamento que possa já não ser compreendido como uma mera junção dos dois, mas somente como UM complexo” (1981; veja também, 1994, pp. 234 a 238).

Este tipo de definição do amor como uma unidade pode ser encontrado na poesia e na canção da maioria das culturas do mundo, e em muitos autores. Mas como Solomon, estes retratos geralmente não incluem o equilíbrio entre o demasiado distante (isolação) e o demasiado perto (submersão), como explicado acima. Uma exceção pode ser vista no psiquiatra social H. S. Sullivan (1945) que sugeriu que o amor envolvesse a avaliação do outro tanto quanto do *self*.

É importante distinguir entre a solidariedade verdadeira e a falsa, desde que as ciências sociais e a linguagem ordinária os confundem freqüentemente. A maioria dos estudiosos ocidentais que comparam as sociedades asiáticas com as do ocidente idealizou a isolação e o individualismo ocidentais os confundindo com a

solidariedade baseada nos resultados racionais (a descrição de Durkheim da solidariedade orgânica), como Markus e Kitayama (1991) apontaram. Mas parece provavelmente que cometeram um erro igual e oposto, idealizaram as sociedades asiáticas (baseadas na unidade) por confundir submersão com solidariedade.

Um exemplo deste uso na linguagem ordinária pode ser encontrado no estudo de Norwood (1985) sobre mulheres abusadas. Muitas delas relataram que permaneceram com seus maridos porque os amavam demasiado para os largarem. Sua linguagem confunde o conceito de *submersão*, neste caso, a dependência passiva, com o amor genuíno, uma solidariedade verdadeira. O enfoque dado por Fuller evita esta prática.

Conclusão

A política de dignidade de Fuller fornece um novo enfoque para definir os pólos da integração social: alienação e solidariedade. Igualmente sugere uma teoria acessível da causa de dois processos complexos: as correntes causais que conduzem às desigualdades e à violência, nos

níveis interpessoais e de grupo. Ao contrário de muitas teorias sociais abstratas, o trabalho de Fuller é escrito de modo tão claro que pode ajudar a resolver *nós teóricos*, e pode igualmente ser testado empiricamente. Na medida em que é constante, pode ser aplicado e ajudar a resolver os problemas do mundo real. O trabalho de Fuller tem a vantagem adicional de ser enunciado na linguagem ordinária, de modo que pode ser compreendido pelo público. É alentador pensar que aprender a ser ciente e útil com a dignidade dos indivíduos e dos grupos possa fornecer uma abertura para a cooperação e para a paz baseada na dignidade e na justiça para todos.

Referências

BOWEN, M. and M. Kerr.(1988). *Family Evaluation*. New York, Norton.

BUBER, M. (1958). *I-Thou*. New York, Scribners.

- ELIAS, Norbert. (1987). *Involvement and Detachment*. Oxford, Blackwell. Press.
- FULLER, Robert. (2003). *Somebodies and Nobodies*. Gabriola Island, Canada, New Society Publishers
- FULLER, Robert. (2006). *All Rise*. San Francisco, Berrett-Koehler Publishers.
- FULLER, Robert and Pamela A. Gerloff.(2008). *Dignity for All*. San Francisco, Berrett-Koehler Publishers.
- LINDNER, Evelin. *Humiliation and Human Dignity Group*, <http://www.humiliationstudies.org>
- LINDNER, Evelin (2006). *Making Enemies: Humiliation in International Conflict*. Portsmouth, NH, Green Wood.
- MARKUS, H. & S. Kitayama (1991). "Culture and the self". *Psychological Review*, n. 98, pp. 224 a 253.
- NORWOOD, Robin. (1985). *Women Who Love too Much*. New York, Pocket Books.
- SCHEFF, Thomas. (2006). *Goffman Unbound: A New Paradigm for Social Science*. Boulder, Paradigm Publishers.
- SOLOMON, Robert. (1981). *Love: Emotion, Myth, and Metaphor*. Garden City, N.Y, Anchor Press/Doubleday.
- SOLOMON, Robert. (1994). *About Love: Re-inventing Romance for our Times*. Lanham, Md., Littlefield Adams.

SULLIVAN, Harry S. (1945). *Conceptions of Modern Psychiatry*. Washington, D.C., W. A. White Foundation.

TUCKER, R. C. (1978). *The Marx-Engels Reader*. New York, W.W. Norton 2682.

[Tradução de ***Mauro Guilherme Pinheiro KOURY***]

FULLER, Robert. “Posicionismo: A mãe de todos os ismos”. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury, *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 406 a 415, dezembro de 2008. **ARTIGO**

Posicionismo: A mãe de todos os ismos*

Robert Fuller

RESUMO: O posicionismo é abuso do poder inerente às posições. Abrange os *ísmos* familiares da política da identidade. O posicionismo dá nome a muitas maneiras em que as pessoas colocam os outros para baixo e os mantêm lá, e assim podem mais facilmente ser usada a vantagem dos suportes das posições elevadas.

PALAVRAS-CHAVE: Posição; Posicionismo; Humilhação.

ABSTRACT: Rankism is abuse of the power inherent in rank. It encompasses the familiar *isms* of identity politics. Rankism gives a name to the many ways in which people put others down and keep them there so they may more

* - Publicado pela primeira vez no site: <http://knol.google.com/k/robert-fuller>, reprodução autorizada pelo autor.

easily be used to the advantage of holders of high rank.

KEYWORDS: Rank; Rankism; Humiliation.

Todos os discriminados com base em sua raça unem-se contra o “racismo.” As mulheres apontam o “sexismo”, e as pessoas idosas tomaram visam o “velhismo.” Pela analogia, o termo “*posicionismo*” [rankism] denota os abusos de poder associados com a *posição* [rank]. A cunhagem “posicionismo” é relacionada aos coloquialismos da linguagem cotidiana “incensando a posição” de alguém e “classificando” alguém, ambos testemunham a importância do sinal *posição* nas interações humanas. É importante igualmente notar que no inglês o adjetivo “rank” tem o significado de sujo, fétido, ou putrefato, e o verbo “to rankle” significa causar ressentimento ou amargura. Embora não haja nenhum relacionamento etimológico entre estes usos e “rank” no sentido da posição em uma hierarquia, cabe informar que a palavra “rankism” associa-se e seu som é assemelhado ao mau odor.

A posição pode se referir geralmente à posição na sociedade (posição social) ou a posição em um contexto mais estreitamente definido (por exemplo, uma organização ou a família). Assim

o posicionismo ocorre não apenas entre e dentro dos grupos sociais familiares da identidade, mas nas escolas, nos negócios, nas organizações dos cuidados médicos, nas instituições religiosas, nas forças armadas, e também nas burocracias governamentais. Certamente, desde que a maioria de organizações é hierárquica e as hierarquias são construídas em torno das gradações do poder, não é nenhuma surpresa que elas são campos de cultivo para o abuso baseado em posições.

Os exemplos de posicionismo da vida quotidiana incluem um patrão que molesta um empregado, um doutor que ofende uma enfermeira, um professor que explora um estudante, e os estudantes que se tiranizam uns aos outros. No interior da escala social são construídas histórias de corrupção política e corporativa, de abusos sexuais por membros dos cleros, e do mau tratamento das pessoas idosas nos lares de idosos.

As fotos da humilhação de prisioneiros iraquianos por seus guardas forneceram ao mundo inteiro um olhar da face arrogante do posicionismo. O furacão Katrina tornou visíveis

as suas vítimas mais comuns. Os ricos e os conectados foram retirados de Nova Orleans antes da tragédia. Os pobres, os doentes, os prisioneiros, as pessoas idosas, e aquelas que por falta dos meios de transporte ficaram presas pela fúria da natureza e despontaram no lidar com seus próprios meios durante os dias de inércia dos oficiais e agências do governo.

Além do seu universalismo, o posicionismo difere dos abusos baseados em uma circunscrição familiar porque a *posição* não é fixada da maneira que a raça e o gênero geralmente são, mas muda um pouco dependendo do contexto. Por exemplo, alguém pode possuir uma posição elevada em uma dada situação (por exemplo, em casa) e simultaneamente ocupar uma baixa posição em outro caso (no trabalho, por exemplo). Do mesmo modo, podemos nos sentir poderosos e, ao mesmo tempo, impotentes em outros, como quando passamos da infância para a idade adulta e então de nossa “melhor idade” para a idade avançada, ou quando nós experimentamos a perda de um trabalho, de um sócio, ou de nossa saúde. Em consequência, a maioria de nós foram

vítimas e autores da discriminação baseados na posição.

Em resumo, o *posicionismo* ocorre quando alguém com autoridade usa o poder de sua posição para fixar vantagens despropositadas ou benefícios para si próprio a expensas de outro. É o uso ilegítimo da *posição* e, igualmente, o uso da posição ilegitimamente adquirido ou apropriado. Os *ismos* familiares são todos exemplos desta última forma. São baseados na construção e na manutenção das diferenças nas posições sociais que violam garantias constitucionais de proteção igual para todos sob a lei.

O relacionamento entre o *posicionismo* e os *ismos* específicos apontados pela política da identidade pode ser comparado àquele entre o câncer e as suas subespécies. Por séculos o grupo de doenças que são agora vistas como variedades de câncer foram antes consideradas como doenças distintas. Ninguém observou que o pulmão, o peito, e outros tipos de câncer em órgãos específicos, todos, tiveram suas origens em um tipo similar do mau funcionamento celular.

Nesta metáfora, o racismo, o sexismo, a homofobia, e outras variedades de preconceito são análogas aos tipos específicos de câncer e o *posicionismo* é a doença geral análoga em-si ao câncer. Os *ísmos* familiares são subespécies do *posicionismo*. Justo como a medicina, que se encontra agora explorando grandes estratégias que serão aplicáveis a todos os tipos de câncer, pode ser a hora, também, de levantar nossas vistas e de atacar o *posicionismo em si mesmo* antes que centrar-se sobre suas variedades individuais uma a uma.

Os retornos de diminuição e a folga imediata estão ameaçando os avanços duramente conseguidos dos direitos civis firme estabelecidos e dos movimentos de mulheres assim como o movimento de pessoas com deficiência. A desunião inerente na política da identidade sugere que para terminar a erradicação dos *ísmos* familiares, nós tenhamos que incluir todos – os alguéns e os ninguéns como semelhantes - e reorientar nosso ataque ao *posicionismo* que nos aflige a todos.

A *posição* e o *posicionismo* são freqüentemente confusos, e diferenciá-lo é crucial. A menos que

a *posição* seja inerentemente ilegítima – como, por exemplo, as classificações sociais que tornaram cidadãos de segunda categoria em vários grupos identitários - então o problema não é a *posição* por si mesma, mas o abuso da *posição*, ou *posicionismo*. Esta distinção vai ao coração de muitos dos mais vexatórios episódios que surgiram em nossas vidas pessoais, na sociedade, e na política nacional.

A confusão ocorre porque a *posição* é comumente mal empregada que muitas pessoas concluem equivocadamente que o único remédio é extingui-las. Isto faz tanto sentido quanto o esforço de resolver os problemas raciais eliminando todas as raças, exceto uma, ou abordando casos de gênero, eliminando um gênero. Ignorando as diferenças na aptidão, na habilidade, e no desempenho, a tentativa de erradicar as diferenças de *posição* que as refletem falhou repetidamente por todos aqueles que a tentaram. Os “levelers” no século XVII na Grã-Bretanha³, os socialistas no século XIX na

³ - Os *Levelers* ou *Niveladores* eram soldados e artesões que defendiam a igualdade de tratamento entre oficiais e praças, a liberdade religiosa, o voto universal e a igualdade social, política e jurídica. Podem ser

Europa, e os comunistas do todo o século XX, todos, decepcionaram as suas bases. E quando as ideologias igualitárias prevaleceram suas lideranças, tipicamente, impuseram tiranias piores do que as que elas substituíram.

Abolir as distinções de *posição* que facilitam a cooperação pode igualmente enfraquecer uma sociedade ao ponto de se tornar vulnerável aos inimigos existentes ou se novos convivas. A história sugere que os modelos políticos e sociais que tentaram eliminar as *posições* em geral são despretensiosamente utópicos e aquelas sociedades que os adotaram correu o risco de uma catástrofe. Como Chateaubriand, estadista francês de século XIX notou: a “igualdade e o despotismo têm conexões secretas.”

Quando ganha de forma legítima e usada corretamente, uma *posição* é uma ferramenta organizacional importante – e freqüentemente indispensável - para realizar objetivos do grupo.

considerados os primeiros teóricos do liberalismo clássico
[Nota do Tradutor].

A *posição* mais central serve para alcançar e realizar missões da organização - por exemplo, entre os militares - o mais crítico é distingui-lo do *posicionismo* e honrar o anterior ao eliminar os últimos. Nem todas as afirmações de *posição* é *posicionismo* - apenas aquelas que colocam a dignidade do mais alto por cima das daqueles que os servem.

Nós de forma justa admiramos e amamos as autoridades - país, professores, patrões, líderes políticos e outros - que assimilam as suas *posições* e usam o poder que as acompanham de uma maneira exemplar. Aceitar sua liderança não envolve nenhuma perda de respeito pessoal ou de oportunidade da parte dos subordinados. É quando as pessoas abusam do seu poder para aviltar ou para prejudicar outros é que excedem e as sementes da indignação são, então, semeadas. Com o tempo, indignação chama indignação e sofrimento, e as vítimas podem ser levadas ao sentimento e a sede de vingança. As conseqüências podem variar de caminhos relativamente benignos até ao genocídio.

[Tradução de ***Mauro Guilherme Pinheiro Koury***]

JIMÉNEZ, Elena Morales. “La emoción en el arte en la sociedad de la post-imagen”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 416 a 425, dezembro de 2008. **ARTIGO**

La emoción en el arte en la sociedad de la post-imagen

Elena Morales Jiménez

RESUMO: Frente à emoção da arte tradicional expressa por meios figurativos e da narrativa, o artista do princípio do século XX, pertencendo a uma sociedade midiaticizada, se confronta com um fenômeno novo, “o desgaste da imagem”, razão pela qual terá que inventar emoções novas, em função do social. Uma atitude formal, crítica interna da língua artística, e uma crítica à parcialidade da língua, serão os dois pontos de partida diferentes dos artistas para constituir estas novas emoções. Levantando e indicando sobre seus quadros novas confrontações entre as linguagens artísticas, os artistas provocarão perguntas, abrem abismos, permitindo que se construa uma verdadeira problemática, e como consequência, as primeiras linhas de um saber. Desta

maneira, a arte ocupará um lugar ao lado das ciências.

PALAVRAS-CHAVES: Emoção, imagem, meios de comunicação.

ABSTRACT: Against the emotion of traditional art expressed by figurative and narrative means, the artist of the XX century, belonging to a mediated society, must confront a new phenomenon till be “the wearing down of image”, reason why it will have to invent new emotions, in social function. A formal attitude, critical intern of the artistic language, and a critic to the bias of the language, will be the two different points of departure from the artists to constitute these new emotions. Raising and indicating on their pictures new confrontations between the artistic languages, the artists will provoke questions and open abysses, permitting can a true problem, so the first lines of knowledge being construed. In this way, arte will occupy a place next to sciences.

KEYWORDS: Emotion, Image, Mass Media.

El propósito de este artículo es analizar los nuevos planteamientos de los artistas de las primeras décadas del siglo XX en relación a la búsqueda de nuevas fuentes de emoción artística en nuestra sociedad mediatizada. Me centro principalmente en las argumentaciones que tuvieron lugar en el encuentro de Sociología de Arte de Grenoble, en 1994, reflejadas en «Le texte, l'oeuvre, l'emotion» y principalmente en Leenhardt, uno de sus participantes. «El desgaste de la imagen» fue un fenómeno nuevo, al que tuvieron que confrontarse los artistas de principio de siglo. El mundo retiniano estaba saturado por la multiplicación hacia el infinito de imágenes difundidas por los medios de comunicación, multiplicación posibilitada por las técnicas modernas de reproducción; primero el cromó, después la carta postal, las revistas, la fotografía y el cine. Marcel Duchamp, fue el primero en ser consciente de este hecho. Toda tentativa de la imagen, toda voluntad de figuración del mundo (o de los sentimientos) se perfilaban necesariamente sobre el horizonte de una masa insondable de imágenes y de representaciones visuales. Si debía haber todavía «emoción», es decir «arte», sería necesario que

éste pasara por otras modalidades. Si la poesía y la pintura debían seguir siendo poéticas habría que inventar una nueva poética.

El artista ya no podía volver a la simple expresión de su subjetividad con la ayuda de medios tradicionales: la figuración y la narración. Los artistas solamente podían justificar sus actividades en los márgenes de sistemas simbólicos, con la condición de inventar nuevas emociones, ganando así la autonomía de constituir su actividad en función social.

En una sociedad en proceso de evolución permanente en cuanto a sus técnicas y sus relaciones sociales, los artistas debían renovar las formas de la sensibilidad. En esta coyuntura socio-artística surgieron dos grandes líneas, productores o elaboradores de nuevas emociones. La primera reúne a un grupo muy numeroso dentro del amplio movimiento de las vanguardias, que proponían una crítica interna de su lenguaje. Era urgente para los artistas salvar el instrumento de su trabajo y su legitimidad, en un momento en que los lenguajes artísticos perdían su virginidad de pretender

exclusivamente a fines artísticos, al ser apoderados y manipulados por otros ámbitos como la propaganda y la publicidad. Se desarrolló una analítica de la pintura o de la lengua: las ciencias semióticas, que constituían verdaderos saberes del lenguaje.

Los artistas del primer grupo, siendo defensores del arte vivo, prestaron atención sucesivamente sobre cada una de los constituyentes de la visualidad. Repasando todas las características formales de las diferentes vanguardias del siglo, encontramos el acento puesto alternativamente sobre: la materia, la forma, el color, el formato, el soporte, el gesto, el ángulo, el volumen, el círculo, el contraste, el encuadre, la superficie, la unicidad, el número, etc. Por formal que fuera esta actitud, y unido a lo que podríamos llamar el «proceso de academización», esta tendencia profunda del arte moderno produjo nuevas emociones.

La otra gran línea consistió en una crítica a la arbitrariedad del lenguaje, frente a la focalización a veces obsesiva, sobre los distintos aspectos constituyentes de la colectividad artística. La apuesta fue esta vez de relanzar la

fuerza poética de las lenguas, no por una toma de consciencia de su funcionamiento interno, sino por el empleo más o menos controlado de una fuerza venida de otro lenguaje, teniendo también vocación a decir o a mostrar.

Así hacia 1925, Miró integra, texto e imagen, en un mismo espacio visual. Cada tipo de lenguaje es a la vez un medio de expresión y crítica del otro. El dispositivo se apoya sobre la ambivalencia del lenguaje, que predica «ser lo que no es», de la misma manera que la imagen da la presencia, en ausencia misma de la cosa representada. En el famoso cuadro «Ceci est la couleur de mes Réves» (Este es el color de mis sueños) constituido por una mancha azul, las palabras «ceci est la couleur de mes Réves» y en la izquierda a lo alto otra palabra, «photo» permite que entre en el registro de la memoria visual, como permanencia, unas estructuras perceptivas visuales.

Esta memoria está presente como recuerdo y ausencia, como contenido de memoria y revive a su alrededor, el código social vivido pasado, y por tanto retenido, presente/ausente. Influye la dimensión temporal de la percepción, su

duración y los juegos del olvido y del recuerdo sobre los que se construye la emoción. Este proyecto integra y sobrepasa al de Magritte, por los mismos años.

Magritte produce ambigüedades de la emoción fundamentadas sobre la duda, mediante trampas conceptuales, a través de la arbitrariedad simbólica de la letra y la imagen, como en «Ceci n'est pas une pipe» (Esto no es una pipa).

Lo que le interesa a Magritte es el funcionamiento de la imagen, no su sentido. Para él los problemas comienzan y se detienen en los enunciados, presenta posiciones correctas e irreprochables pero nunca soluciones. Su arte inaugura una verdadera pintura de la imagen ordinaria, no muestra o expresa nada, sino que inventa lo que ya sabemos. Pero fuera de la utilización del suspense de poderes en general de los lenguajes humanos, suspense que en el caso de Magritte, parece ser un fin en sí para constituir una crítica de la lógica, y por tanto devastadora de las lenguas, otros artistas han intentado sobrepasar este vigor de alguna manera dadaísta de Magritte, para explorar los

pasajes que una determinada situación descubriría.

En lugar de manifestar la autodestrucción que la confrontación de lenguajes hacía evidente, Miró, Max Ernest o incluso Duchamp parten de la hipótesis de que saberes dinámicos, situados en la transición de las lenguas, no son susceptibles de dar cuenta experiencias en los cuales las características relevan una modernidad que organizan de manera inédita lo vivido contemporáneo. Duchamp construye emociones intelectuales, manipulando mitos fundamentados en segundo grado, como cuando otorga el título «La Mariée mise á nu par ses célibataires, même»: La novia puesta al desnudo por sus solteros, mismamente (o incluso) a una extraña pieza sobre cristal. Su obra tiene, por tanto connotaciones lingüísticas, aunque no literarias, sobre la base de que el lenguaje continuamente efectúa intromisiones plásticas. Los artistas ocupan hoy un lugar al lado de los saberes tradicionales y de los saberes científicos, la redistribución de los códigos de la experiencia y de la sensibilidad en la organización social nueva, deja unas zonas de sombra en las cuales desarrolla emociones que llaman a una

formulación. Al manifestar sobre la tela ésta confrontación entre texto e imagen o imagen y signo inorganizada pero orgánica, los artistas provocan cuestionamientos, abren abismos en los cuales sólo la frecuentación permite que se construya una verdadera problemática, y como consecuencia, las primeras líneas de un saber.

Según Leenhardt (1994, p. 74) la emoción representa uno de los indicadores sociales más pertinentes. Desde este punto de vista la práctica de los artistas, es uno de los terrenos más fecundos porque el estatus que ellos han adquirido en la organización social moderna hace precisamente de su sensibilidad, no el reflejo, sino el instrumento de medida de la emoción, (el «sismógrafo») de lo que se construye y se transforma.

Referencias

- FERNÁNDEZ, A. A. et al (1995). *Arte y escritura*. Salamanca, Universidad de Salamanca.
- FOUCAULT, Michel. (1988) [1973]. *Isto não é um cachimbo. Rio de Janeiro, Paz e Terra*.
- LEENHARDT, Jacques (1994). *Parole poétique a penser plastique*. In, Jean-Olivier Majastre e Michel Peuchelestrade (Editores). *Le texte*,

l'oeuvre, l'emotion. Deuxièmes rencontres internationales de sociologie de l'art de Grenoble. Bruxelles.

LEENHARDT, Jacques. (2000). Crítica de arte e cultura no mundo contemporâneo. In: Maria Helena Martins. (Org.). *Rumos da Crítica*. São Paulo, SENAC /Itaú Cultural, 2000, v. 1, p. 19-28.

MAJASTRE, Jean-Olivier. (1994). *La lettre volée*. In, Jean-Olivier Majastre e Michel Peuchelestrade (Editores). *Le texte, l'oeuvre, l'emotion*. Deuxièmes rencontres internationales de sociologie de l'art de Grenoble. Bruxelles.

STRONGMAN K.T. (1978): *The psychology of emotion*, New York, John Willey and Sons.

RASIA, José Miguel. “Memória da dor e do sofrimento no barroco brasileiro: Os Passos da Paixão de Congonhas do Campo”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 426 a 475, Dezembro de 2008. **ARTIGO**

Memória da Dor e do Sofrimento no Barroco Brasileiro: “Os Passos da Paixão” de Congonhas do Campo

José Miguel Rasia

RESUMO: Neste artigo faço uma análise da arte barroca brasileira, mais especificamente dos “Passos da Paixão”, conjunto de esculturas de Aleijadinho, que é parte do conjunto da obra escultórica do autor, exposta na parte externa do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais. A análise aqui apresentada discute a representação da Paixão de Cristo, objeto do conjunto dos Passos sob o ponto de vista do imaginário da dor e do sofrimento. A análise está

construída a partir do diálogo entre a obra de arte e o discurso religioso. Para tanto tomo a proposta de análise da imagem sugerida por Mix(2002), Madeira (1995) e Ávila (1995). Do discurso religioso tomo a narrativa dos evangelistas. É neste diálogo que o texto se constrói.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário; arte barroca; sofrimento

ABSTRACT: This article contains an analysis of the Brazilian baroque art, more specifically of “The Stations of Christ’s Passion” – an Aleijadinho’s sculptures set – that is a part of this author’s sculptured baroque art, which is exhibited outside at the sanctuary of Bom Jesus de Matosinhos, in Congonhas do Campo city, in Minas Gerais State. This article introduces the analyses of the representation of Christ’s Passion, the subject of the Stations set, under the point of view of the pain and suffering’s imaginary. The analysis is constructed from the dialogue between the artistic work and religious speech. For this is taken the proposal of image’s analysis suggested by Mix (2002), Madeira (1995) and Ávila (1995). From the religious speech it is taken the evangelists narrative. The text is constructed on this dialogue.

KEYWORDS: imaginary; baroque art; suffering

Introdução

Meu trabalho de pesquisa com doentes graves em Hospitais de Curitiba, iniciado no ano de 1990, tem me colocado diante de questões que, se trazem em seu cerne as formas de sociabilidade numa situação limite, tangenciam sempre, quando não fazem emergir como questão principal, a dor, o sofrimento e a morte. Estas questões, se por um lado dizem respeito a uma condição subjetiva particular (a de doente grave), por outro concernem a todos nós, pois dizem respeito a nossa condição humana.

No trabalho desenvolvido nesse tempo, primeiro com doentes de câncer e ultimamente com transplantados hepáticos, sempre abordei a dor e o sofrimento a partir das imagens discursivas e mentais produzidas por uns e por outros em referência ao imaginário médico e ao imaginário religioso.

O trabalho que apresento aqui se inscreve num novo campo de pesquisa para mim, no campo da utilização de imagens artísticas, de esculturas, como forma de manifestação do imaginário da dor e do sofrimento e do imaginário religioso. As esculturas que tomo para trabalhar foram produzidas por um dos mais importantes escultores do barroco brasileiro, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Aquilo que para mim já estava assentado como uma forma de conhecimento, com relativo domínio do método, agora precisou ser reaprendido, neste exercício.⁴

⁴ Agradeço muito a Ana Luisa Fayet Sallas, Maria Tarcisa Silva Bega e Angelo José da Silva, professores do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que me convidaram para participar do Grupo de Pesquisa Imagem e Conhecimento – CNPq-UFPR.

A arte barroca

A arte barroca desenvolveu-se na Europa Ocidental e na América Latina, da metade do século XVI ao final do século XVII. A formação do estilo barroco provém das mudanças ocorridas na vida cultural da Europa Ocidental: a nova estética, proposta por artistas que se opunham à estética renascentista. Valorizam-se os elementos curvos em detrimento dos retangulares, os palácios como o de Versalhes que exaltam o poder do rei e as igrejas, a pintura e escultura valorizando o sentimento religioso.

O Barroco, entendido em sua historicidade, implica de forma interna – e não aproximativa ou analogicamente – as múltiplas dimensões da cultura e os vários domínios da representação: das práticas cotidianas à religião, da arte à ciência, à economia e à política. Daí este liame indissolúvel entre as várias linguagens das artes – música, literatura, pintura, escultura -, do traçado urbano e

da arquitetura, reveladores das formas de sociabilidade e do novo espaço público, aos rituais sociais fossem eles pagãos – salões, teatros, paradas militares – ou religiosos – triunfos eucarísticos, procissões, prédicas, autos-de-fé. (MADEIRA, 1995, p. 68)

O Barroco europeu em seu desenvolvimento está diretamente ligado à expansão colonial. Das colônias ricas em pedras e metais preciosos provém o material necessário para que os artistas produzam uma arte rica e ornamentada. Foi este tipo de material encontrado nas colônias que possibilitou novas marcas de esplendor na arte, principalmente na arte religiosa (igrejas, altares e esculturas). As imagens de santos, de Nossa Senhora e dos Anjos se destacam nesta produção.

Nas colônias da América Latina desenvolve-se a arte barroca empurrada pelo esplendor dos materiais à disposição do artista. No Brasil a arte barroca aparece como a

primeira grande forma de arte e vai expressar-se principalmente na arte religiosa. O Barroco no Brasil atinge seu momento mais importante no século XVIII, com artistas como Aleijadinho⁵ (Antônio Francisco Lisboa) na escultura, Mestre

⁵ Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nasceu na antiga Vila Rica (atual Ouro Preto) em Minas Gerais em 1730 e morreu em 1814 (datas prováveis). Seu pai, Manoel Francisco da Costa, mestre de obras português e entalhador. De sua mãe se sabe apenas que era escrava. Era um homem de pouca instrução formal (recebeu instrução primária), mas conviveu muito com a arte produzida por seu tio, Antônio Francisco Pombal, conhecido entalhador das cidades históricas de Minas Gerais. Aleijadinho trabalhou na construção de muitas das Igrejas do Barroco Mineiro (Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Santa Rita Durão e Catas Altas da Noruega, dentre outras). A obra arquitetônica faz parte da produção artística de sua primeira fase, quando a doença degenerativa (que afetava suas articulações e seus membros) ainda não se acentuara. Na medida em que a doença foi se agravando inaugura-se uma segunda fase em sua produção, a escultura. São dessa fase os 12 profetas em pedra sabão e as 66 “figuras” que compõem o conjunto dos “Passos da Paixão”. O agravamento da doença imprimiu um tom mais impressionista e também mais carregado à sua obra, por oposição às obras da primeira fase, marcadas por traços mais leves. Aleijadinho morre pobre e esquecido e permanece no esquecimento até 1922, quando, por ocasião da Semana de Arte Moderna, sua obra recebe o devido reconhecimento pelo seu valor artístico.

Ataíde (Manoel da Costa Ataíde) na pintura e Mestre Valentim na escultura e na arquitetura. Aleijadinho e Mestre Ataíde têm sua produção concentrada na região de Minas Gerais e Mestre Valentim na região do Rio de Janeiro. Ao contrário de Mestre Valentim, Aleijadinho nunca teve contato com a Europa. Além das obras desses grandes artistas barrocos, encontramos espalhados pelos estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, obras que expressam a beleza e o esplendor arte barroca no Brasil.

Em seu estudo sobre as iluminuras que ilustram os livros das Ordens Terceiras, em Minas Gerais, Ávila afirma:

A mentalidade do homem setecentista mineiro não estava tão longe de seus antepassados medievais. A crença era ainda providencialista e carregada de elementos de teor fortemente tradicional e sincrético. A manutenção de antigos componentes da fé, acrescidos de outros

impostos pelo tridentismo, marcava, portanto o imaginário colonial. O barroco – estilo artístico difundido por toda a colônia – se prestava sobremaneira à perpetuação de uma espécie de fé exteriorista e devocional, seduzindo os fiéis por meio da imagem de força plástica expressionista. (AVILA, 1995, p.130)

O conjunto da arte barroca produzida no Brasil, traduzida nas imagens sacras, é atravessado pela vivência cotidiana de uma religiosidade popular, fundada nas práticas muitas vezes adversas à igreja romana, na medida em que é uma mistura dessa vivência com a representação canônica dos ícones religiosos. Segundo Ávila

o fato da proibição da existência de Ordens religiosas Regulares em Minas Gerais, onde o catolicismo se organizou por intermédio das mãos das irmandades e Ordens Terceiras de leigos, vai incrementar ainda mais os aspectos

populares e cotidianos da religiosidade local. Aliás, estas agremiações foram responsáveis não só pela organização social da época, mas, sobretudo, pela elaboração e patrocínio de quase toda a produção artística religiosa na Capitania... (ÁVILA, 1996, p.130)

É neste contexto que se situa a obra de Aleijadinho, e particularmente, as 66 figuras que compõem “Os Passos da Paixão”, que analiso aqui. Estas esculturas junto com os Doze Profetas, também do Aleijadinho, esculpidos em pedra sabão, compõem um dos quadros mais representativos e completos da escultura barroca religiosa no Brasil. Este conjunto de esculturas encontra-se no adro do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG).

As esculturas de Aleijadinho possuem características muito especiais, dentro do conjunto da arte barroca. São marcas próprias de seu estilo, os olhos espaçados, o nariz reto e alongado, os lábios entreabertos, o queixo

pontiagudo e o pescoço alongado em forma de V. Estas características são recursos expressivos que dotam as esculturas da dramaticidade buscada pelo autor e produzem no espectador certa estranheza em relação a obras de outros autores barrocos, como Bernini, cujos traços, embora robustos, compõem uma imagem suave. Um exemplo dessa suavidade do traço em Bernini é o “Êxtase de Santa Tereza”.

“Os Passos da Paixão”: o imaginário da dor e do sofrimento

O imaginário da dor e do sofrimento, como disse na introdução deste texto, será abordado na interface com o imaginário religioso. Assim, a primeira questão é localizar as fontes do imaginário religioso. Para Mix, este tem suas duas grandes fontes na Bíblia e na imagem de Cristo. Tendo esta afirmação como premissa para este trabalho, tomaremos a narrativa dos evangelistas e as esculturas dos

“Passos da Paixão” de Aleijadinho, como objeto da discussão que propomos aqui.

Segundo MIX, a iconografia bíblica se construiu de acordo com os critérios estabelecidos pelos teólogos. “Os teólogos fizeram uma seleção retendo do Antigo Testamento aquilo que parecia anunciar o Novo. Utilizando-o como prova apologética do cristianismo, a chamada concordância entre os dois Testamentos. Uma segunda seleção foi realizada pela liturgia...” (MIX, 2006, p.328).

Assim, toda uma produção artística deriva dessa seleção, segundo Mix, procurando representar os principais momentos de um e outro Testamento, mas sempre tendo em vista a afirmação do Cristianismo. Mesmo tomando a afirmação feita por Mix como premissa desse trabalho, não podemos deixar de ressaltar que a narrativa bíblica é um conjunto que pode ser traduzido numa infinidade de imagens que vão

das mais suaves às mais agressivas, das mais violentas às mais ternas. O discurso bíblico não é senão um discurso em que a palavra tem o efeito na imaginação do leitor, e não só do crente, de produzir imagens. Há no discurso bíblico uma relação muito estreita entre palavra e imagem. A palavra toda ela é reveladora de imagens.

O conjunto de imagens com as quais trabalharemos aqui para abordar a memória da dor e do sofrimento foi retirado da obra de Aleijadinho “Os Passos da Paixão”, obra que representa, através de um conjunto de esculturas em madeira, a Via Crucis, ou para sermos mais exatos, a Paixão de Cristo⁶.

⁶ O conceito de Paixão tem sua origem no grego “*Páthos*” que significa sofrimento e seu correspondente em latim tardio “*passió*”, que significa paixão. Podendo também significar sofrimento, para designar o sofrimento de Cristo e o Martírio de outros Santos. (HOUAISS 2001, p.2105 e 2149)

“Os Passos da Paixão” foram iniciados em 1796 e concluídos no final de 1799. Compreendem 66 figuras, distribuídas em seis capelas temáticas que se espalham pelo adro do Santuário: A Ceia, Passo do Horto, Prisão, Flagelação, Coroação de Espinhos, O Carregamento da Cruz e a Crucificação. Esta obra faz parte de um conjunto maior de esculturas, com os 12 Profetas esculpidos em pedra sabão dispostos sobre o muro que contorna em forma de ferradura as escadarias do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo, Minas Gerais.

A temática da Paixão é representada na obra de forma clara, começando pela Ceia e culminando com a Crucificação. A unidade da obra se dá pela temática, pelos traços das figuras, as cores em seus diferentes tons e o volume das esculturas, mantendo sempre a mesma escala (tamanho natural) em todas as

imagens. Em toda obra cada cena é muito clara dada a disposição dos elementos que a constituem, sejam eles os personagens ou elementos que compõem cada figura ou cenário. Cada personagem é tratado dentro de uma mesma concepção estética. Os traços de cada um estão bem definidos dentro daquilo que caracteriza ou que marca a produção artística e escultórica de Aleijadinho (olhos espaçados, nariz reto e alongado, lábios entreabertos, queixo pontiagudo e pescoço alongado), o que lhes dá uma unidade estética. Do ponto de vista da expressão, os elementos que se destacam pela sua recorrência, são espanto, surpresa, resignação, desolação e medo.

Nas cores das vestes predominam os tons do azul, do vermelho e do marrom. Estas cores e tons vão se modificando e acrescentando movimento e tensão às imagens; uns ficando mais densos (carmim, marrom e o azul

transformando-se em chumbo) outros desaparecendo na medida em que se aproxima a ápice da paixão: Crucificação. Nas duas últimas cenas – Carregamento da Cruz e Crucificação – predominam os tons marrons avermelhados. Na última cena o azul quase desaparece, deixando apenas traços de suas marcas na veste chumbo de um dos soldados romanos. Predominam na cena do Carregamento da Cruz os tons do marrom e na Crucificação os tons do vermelho e um rosa pálido anunciando, respectivamente a dor e a morte.

A Temática da dor e do sofrimento nos “Passos da Paixão”

Quando observamos as imagens dos Passos da Paixão de Aleijadinho, temos que levar em conta a narrativa que o autor utilizou como fonte, os Evangelhos, e como desenvolve sua narrativa através de um conjunto de imagens esculpidas em madeira e pintadas por Mestre

Ataíde. Neste sentido o eixo temático que mantém a tensão entre uma escultura e outra ou entre as imagens no seu conjunto é dotado de um movimento, que acompanha o movimento e a tensão presentes na narrativa dos evangelistas. Assim, independentemente da beleza e da tensão dramática de cada cena, de cada escultura particular, as esculturas devem ser entendidas como um conjunto, como uma história contada através do trabalho imagético do escultor. Há aqui um cruzamento entre a narrativa do evangelista, a imagem que ela suscita no artista e a transformação dessa imagem numa obra de arte.

As esculturas tomadas para este artigo tematizam de forma muito própria e universal um aspecto particular do imaginário. No conjunto “Os Passos da Paixão”, o que está apresentado é o imaginário religioso, na sua forma de dor e sofrimento. A dor e o sofrimento

são o fio que sustenta o crescimento da tensão dramática de uma imagem a outra e urde, por assim dizer, o tecido no qual o drama religioso se desenvolve. “Os Passos da Paixão” se apresentam assim, para aqueles que os admiram como uma narrativa única, estruturada sob o movimento da dor e do sofrimento em sua crescente intensidade. A estrutura do movimento é regida também ela por uma crescente intensidade. Da Ceia à Crucificação, o que se observa é o aumento da tensão que tem origem no aumento do grau de sofrimento do personagem central, o Cristo.

Passo I – A Ceia

O primeiro passo, “A Ceia” se passa numa sala de jantar típica do barroco mineiro. Os arcos da janela, os armários nos cantos. Predominam as cores alegres, o rosa, o azul e um tom entre o amarelo e o marrom. A construção da cena remete a uma situação de um

jantar festivo em que se celebra a páscoa. No centro da mesa o pão que será repartido entre os apóstolos. No centro da cena Cristo. À direita João e à esquerda Judas. O que chama atenção na cena é o movimento de Cristo e dos apóstolos. Com exceção de João, que chora com a cabeça apoiada no ombro de Cristo, os demais se interrogam espantados. A celebração é marcada pelo anúncio da traição, seguido da Paixão. Cristo fala aos apóstolos anunciando o drama que está por vir. No evangelho de Lucas a narrativa toma a seguinte forma:

Chegou, pois o dia dos Ázimos, em que se devia imolar o cordeiro pascal. Jesus enviou Pedro e João, dizendo-lhes: “Ide preparar-nos a Páscoa para comermos... Entrando na cidade, virá um homem com um cântaro de água. Segui-o até a casa em que entrar, e dizei ao dono da casa: O Mestre te manda perguntar: onde está a sala em comerei a Páscoa com os discípulos? Ele vos mostrará uma grande sala... Fazei ali os preparativos”... Ao

chegar a hora, Jesus se pôs à mesa com os apóstolos. E lhes falou: “Desejei ardentemente comer esta Páscoa convosco antes de sofrer. Pois eu vos digo: não tornarei a comê-la até que ela se cumpra no reino de Deus. Tomai este cálice e distribui entre vós. Pois eu vos digo: já não beberei deste vinho até que chegue ao reino de Deus.”

E tomando o pão, deu graças, partiu e deu para eles dizendo: “Isto é o meu corpo, que será entregue por vós. Fazei isto em minha memória”. Do mesmo modo depois de haver ceado tomou o cálice, dizendo: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue, que será derramado por vós.” (LUCAS, 22, 7.20)

Assim Jesus anuncia sua Paixão. Seus apóstolos são os interlocutores do sofrimento e da morte que se anuncia. A Páscoa é celebrada de acordo com os momentos previstos do ritual. O que se constitui é a surpresa pelo anúncio da morte, “Desejei ardentemente comer esta Páscoa

convosco antes de sofrer. Pois eu vos digo: não tornarei a comê-la até que ela se cumpra no reino de Deus. Tomai este cálice e distribuí entre vós. Pois eu vos digo: já não beberei deste vinho até que chegue ao reino de Deus.” (LUCAS, 22; 15.18). Se há espanto e surpresa pelo anúncio da morte, a tensão cresce com o anúncio da traição:

Eis, porém, que a mão de quem trai está comigo à mesa. Pois, segundo está determinado, o Filho do homem vai morrer, mas aí daquele homem por quem ele será traído! Eles começaram a se perguntar uns aos outros quem dentre eles haveria de fazer uma coisa destas. (LUCAS, 22: 21.23)

O anúncio da traição e de que o traidor está compartilhando a ceia causa o mal estar representado na imagem pelos gestos dos apóstolos se perguntando quem deles será o traidor. Aqui nos deparamos com um deslocamento. O sofrimento anunciado por Jesus num primeiro momento é o seu. Ao afirmar que

um dos apóstolos o trairá, Jesus defronta cada um com o sofrimento por ser o possível traidor. Se a figura de Jesus mantém-se serena, os apóstolos assumem a postura de interrogar-se. O anúncio de que há entre eles um traidor coloca-os em situação de sofrimento. E aqui devemos lembrar Ricoeur (1994) na afirmação de que diante do sofrimento nos colocamos sempre a pergunta existencial: Por quê? Por que eu?

As palavras de Cristo, anunciando a morte e o sofrimento, introduzem a tensão na narrativa e, ao anunciarem a traição por um dos apóstolos, potencializam ainda mais a tensão da narrativa. Observe-se a expressão de João Batista, de Pedro e de Judas. Judas no Evangelho segundo Mateus, interroga Cristo sobre quem o trairá: “Por acaso sou eu, Rabi?” ao que Jesus responde: “Tu o disseste”. (MATEUS, 26:25).



Passo I A CEIA

Passo II – O Horto das Oliveiras

O Passo do Horto representa a oração de Cristo no Monte das Oliveiras. Três personagens compõem a cena: Cristo, Pedro e João. Segundo o evangelho, Cristo leva consigo também Tiago. Este, porém não compõe o conjunto de Aleijadinho. Nesta cena o elemento dramático se acentua através das cores das vestes de Cristo e seus gestos, pela prostração de Pedro e por João Batista, entregue ao esquecimento pela via

do sono. Nas palavras de Mateus esta cena tem o seguinte teor:

Então Jesus se retirou com eles para um lugar chamado Gtsêmani e lhes disse: “Sentai-vos aqui enquanto vou ali rezar.” E, levando consigo Pedro e os dois filhos de Zebedeu (Tiago e João) começou a ficar triste e a angustiar-se. Então disse: “Minha alma está triste até a morte, ficai aqui em vigília comigo”. E, adiantando-se um pouco, prostrou-se com o rosto em terra, rezando e dizendo: “Pai... afasta de mim este cálice, contudo não se faça como eu quero mas como tu queres.” (MATEUS: 26:36; 39)

Ao admitir a tristeza profunda e prostrar-se em terra, Cristo não faz senão um movimento na direção de entregar-se ao sofrimento. “Pai afasta de mim este cálice...”. O eu encontra no outro, o Pai, a causa de seu sofrimento. Por isto pede ao Pai que o livre do sofrimento. Mas sabendo-se impotente para agir, conclui: “... não se faça como eu quero, mas como tu queres.”

Sua potência de agir (RICOEUR, 1994) está nas mãos do outro, do Pai. Romper com o outro não é possível, pois a é a vontade do Pai que deve prevalecer para que a profecia se cumpra.

O Passo do Horto nos mostra claramente o poder dos desígnios do Pai, na imagem de um Cristo aturdido e impotente. O que se pode ressaltar aqui é a humanidade daquele que sofre daquele cuja dor não pode ser entendida por ninguém senão pelo próprio sofredor. (ARENDDT, 1982) “E tornando aos discípulos, os encontrou dormindo e disse a Pedro: ‘Então não pudestes vigiar uma hora comigo? ’...” (MATEUS, 26:40)

O sentimento de que o sofredor encontra-se sempre só e é único, expresso no texto bíblico, exprime-se também na imagem de Cristo, que olha o vazio, enquanto o apóstolo João dorme e Pedro parece prostrado pelo cansaço. As palavras de Cristo dirigidas aos

apóstolos que estão com ele no horto nos fazem entendê-las como reação do sofredor que se sente só diante da dor e do sofrimento, os outros o abandonam.



Passo II O Horto

Passo III – A Prisão

A cena da Prisão é composta por nove figuras. O Cristo, cinco soldados romanos, Pedro e Judas. Os soldados romanos podem ser claramente identificados. A espada, o capacete com elmo, o colete escuro e o desenho das roupas. Usam saiote romano, por oposição a

Cristo, Pedro e Judas, com túnicas compridas. Observa-se também nas figuras dos soldados um traço característico das figuras de Aleijadinho, o nariz reto e alongado. Se este traço está presente em todas as figuras, aqui ele é exagerado. Os rostos dos soldados possuem também uma expressão dura. Pedro à esquerda da cena empunha a espada com a qual decepou a orelha do escravo do Sumo Sacerdote.

A cena da prisão é assim narrada pelo evangelista Mateus:

Ainda falava quando chegou Judas, um dos Doze, junto com um grande bando armado de espadas e cacetes, enviado pelos sumos sacerdotes e anciãos do povo. O traidor dera-lhes um sinal dizendo: “Quem eu beijar, é esse, prendei-o”. E imediatamente aproximando-se de Jesus, disse: “Salve Rabi!” E o beijou. Jesus lhe disse: “Amigo, faze o que tens a fazer”. Então eles puseram as mãos sobre Jesus e o prenderam. (MATEUS, 26:47;50)

Neste ponto da narrativa, Cristo “consente” na sua prisão para que se cumpra a profecia, os desígnios do Pai. O que vemos na cena é um Cristo sereno, de braços abertos, entregando-se à prisão. Ao redor soldados exaltados, com gestos de valentia, empunhando espadas e lanças. O Cristo entregue nos remete a que pensemos a condição de herói: entregar-se ao sofrimento é necessário para que a vontade do outro se cumpra.

À prisão de Cristo, segue-se a reação de Pedro, assim descrita nas palavras do evangelista João:

Simão Pedro, que tinha uma espada, puxou dela e feriu o escravo do Sumo Sacerdote, cortando-lhe a orelha direita. O escravo chamava-se Malco. Jesus, porém, disse a Pedro: “Põe a espada na bainha. Será que não devo beber o cálice que o Pai me deu?” (JOÃO, 18; 10.11)

Mesmo interrogando-se após o gesto de Pedro sobre o sofrimento, Cristo não rompe com

o Pai. É a condição de herói que se mescla à construção de um destino humano. E aqui se poderia pensar que a construção de um destino humano está escrita na interação eu/outro. Viver no meio dos homens é ser um deles. A condição de humanidade passa, portanto, pelo mundo das relações sociais. Se há algo que deve ser ressaltado no imaginário religioso Cristão é o fato do filho de Deus ter se tornado um homem, ou seja, tornou-se homem e viveu entre homens, um ser de relações e de vicissitudes. Ter uma vivência na terra é “estar entre homens” (ARENDDT, 1982). Construir um destino humano é interagir, e aqui, como nos ensina Simmel (2002), a interação é um movimento pendular que oscila entre o conflito e a harmonia. Ser traído por Judas é condição da realização da profecia, mas também indicador de que como homem Cristo está sujeito ao que estão sujeitos todos os homens.



Passo III A Prisão

Passo IV – A Flagelação

Neste Passo, a cena apresenta Cristo seminudo, amarrado, olhando para o vazio, desolado. O recurso dos olhos separados e bem abertos utilizado por Aleijadinho na construção dessa figura, reforça os sentimentos de desolação e abandono a que Cristo está entregue. À sua volta os soldados com expressões que são ao mesmo tempo um misto de escárnio e patético (os narizes grandes além de qualquer proporção, as bochechas redondas e volumosas)

que através de seus gestos sugerem o açoitamento ou a flagelação. Estas mesmas figuras, com seus gestos e expressões, demonstram seu poder sobre um Cristo amarrado, submetido à humilhação. Ser humilhado é um sentimento que sempre acompanha o sofrimento. A dor imposta à carne associa-se à perda de toda a potência daquele que sofre.

Esta cena é descrita assim pelo evangelista Mateus:

Os que prenderam Jesus levaram-no a Caifás, o sumo Sacerdote, onde os escribas e os anciãos haviam se reunido. Pedro o seguiu de longe... Os sumos sacerdotes e todo o Sinédrio procuravam falsos testemunhos contra Jesus para condená-lo à morte... Finalmente apresentaram-se duas, que disseram: “Ele disse: posso destruir o Templo de Deus e em três dias reconstruí-lo”. Levantando o Sumo Sacerdote, disse-lhe: “Nada respondes ao que estes depõem contra

ti?” Jesus, porém, se calava. Então o Sumo Sacerdote lhe disse: “Conjuro-te pelo Deus vivo. Dize-nos se és tu o Cristo, o Filho de Deus.” Respondeu-lhe Jesus: “Tu o disseste. Entretanto eu vos digo: *um dia vereis o Filho do homem sentado à direita do poder e vir sobre as nuvens do céu...*” (MATEUS, 26;57:64)

Ao responder a pergunta feita pelo Sumo Sacerdote se é o filho de Deus, Cristo toma o contido na pergunta como resposta, ou seja, é o outro que o afirma. Neste sentido estamos diante de uma situação muito comum quando se estuda a dor e o sofrimento. Nestas situações aquele que padece procura sempre um meio para esquivar-se da dor. A dor precisa ser negada, mas como isto é impossível dado que ela é uma presença no corpo, o que o sofredor não consegue é reconhecer os motivos de seu sofrimento. E quando falamos de presença no corpo, falamos também de uma memória da dor, que se re-atualiza sempre que uma dor se faz

iminente. O passado é tornado presente pelos mecanismos da rememoração. É como se feridas já cicatrizadas fossem reabertas e isto coloca o sofredor numa situação de ao mesmo tempo se perguntar pelos motivos do novo sofrimento e também por quem são os responsáveis por fazê-lo sofrer. Assim, na resposta dada por Cristo ao Sumo Sacerdote – “tu o disseste” – está expressa a tentativa de todo o ser humano, de nestas situações negar a existência de motivos para sofrer (RICOEUR, 1994, RASIA, 1996, 2006).

Na continuação da narrativa o evangelista afirma:

Então o Sumo Sacerdote rasgou as vestes, dizendo: “Blasfemou! Que necessidade temos ainda de mais testemunhas? Acabais de ouvir a blasfêmia. O que vos parece?” Eles responderam: “É réu de morte.” Então começaram a cuspir-lhe no rosto e a dar-lhe murros e outros a ferir-lhe o rosto... (MATEUS, 26: 65.67)

Pela narrativa localizamos na palavra do Sumo Sacerdote a justificativa para a flagelação. Aqui como em narrativas de doentes graves, em presença de muito sofrimento, o sofredor não reconhece a causa do sofrimento (RASIA, 1996). E como os doentes, Cristo não se culpa pelo sofrimento a que está submetido. E neste sentido poderíamos pensar que Cristo não escapa da condição humana e é sobre a humanidade que se afirma como herói. Isto fica mais claro, como se poderá observar, na narrativa bíblica sobre a crucificação.



Passo IV A Flagelação

PASSO V- A Coroação de Espinhos

O passo da Coroação de Espinhos é composto pelos mesmos personagens que encontramos na cena da Prisão e também na Flagelação. Em primeiro Plano o Cristo e dois soldados romanos, os três com os joelhos flexionados. O soldado da esquerda encontra-se sentado sobre um pequeno tamborete e empunha na mão esquerda uma lança e na direita uma “faixa” com as inscrições: INRI (Jesus Nazareno Rei dos Judeus). O soldado da direita encontra-se com a espada embainhada e oferece a Cristo o cetro em forma de cruz. Este soldado com o joelho esquerdo tocando o chão, como que presta reverência, não sem grande ironia, ao Rei dos Judeus. Como sinal de reverência – e reconhecimento da autoridade do Rei dos Judeus –, ou de escárnio, o soldado está com a cabeça descoberta, sem capacete e sem elmo, presentes na cena da prisão e da flagelação. Logo atrás de

Cristo, um terceiro soldado ajeita-lhe o manto real e num segundo plano os demais soldados empunham lanças. Observam-se nessas figuras os traços característicos das figuras de Aleijadinho: olhos espaçados, nariz reto e alongado, pescoço alongado em V, queixo pontiagudo e lábios entreabertos. Estas características ajudam a compor um conjunto de expressão entre a bufoneria (os soldados) e o patético e o assombro (Cristo). O Cristo com olhos espaçados e boca entreaberta nos remete ao assombro e ao cansaço, quase uma entrega, diante do sofrimento.

Para a pretensão analítica desta cena, julgamos necessário apresentar aqui a narrativa bíblica sobre o interrogatório de Pilatos, a que Cristo é submetido:

Jesus foi apresentado ao governador. E o governador lhe perguntou: “És tu o rei dos judeus?” Respondeu Jesus: “Tu o dizes.” Mas às acusações feitas pelos

sumos sacerdotes e pelos anciãos nada respondia. Disse-lhe então Pilatos: “Não ouves quanta coisa dizem contra ti?” Ele, porém, não respondia a nada, de sorte que o governador se admirou muito. (MATEUS, 27; 11:14)

RICOEUR (1994), ao discutir a forma como o sofrimento se constitui para o sofredor, afirma que o sofrimento se compõe de momentos e graus distintos. O sofrimento é um processo que se compõe de vários graus, num crescendo, que se intensifica de um grau para o outro. Num desses graus o sofrimento é incomunicável, o que se vive não pode ser comunicado nem será compreendido pelo outro. As barreiras entre o eu e o outro se tornam intransponíveis.⁷

⁷ Ricoeur (1994) estabelece os diferentes graus do sofrimento e ao mesmo tempo as diferentes formas como a crise de separação entre o eu e o outro (tão presentes nas situações de sofrimento) se manifesta: a) no mais baixo grau se coloca o fato de que aquele que sofre não pode ser substituído, o sofredor é único; b) no grau seguinte o

Assim, ao interrogatório de Pilatos, Cristo se limita a responder a questão sobre sua condição de Rei dos Judeus, dizendo: “Tu o dizes.” Ao dizer isto, Jesus reafirma a Pilatos que quem o acusa é quem o faz sofrer. E mais, o outro é o inimigo do eu que sofre, é ele quem faz sofrer. O outro aqui aparece em dois níveis, no nível manifesto Pilatos e os acusadores de Cristo; num nível latente o Pai, ao esperar do filho que cumpra a profecia. E a narrativa prossegue, pontuando o destino humano de Cristo:

Os soldados do governador, conduzindo Jesus ao pretório, reuniram em volta dele

sofrimento é solitário, no sentido de que o que se vive é incomunicável. O outro não pode nem compreender, nem ajudar. As barreiras entre o eu e o outro são intransponíveis; c) num grau já mais intenso o outro se apresenta como o inimigo do eu que sofre, é ele quem faz sofrer; d) no último grau se desencadeia um sentimento fantasmático de se ter sido escolhido para sofrer. É neste momento que surge a interrogação: Por quê eu? Por que meu filho? (RICOEUR, 1994, p.60/1)

todo o batalhão. E, tirando-lhe as vestes, jogaram-lhe em cima um manto de púrpura. E tecendo uma coroa de espinhos, puseram-lhe na cabeça, e na mão direita uma cana. E, dobrando o joelho diante dele, zombavam e diziam: “Salve, rei dos judeus”. E cuspiendo em cima dele, tiravam-lhe a cana e feriam-lhe com ela a cabeça. Depois de se terem divertido, arrancaram-lhe o manto, puseram as vestes e o levaram para crucificar. (MATEUS, 27;27:31)



Passo V A Coroação de Espinhos

PASSO VI – Carregamento da Cruz

No Passo do Carregamento da Cruz, Cristo ocupa o centro, como nas cenas dos demais passos. Carrega a cruz sobre os ombros de modo a que se ressalte o tamanho desta e o peso. Para ressaltar o peso da cruz e dar-lhe solidez, o autor utilizou o recurso da monocromia, pintando-a de preto. Com exceção dos soldados romanos que conservam as cores de suas vestes e o anão, os demais personagens da cena estão vestidos em tons de marrom e chumbo. Nota-se um leve toque de branco na toalha de Madalena, toalha com que seca as próprias lágrimas e secará o suor e o sangue de Cristo. O mesmo tom de branco encontra-se no lenço que cobre o cabelo de Madalena. O branco aparece também na dobra inferior da veste de Cristo. O manto que recobre Cristo é de um azul quase chumbo, da mesma cor é o manto de Madalena e da mulher que vem logo atrás com o

menino nu no colo. O véu que recobre os cabelos da mulher é do mesmo tom de azul, quase chumbo. Pontas de um camisão branco se sobrepõem ao vestido desta.

Os olhos de Cristo, mais que abertos, estão esbugalhados. Aleijadinho exagera aqui numa de suas características, para dotar a cena de profundidade dramática. É o estupor e o espanto do sofredor em toda sua plenitude.

Os soldados romanos são apresentados com uma expressão triunfante, de escárnio na condução de Cristo para o Gólgota. O Anão, portando um cravo na mão, aponta-o para Cristo e ao mesmo tempo olha-o com expressão de bufão. O escárnio e a bufoneria em contraposição à expressão lacrimosa de Madalena e ao estupor de Cristo compõem a dramaticidade da cena.

Os evangelistas em suas narrativas não apresentam esta cena da mesma forma que

apresentam as outras, faltam detalhes à narrativa. O que todos ressaltam é a presença de Simão de Cirene, requisitado pelos soldados para carregar a cruz. Somente João fala de Cristo carregando a cruz. Todas se as narrativas se iniciam citando a saída de Cristo e dos soldados do pretório, após o interrogatório feito por Pilatos:

Ao saírem, encontraram um homem de Cirene, de nome Simão, ao qual obrigaram a levar a cruz... (MATEUS, 27;32)

Conduziram-no para fora a fim de o crucificarem. Requisitaram um transeunte, um tal de Simão de Cirene, que vinha do campo, pai de Alexandre e Rufo, para lhe carregar a cruz... (MARCOS, 14; 20:22)

Ao conduzi-lo, lançaram mão de certo Simão de Cirene, que vinha do campo, e o encarregaram de levar a Cruz atrás de Jesus... (LUCAS, 23; 26)

Embora três dos evangelistas iniciem a narrativa citando Simão de Cirene como aquele que carrega a cruz, Aleijadinho não inclui Simão em seu conjunto dos Passos. Cristo não é citado carregando a cruz nas narrativas de Mateus, Marcos e Lucas. Podemos levantar a hipótese de que a inspiração para a construção deste passo é a narrativa de João: “Levaram então Jesus consigo. E, carregando a cruz, saiu para o lugar chamado Caveira, em hebraico Gólgota...” (JOÃO, 19; 16:17). Na narrativa de Lucas encontramos um detalhe que não aparece em nenhuma outra: “Seguia-o grande multidão de povo e de mulheres que batiam no peito e lamentavam...” (LUCAS, 23:27).



Passo VI Carregamento da Cruz



Detalhe 1 do Carregamento da Cruz (Figura do Anão)



Detalhe 2 do Carregamento da Cruz (O Cristo)



Detalhe 3 do Carregamento da Cruz (Figura da Mulher chorando)

PASSO VII – A Crucificação

No VII e último Passo o que se vê é Cristo sendo crucificado. Jazendo sobre a cruz, a mão direita já fixada pelo cravo. O rosto de Cristo também não fica muito visível, sua cabeça esta tracionada para trás. Seis soldados compõem a cena. Dois se encarregam da crucificação, um mantém Cristo sobre a cruz e os outros três vigiam. Dois ladrões que serão também crucificados, *seminus*, esperam. Desviando o olhar da cena, miram o vazio. Predominam na cena os tons de vermelho e marrom entre os soldados. Cristo e os dois ladrões aparecem com tons de rosa, quase brancos. O fundo da cena é todo ele em vermelho.

Na narrativa do evangelista Lucas esta cena é assim apresentada:

Quando chegaram ao lugar chamado A Caveira, ali crucificaram a Jesus e aos dois criminosos, um à direita e outro à

esquerda. Jesus dizia: “Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem.” Depois repartindo as vestes, sortearam-nas. O povo conservava-se lá e observava. Os sumos sacerdotes escarneciam de Jesus, dizendo: “A outro salvou; se for o Messias de Deus, o Eleito, salve-se a si mesmo.” Também os soldados, aproximando-se para oferecer-lhe vinagre, zombavam, dizendo: “Se és o rei dos judeus, salva-te a ti mesmo”. Pois havia também uma inscrição acima dele: “Este é o rei dos judeus.” (23; 33:38)

Neste Passo o sofredor cumpre a última etapa do sofrimento. Mesmo completamente tomado pelo sofrimento, o sofredor usa da palavra para perdoar aqueles que o fazem sofrer. Esta fala marca a distinção entre o sofrimento do homem comum, que neste momento estaria completamente rompido com o outro e com o mundo, alheio a qualquer alteridade. Não tendo mais nenhum interesse pelo outro se deixaria abandonar a si mesmo e ao sofrimento. Nesta

condição um sofredor qualquer fica reduzido a sua dor, não reconhecendo o outro. O outro nesta condição não merece mais do que a indiferença e talvez o ódio daquele que sofre, pois na maioria das vezes nos graus mais intensos de dor e sofrimento, o outro é tomado como o responsável.

No caso que tomamos para trabalhar, o outro é o Pai. O filho que sofre não é um homem comum. É o filho de Deus. Esta distinção é importante que se faça para que se possa estabelecer uma premissa fundamental na explicação da dor e do sofrimento, ou seja, de que o sofrimento é sempre uma imposição do outro. Embora, no caso do Cristo, esse sofrimento seja uma imposição do outro, como já dissemos, o outro é o Pai, é Deus e o filho cumpre a profecia ao viver um destino humano. Isto explica em certa medida porque o filho pede

ao Pai, a Deus, que perdoe os que o fazem sofrer.

Na narrativa dos evangelistas, o sentimento de solidão e abandono invade o sofredor. Cristo, mesmo sendo o filho de Deus, o Salvador, revela-se em sua condição humana, a da mortalidade. Sua morte é uma morte humana, um ato que se vivencia como único e solitário. Ninguém pode ajudar. Cada um terá que dar conta por si mesmo. É este momento de solidão extrema e desamparo absoluto que encerra a Paixão:

Desde o meio-dia até as três da tarde toda a terra ficou coberta de escuridão. Pelas três da tarde Jesus exclamou com voz forte, dizendo: “*Eli, Eli, lemá sabachtini!*”, o que quer dizer: Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?”... (Grifos no original) (MATEUS, 27; 45:46)



Passo VII A Crucificação

Referências

ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1982.

ÁVILA, C. Relação texto-imagem no barroco mineiro. *Sociedade e Estado*. Brasília, UnB, 1995 (Edição Especial), p.129.176.

BÍBLIA *Sagrada*. Petrópolis, Vozes, 1982.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001

MADEIRA, M. A. A prosa barroca da história trágico-marítima. *Sociedade e Estado*, Brasília, UnB, 1995 (Edição Especial), p.67.86.

MIX, M. R. *El imaginario (civilización y cultura del siglo XXI)*. Buenos Aires, Prometeo libros, 2006.

RASIA, J. M. *Hospital: socialidade e sofrimento*. Curitiba, UFPR, 1996 (tese de professor titular Sociologia).

RASIA, J. M. Imaginário e simbólico em pacientes de câncer: análise de duas narrativas. *Mediações (Revista de Ciências Sociais)*. Londrina, UEL, 2006, p.65.82.

RICOEUR, P. La souffrance n'est pas la douleur. *Souffrances*. Autrement. Paris, Fév. 1994, p.58.70.

SCHUTZ, A. & LUCKMANN, T. *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires, Amorrortu, 2003.

SIMMEL, G. *Sobre la individualidad y las formas sociales. (escritos escogidos)*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2002 (introducción y edición por Donald Levine).

VARGAS-HERNÁNDEZ, José G. Scale of conflicts between firms, communities, new social movements and the role of government. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 476 a 568, Dezembro de 2008.
ARTIGO

Scale of conflicts between firms, communities, new social movements and the role of government

Josè G. Vargas-Hernàndez

RESUMO: Este artigo visa rever os diferentes níveis da escala de conflitos entre empresas, comunidades, novos movimentos sociais e o papel do governo.

PALAVRAS-CHAVE: Escala de Conflitos; Empresas; Novos Movimentos Sociais,

ABSTRACT: This paper is aimed to review the different levels of scale of conflicts between firms,

communities, New Social Movements and the role of government.

KEYWORDS: Scale of Conflicts; Firms; New Social Movements.

Global conflicts

Globalization and technological change is provoking a conflict of feelings within and between people. A global economy is characterized by economic and political asymmetries and dependency relationships, which restrict cooperation and conflict resolution. Structures of societies and politics reflect the processing of conflicts and problems. Structures of societies and politics reflect the processing of conflicts and problems. The confluence of situational, structural and contextual factors produced violent political conflicts at the level of the national state. NGO's activists and advisors, etc, eager to intervene in

solution of conflicts have split social movements provoking more confusion and other conflicts. Agencies also have different and sometimes conflicting responsibilities.

From fundamentalism, xenophobia and marginalization arises conflict within and between societies. Historical, national and ethnic ties acquire power to cause conflict. Ethnicity is related to conflict when a highly plural society is moderately homogenous and safer (De Soysa, 2001). Ethnic nationalism reflects its conflict with ideas of a plural society with multiple identities. Some reactions are articulated by the sharpening of cultural zones in the growing number of ethno-national conflicts. Also, the concepts of order and procedures in economics make conflicts.

Difference may foster mutual fears and in-group/out-group dynamics that lead to

conflict. Huntington (1997:20) suggests that cultural differences is a central factor in conflict: ‘culture and cultural identities, which at the broadest level are civilization identities, are shaping patterns of cohesion, disintegration and conflict in the post-Cold War world.’ Incompatible ethos between the West and Near-East will lead to conflict, as he argues that an ‘overwhelming majority of fault line conflicts have taken place along the boundary looping across Eurasia and Africa that separates Muslims from non-Muslims.’ Islamic are no more prone to conflict than others, Thus, it is salient to test Islam’s independent effect on conflict in models holding resource wealth, ethnic fractionalization, and democracy constant (Soyas, 2001) and find out of moderate ethno-religious fractionalization’s positive effect on conflict, as reported by Collier and Hoeffler (1999),

Global politics brings diffuse interests into relations with each other and develops a common language and values in which conflicts are articulated. One perspective of society considers is formed by the existence of networks of relationships, with mutual expectations, that may indeed be of sustained and systematic conflict over values and resources. The global society perspective has an ideological significance opposed to that of international society. However, between these positions, at a political and ideological level, no decisive result can be expected to the conflict, because pressures for global responsibility. A good example is the civil conflicts in Iraq after the Gulf war that was taken as the pretext of imperial powers to invade under repudiation of a divided international society and community of nations.

The potential for conflict between trade measures used in national environmental policies and WTO have increased in the last few years. The WTO round aims to give preference to the trade agendas of developing countries which conflicts with COOL OMC needs to address the impact the environmental policy in conflict with trade, such as the case of tuna and dolphin case resulting from the Marine Mammal Protection Act. Conflicts have discouraged inclusion of trade provisions that could make environmental agreements more effective or enforceable. There might be ways to minimize frictions between these both concerns important for the world welfare.

Evolution of capitalism is confronted with increasing interdependent interests' conflicts among firms, between firms and communities and between firms and governments. Culture of capitalism is

conceptualized as sets of relations between the nation-state, capitalists, laborers, and consumers as the essential elements, each one depending on the other, placing demands on, and conflicting with the others (Robbins, 2005).

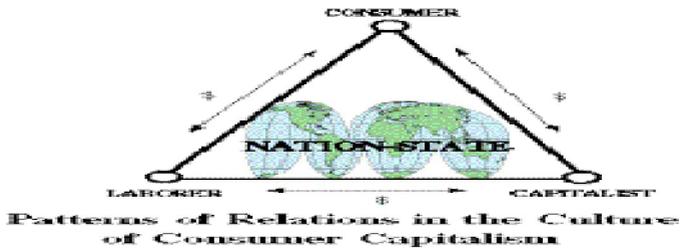


Figure 1: Patterns of relations in the culture of consumer capitalism

Firms strive to monopolize the market while communities and sometimes governments try to rule out such monopolization. In essence, market agents and public policy makers, “react” to the current situations while inherent conflicts continue. Firms need a strong market, a

community buying power and a competitive national economy to support increasing sales. An endemic feature of capitalism is its internal conflict between different segments of the capitalist class who can also rely on or are in conflict with the power of their own nation state. External financial shocks to the market are also considered conflicts (Gintis and Bowles, 1982)

Societal structures reflect the processing of conflicts and problems but it is lagging behind the dynamic global economic and technology changes. Economic efficiency may conflict with social efficiency. Economic activities are regulated and ordered which make conflict solutions possible. Economic conflicts may be attributed in part to the lack of cooperation. It is already provoking conflicting points of view and feelings Topics of conflict are arising between and within, societies. The growing number of ethno-national conflicts is a

cultural zones reaction to transnational world where historical, national and ethnic ties gain power.

The sense of openness of non aggressive religions to sharing and receiving values indicates anew consciousness of being a global community despite the traditional conflicts

International and regional conflicts

International conflict has changed its character after the end of the Cold War. Interstate disputes over ideology or resources have turned to intrastate ethnic conflicts. This recent outbreaks of ethnic conflict are more numerous and deadly than earlier eras. Regional economic, political, military and cultural conflicts and crisis are considered as global issues, such as the creation of a common military system, during the East-West conflict. In an ideological conflict between opposed powers is difficult to find for a stance which stresses a

consensual framework of relations between states. As a result, international conflicts have specific effects of ideologization, bipolarization and nuclearization, as it happened during the Cold War conflict, a bipolar East-West conflict that neutralized other international conflicts..

International Monetary Fund and World Bank conditions tied to loans cause conflicts between international policy advisors and in-country technocrats and politicians, and the working rural and urban sector of the population.

Literature on interstate war gives an account of empirical evidences and theories on interdependence and conflict, such as 'liberal peace,' (Oneal and Russett, 1997) For example, to assure control of strategic resources United States needed armed forces outside the bases to be in charge of internal conflicts in Mexico. A wrong approach to conflicting inters states policies and regulations across the borders often result in

undesirable impacts to consumers and the involved economies.

Social interests represented by the civil society may be in conflict with the dominant interests of the state system. In international conflicts, pressure groups attempt to ensure human rights, respect for human needs and democracy. The grievance effects of a lack of democracy are overshadowed by the opportunity costs of conflict (Soysa, 2001). Democratization is counterproductive if the economic and political elite do not relinquish their power. Institutional change and decentralization processes may allowed latent conflicts to spill into regional violence.

Absence of effective, accountable and transparent institutions to redistribute resources in a fair and equitable manner and regulate tensions has allowed conflicts to often take violent form. Environmental policies have contributed to the

emergence of new fisheries conflicts (Thorpe, Aguilar Ibarra and Reid, 2000). Charles (1992) identified a range of fisheries conflicts, among others, conflicts over fisheries jurisdiction arising from historic fishing rights in Mexico's shrimp fisheries, enforcement conflicts in the Patagonian tooth fish fishery and group conflict upon the hubbsi hake fishery in Argentina. The absence of clearly defined exclusive access rights possessed by cooperatives and jurisdiction are sources of conflict in Mexico's Pacific coast shrimp fisheries.

Unregulated "free-fishermen" who enter the inshore shrimp fisheries after the economic crisis of 1994, exacerbated conflict between the offshore and inshore fishermen with the growth of an informal market Re-allocation of rights encouraged new actors into the fishery and exacerbated conflict. The number of parties and costs involved in the conflict reduces the likelihood of a negotiated agreement (Panayotou, 1993, p. 44). Reducing

shrimp exports and improvement of national markets may reduce conflict. (McGoodwin, 1987, p. 231).

Authoritarians' regimes have created latent conflicts to establish new institutions. Procedures of institutions and organizations are not responsive to community interethnic and intergroup conflicts and do not empower them to solve their own problems and resolve conflicts.

The definition of the new states on an ethnic basis as Nation-States, rather on the bases of a civic sense of belonging, is creating tensions and conflicts between communities.

Local regulations conflict with state and federal laws. The Commission of European Union of nations may not be able to resolve conflicts that may exist between or among local and state food safety systems and foreign nations, for example.

Governments of NAFTA partners and their agricultural sectors have devoted greater attention to resolving conflicts related to other issues such as sanitary and phytosanitary (SPS) measures. NAFTA partners strengthened their institutional capacity to resolve conflicts through government and private-sector negotiations, technical committees, and technical assistance. However, agrarian and rural conflicts in Mexico, sometimes violent are the result of an increasing poverty and hunger of millions of peasants after the NAFTA negotiations. These conflicts are widespread and had been violent in states such as Chiapas, Oaxaca, and Guerrero and threaten to re-ignite armed struggle across Central America.

Industrial and labor relations are institutional forms of the regulation of processes of social exchange and conflict. To avoid escalation of labor conflicts, it has been proposed negotiated agreements of intergovernmental cooperation

among Mexico, USA and Canada. The agreements monitor and treat labor conflicts, reducing distances between labor law and labor practices it has been to the governments' advantage not to allow trade relations between the countries too bogged down in disputes or even a spiraling of conflict levels. To avoid spillages labor conflicts, the ministries of labor are coordinated with the ministries of trade. However, strategies of conflict avoidance and mutual distrust limit open cooperation on labor conflicts. (Dumbois, Hornberger and Winter, 2003).

The strategy of low intensity can delay conflict solutions as the result of a contradictory political process rationality of governments involved. The cooperation and conflict strategies of low intensity in the bilateral intergovernmental relationships are based on a paradox combination of distrust, reluctance to cooperate, the need to control and retain conflicts. (Dumbois, Hornberger and Winter, 2003). The tense process of bilateral

conflict resolution of intergovernmental political depends of willingness of governments involved to cooperate instead of utilization of dispute and sanctions mechanisms. International labor regimes are reflected in problems of sovereignty, dominance cooperation-conflict and participation.

The imbalance between conflict and cooperation, the lack of common policy and procedures for "integrative bargaining" and lack of redistribution mechanisms causes the mutual distrust among governments. International labor regulation regimes may address to solve the problem of the balance between cooperation and conflict and not solely on the basis of conflict resolution. Cooperation may not only be restricted solely to conflict, but may include resources and mechanisms for integrative and distributive bargaining.

The point is to maintain balance between cooperation, conflict and dominance from

participation of civil actors in such conflicts as sovereignty, international regulation and “embeddedness” of labor relations. The balance between cooperation and conflict can be supported not only by conflict processing, but by joint policymaking combining regulatory functions with distributive mechanism. Conflict processing under the logic of “zero-sum” is a bilateral process of conflict resolution. Conflict resolution procedures may be supplemented by joint labor policies from the three countries (Dumbois, Hornberger and Winter, 2003).

Actors of civil society are disillusioned of low intensity conflict solution and cooperation blockades strategies between governments, which prefer consensual bilateral forms of conflict resolution. Transnational actors, networks of organizations and trade unions select conflicts and elaborate the complaints as a political instrument for conflict resolution that does not supersede

institutional patterns of conflict regulation but that give way to inter governmental or public pressures to influence on labor practices. Although US Government is concerned with complaints against Mexico as a source of conflict that puts national sovereignty at risk and endangers relationships it has had little inclination to exploit the potential for conflict and sanctions (Dumbois, Hornberger and Winter, 2003).

Conflicts between the state, governments and communities

The role of the nation-state is to regulate conflicts between the essential elements, the nation-state, capitalists (firms), laborers and consumers, binding together disparate and conflicting interests (Robbins, 2005). One good example is the case of the bill to allow merger of Travelers CEO Sandy Weill and Citicorp that remained mired in United States Congress because jurisdictional disputes among federal agencies,

intra-industry conflicts and consumer groups opposition.

Almost all ethnically diverse states experience some form of political tension, this do not escalate to violence. Of 58 armed conflicts underway in 1995, 57 were intrastate disputes, out of which 48 were ethno political conflicts and only one was an interstate conflict (Gurr and Moore, 1997) Literature on nationalist and ethnic conflict analysis (Diamond and Plattner, 1994; Gurr, 1993; Gur and Harf, 1994). Ethnic conflict is not always violent. The state can politically manipulate the ethnic conflicts and the identity differences. Difference is a resource exploited for gaining access to hard resources through control of political levers of power vested in the states (Gurr and Harff 1994; Wimmer 1997).

The conflict aspects of diversity and cultural differentiation is linked to political conflict and relationships of mutual dependence requiring development of a culture of cooperation, common responses and institutions for regulation. Avoiding entrenching in the polar positions of 'conflict' and 'consensus' and assuming the existence of de jure normative consensus as the foundation of society, maintains the materialist foundations of the conflict view.

Ethno political conflict involves ethnic and religious identity groups defined themselves to have common descendent, shared historical and cultural backgrounds that make claims on behalf of community interests against either state or other groups. The state can make these claims on behalf of the dominant ethnic group and use strategies to accommodate and of co-optation of conflicting communities. Communities and NGOs make

demands that conflict with the limits set on regional autonomy to secure revenues for their benefit, a sustainable resource management, and an effective conflict resolution of disputes over resources. However, the work of Mexican NGOs is relevant in fostering community development and solving conflicts between local communities and private or governmental actors. The depletion of resources due to past inequitable exploitation is generating the potential for conflict and national disintegration.

Governments manage the stick and carrot dilemma when solving conflicts. For instance, conflicts in the state forestry institutions between conservationists and politicians engaged in land reform resulted in loss of power for conservationists in the forest department in the 1940s (Mathews, 2002). In the history of struggle for control of the forests, the silvicultural system has been the greatest source of friction and inter-community conflicts. In a local conflict between a community

and the state, local resistance to the government concessions issued to large firms in the Sierra Norte, the community succeeded in a process of struggle for local autonomy, defense of labor rights and refusing to renew forest concessions to timber companies. The concessions were eventually nullified in 1984 (Abardía and Solano 1995), and legally recognized transfer of control to local communities two years later (Klooster, 1997).

Local resistance has often promoted clandestine forest resource use combined with escalating conflicts between different stakeholders over resource access and user rights. Comuneros have learned that they gain control of the foresters by being ecological guardians and by preventing deforestation. (The future of Mexican forestry: Ideology and conflict. *Journal of Sustainable Forestry*, 24).

Some of these conflicts are drawn into cycles of rebellion and repression and some other

find accommodation with rivals and regimes. Each one of the ethno political conflict requires specific microanalysis to isolate the conflict relationships with the state and the ethnic group. A theoretical model of the ethno political conflict process developed by Gurr and Moore, (1997) involves four interdependent concepts depicted as dependent variables:

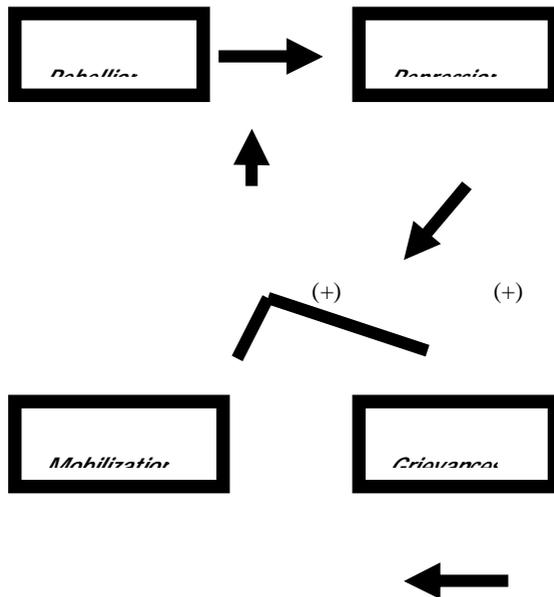


Figure 2 - Linkages among the four main concept - Source: Gurr and Moore (1997)

Rebellion may diffuse through collective action and mobilization among like-minded groups elsewhere in the international system. Persistence of ethno rebellions prompts the state elites to establish autocratic rules to institutionalize repression. Sources of State repression and coercion to manage ethnic political conflicts are driven by internal ethno rebellions, past use of coercion and coercive capabilities. These sources lead to creation and development of institutions that reinforce preferences of state elites for repression and coercion of ethno political conflicts. Political repression can drive down conflict because it affects the opportunity costs of participants (Soysa, 2001)

Analysis of large-scale civil wars focuses on determinants suggesting that conflicts are associated to economic motivations around the greed versus grievance thesis (Collier, 1999 and Collier and Hoeffler, 2000). Thus, it is important to understand conflict in terms of whether or not

greed or objective grievance drives conflict. Both greed and grievance predict conflict significantly although grievance is hardly the strongest stimulant for conflict as most claim (Gurr and Harff 1994). Greed has strongest effects on conflict. Greed is more potent driver of conflict than grievance because grievance should be highest at the highest point of repression, but so are the opportunity costs of rebellion. The net effect of repression is larger than that of grievance-reducing democracy (Soysa, 2001).

Resource wealth might lead to civil conflict in two ways. The "looting hypothesis" sustains that rebel movements arise from greed and grievances and thus, the availability of resource wealth gives rebels the ability to finance. Resource wealth raises the likelihood of civil conflicts because rebels fund themselves through looting and extortion. Conflict may be caused by other mechanisms such as taxation, although "the increased tax revenue

eventually augments the capacity of the government to defend itself sufficiently to offset the attraction of enhanced loot" (Collier and Hoeffler, 1998, 2000).

Resource wealth has fueled civil wars, which arouse by other reasons. Through then grievance mechanism, the rebel activities target grievances against the resource firm or its symbols in resource wealth territories. A conflict appearing resource wealth may force manufacturing sector to leave while staying the dominant force in the economy. A resource wealth territory may give population the economic incentive to fight for independence and autonomy. The existence of these conflicts tends to confirm Rudolph Rummel's point that most deadly quarrels is between nation-states and their own citizens. Resources play a different role in separatist conflicts than non-separatist conflicts (Ross, 2001).

A civil war is conventionally defined as an intrastate military conflict between government and

a non state organization that generates at least 1000 battle deaths a year, with each side suffering at least five percent of these deaths. Conflicts have produced fewer than 1000 battle deaths a year; are referred as "civil conflicts". (Ross, 2001). The traditional nationalist and unionist approaches for the Northern Irish conflict were seeking rationalizations for particular policies to justify antagonisms and to blame for the conflict.

Violent civil conflicts take place in states with an abundance of natural resources although correlation between civil conflict and resource dependence may be caused by other variables such as weak rule of law and undefined property rights. Resource extraction may contribute to civil conflict by offering rebels the opportunity to loot, and by creating grievances. Resource looting may have not been the cause of the conflict but may influence the determinants of duration and intensity of a conflict. (Collier,

Hoeffler, and Söderbom, 2001). Scholars find discrepancy in that resource dependence is tied to the incidence of conflict but not its duration (Collier and Hoeffler 2000; Collier, Hoeffler, and Söderbom, 2001).

Resource wealth could influence the duration of a conflict when a party in the conflict carries out resource looting and when within the rebel organizations or armed forces create principal-agent problems. Resource dependence is linked to the duration of civil wars but not their incidence. (Fearon, 2001). Ross (2002) finds evidence to support that resource wealth is linked to the onset of conflict and the duration of conflict. Resource wealth may increase the lethality of civil conflicts if adversaries are not given any incentive to cooperate. Resource wealth has a mixed or ambivalent impact on duration and intensity of conflict, although resource revenues may influence the duration of conflict, it may reduce the intensity of conflict by encouraging cooperating in exploiting

the resource. For instance, Lerma Basin Council (1989) solved contentious inter-state water conflicts in Mexico (Gedicks, Al. 1996).

There are different arguments about how resource dependence is linked to civil wars and scholars disagree about dimensions of conflict. The onset of civil war made the economy more dependent on resource exports (Minter 1994). Primary goods to total exports ratio is strongly related to conflict. Social factors of poor countries vulnerable to conflicts affect the investment and export activity. Civil wars may exacerbate dependence. The civil wars may make the economy more resource-dependent and forces states to grow more dependent on their resources. Resource dependence influences civil war but not its duration (Collier and Hoeffler, 2000) and not influences civil war but affects its duration (Collier, Hoeffler, and Söderbom 2001; Fearon, 2001).

Ross (2001) raises questions about how to explain the correlation that exists between a state's natural resource wealth and the likelihood of civil war it will suffer (Collier and Hoeffler, 2000, and De Soysa (2000). The ability to identify the nature of any conflicts is important for the protection of natural resource areas. There is a threat to natural protected areas from encroachment by outsiders and through land tenure conflicts. The conflict is usually state versus federal in US, for example. Ross (2001) argues that correlation between resource wealth and civil war could be spurious, if both resource wealth and civil war are produced by a third variable, such as poorly enforced property rights. Ryan, (1987)..Analyses property and land management conflicts

The Collier-Hoeffler analysis provides a robust result of some causes for pursuing governance factors. The size of population is

correlated with conflict. Ross (2002) found that the natural resource-civil war correlation accounted for by a variety of different mechanisms, some of which influence the onset, others influence duration and still others intensity of conflict. The resource dependence-civil war correlation is produced by a variety of causal mechanisms. However, Ross finds no evidence for the “looting” mechanism (Collier and Hoeffler, 2000) that links natural resource dependence. The expanded Collier-Hoeffler mechanism “resource looting” includes related phenomena – such as the sale of resource futures, the extortion of money from firms building resource infrastructure, and the incentives facing neighboring governments (Ross, 2002).

Ross (2002) suggests that different mechanisms require different policy interventions. He gives the example of mining that causes conflict

because it produces grievances over access to jobs and resource revenues, and offers as a solution greater community involvement by mining firms. However, rebel groups extorting money from resource firms, requires stricter mine site security and less community involvement. There is evidence that natural resource wealth is causally linked to civil conflict (Ross, 2002) He finds strong evidence "that resource wealth has made conflict more likely to occur, and last longer and produce more casualties when it does occur. Resource wealth not always make conflicts worse, sometimes have contradictory and even beneficial effects over the course of a civil war like bring about an end (Ross, 2002).

A drawback in the Collier-Hoeffler model is the lacks of an institutional component, although the analysis is based at state level. Institutional factors fashion the opportunity costs of fighting and solve collective action problems for maintaining

peace (Soysa, 2001) Democratic institutions have an impact on the forms and extent of political conflict within states (Zimmermann, 1980). Governments of developing and less democratic countries can use military or police force, although it may be counterproductive. Autocratic governments can use coercive force to repress communities increasing the risk of further civil unrest (Gurr, 1970, Hirschman, 1981; Gupta, 1990; Bourguignon, 1999; Boix, 2004) States that have developed democratic institutions are expected to experience lower ethnic political conflicts than more authoritarian regimes. Democracy will influence levels of repression, which affects levels of mobilization and in turn influence levels of rebellion.

Democracy reduces elite preferences for repression by institutionalizing conflict management (Gurr and Moore, 1997). Empirical evidence supports that conflict is less likely among moderate democracies because they lower opportunity costs

for organizing opposition to the state which is less likely to be repressive. Collier (1998) argues those high levels of autocracy and high levels of democracy are both conducive to peace. Moderate democracy tends to increase the incidence of conflict while further increases induce peace (Soysa, 2001).

Conflicts between state and local communities (Angelsen, 2001) are based on cultural differences. Culture of indigenous peoples conflict with the culture of capitalism. For instance, Lacandons have allied themselves with the federal government and a business-oriented environmental organization in a demand that the communities settled on lands within the Montes Azules Biosphere Reserve be evicted in order to protect an ecological area. The Mexican government was urged not to take any steps that could lead to a worsening of social conflicts in Chiapas. This situation may not be

an inter-ethnic conflict between the Chol and the Lacandon indigenous people.

In Mexico there are more than 30, 000 unresolved agrarian conflicts, land disputes and conflicts between villages involving indigenous communities. The Mexican state exploits conflicts within and between agrarian communities to divide them ensuring they do not mobilize against it around common interests (Dennis 1987).

The land boundary conflict between Santo Domingo Teojomulco and San Lorenzo Texmelucan in Oaxaca has its historical roots in contradictory decisions on the part of the federal government dating back even to the colonial era. There are approximately 656 agrarian conflicts in the state.. These conflicts that have already taken a heavy death toll, have the lack of response on the part of authorities as one constant factor, and the Ministry of Agrarian Reform has made no proposal for resolving the conflicts, although each one has its

particular characteristics. Most of the conflictive situations in Oaxaca are characterized by a politics of “terror” Conflicts between indigenous communities have negative repercussions on social and economic rights. (Comité pour la Justice Sociale, 2003).

Conflicts in Mexico have given rise to solidarity movements abroad, such as the international support for the Zapatista demands in Chiapas, termed as “Marginalized Violent Internal Conflict”. The insurgency unfolded in the face of overwhelming odds under objective standards of military power to defeat opponent government (Tschirgi, 2004).

Solutions to ethnic conflict are explored can be classified as domestic and internationally based solutions, Domestic solutions that focus on design of political and cultural institutions include power sharing in government (e.g., consociational democracy), protection of minority rights, and

autonomy arrangements. International solutions include territorial partitioning and the stationing of UN peacekeeping troops.

To prevent or offset large scale civil conflicts may be implemented social redistributive policies. These policies play a role in prevention and reduction of political unrest and result on positive externalities on economic growth and social development. The nature and effects of conflict on human security and social welfare is manifest when social cohesion tends to break. Redistributive policies may become an institution to reduction of socio political tensions and to prevent or diffuse internal community conflicts caused by inequalities and social divides by addressing economic, social and political discontent over poverty of people and protecting them again losses of income, assets and capabilities.

Different forms of redistribution of income to the conventional ones, from the whole

population into the accumulation of assets among the poor, will allow them to be more productive and less excluded socially (Bourguignon, 2002). But may face similar economic and political difficulties to the redistribution of incomes, wealth and assets. Redistribution of financial resources and social and political rights require an increasing demand and active participation from civil society but also political determination from government and support from economic elites.

Spending on social services, health and education contribute towards stronger economic growth. But implementation may be constrained by budget restrictions. Policies to guarantee more equal opportunities, reduction of discrimination and segregation from social and political rights may be impeded by labor market structures and may face opposition from established elites (Justino, 2004). One good example is the case of RUTA-100 union, one of the most radical trade union movements in

Mexico. The Union is allied with the rebel Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional (EZLN) have an active conflict with the Mexico city administration over the mass firing of its members and the arrest of its leaders.

There is a increasing conflict within households between women as suppliers of labor and men who reap financial rewards (Vermeulen, Nawir and Mayers, 2003). Developing countries that have high income inequalities have also high potential for sociopolitical conflict (Binswanger, Deininger and Feder, 1993).

Increases in redistributive policies may have a role to play in the establishment and/or maintenance of stable socio-political environments in developing countries. Redistributive policies contribute towards the socio economic protection of vulnerable groups creating a politically stable environment and generating positive externalities for economic growth and social development.

Conflicts between firms and States

Relationships between firms and government can be both cooperative and conflict (Dicken, 1998) and Sklair, 1995) changing over time and depending upon the specific bargaining power of each one. Angelsen, (2001) study conflicts between state and local communities

The state can impose economic policies of restructuring strategies over firms that can give rise to the emergence of conflicts. Long-run economic efficiency counts in high-innovation markets, although it may be in conflict with economic efficiency in the short run. If the competition agency pursues economic efficiency implying that conflicts between different objectives are resolved between different institutions in accordance with their powers and responsibilities. However, the consequence is that there is a great concentration of power in the competition authority with the consequent disadvantage that there may

be conflicts of interests between investigation and adjudication. There is the potential for much conflict in these arrangements. A conflict between economic efficiency and competition versus capitalization ratios, may be resolved by institutional design of the structure of economic governance in the country and its competencies and responsibilities in relation to those of other authorities.

Centralization of political power would stifle the ability of public actors to manage restructuring conflicts. Public actors mediate conflicts regarding the use of assets and risk sharing by private actors, to regulate market and facilitate investment. The active role of government in the economy would regulate conflicts between firms and banks through contracts that will allow reorganization of assets, buyouts and closures.

Social power can be exercised to lead strategies to reduce and resolve international

conflict between firms and countries, produced by differences between participants in the substance of the business. The strategy for doing international business may produce sufficient conflict to undermine the success of that business. The danger and depth of conflict when these strategies are used may be significant. The reason for the conflict is that if business of strategies their way, implicitly accepting the correctness of their perspective to do business internationally, others may be at a disadvantage skill wise.

Interest groups oppose State restrictions that discourage entry by multi-location firms. Firms may face States reluctant to deregulate having national impact on obligations, which can derive as imputed conflicts of interests. These conflicts may be deal through adequate structures to provide efficient rules. Small firms can hold the balance of power on rigid conflict of interests and conflict of law rules while large firms may oppose government

reforms not as a cohesive group that would help competitors for building reputation capital. Reputation is an asset that firms may not be willing to destroy by behaving as predicted by agency theory. States may move towards adopting some sort of structure for regulating non-competition agreements, rules governing ownership and rules on imputing conflicts. Ethical restrictions on non-competition agreements must distinguish legal multi-level payouts based on potential damage caused by the departing partner from illegal non-competes (Ribstein, 2001).

Post privatization disputes and negotiations may still occur between governments and firms (Pires and Goldstein, 2001; Gentzoglani, 2001).

A decisive factor is whether or not the host government can be forced to take a proactive role in helping to resolve conflicts between foreign capital and labor. International agencies and government

can take this role as for instance, the International Labor Office (ILO) providing technical assistance to solve the conflict between workers and the Korean maquiladora Maxmode at Nike's urging (Kidd, 2001). Since the judicial system as a mechanism to solve conflicts between firms and regulators is weak in some countries, firms seek protection from international agreements

Regulation has two components: regulatory governance and regulatory incentives (Levy and Spiller, 1996) or political stability (Heller and McCubbins, 1997). Regulatory governance refers to "all mechanisms that a society uses to restrain government discretionary moves to solve conflicts between firms and regulators" (Abdala, 2000). Regulatory governance refers to mechanisms used by society to restrain government discretionary moves and to solve conflicts between firms and regulators. Political stability is defined as a situation with minimum risk that government would

introduce substantial changes to the way it treats investment.

Regulatory governance is under pressure by unresolved conflicts among interest groups. Conflicts among members of families facing the dilemma of retaining control despite the increased needs for external financing are a threat to the Mexican corporate governance model.

Crucial differences of regulatory style are in the degree to which regulations are developed harmoniously through discussion, mutual accommodation and implicit or explicit bargaining or through conflict and all available political and legal tactics on maintaining one's position on the other. A science-based approach to setting clear parameters for decision making regulation is necessary to safeguarding the environment and avoiding unnecessary conflict (Graham and Wiener, 1997).

Institutional characteristics such as nature of conflicts among business groups affected by reform and administrative capabilities, determines a wide variety of government choices for regulatory incentives and produces different outcomes across sectors (Levy and Spiller, 1996) Agency costs in regulated firms extend to conflicts of interests between shareholders and regulators. Conflicts with regulators requires a higher level of monitoring to control agency problems. To promote credibility and commitment, government use several mechanisms to solve conflicts such as informal contacts with firms and political pressure on regulatory agencies and other institutions

In any potential conflict the executive power can give the benefit of the doubt to the firms at the expense of other parties such as consumers. High state intervention is an extension of agency problems to shareholder-management conflicts. Interventions of government bypassing regulatory

agencies to accommodate contending interests among groups can be explained by the lack of effective mechanisms for solving conflicts. Thus, good regulatory institutional design should provide mechanisms to restrain government and avoid private opportunism. Contracts may include specific mechanisms for conflict resolution under different contingencies.

The allocation of responsibilities between governments and agencies should take into consideration significant conflicts of interests. When rules impose conflicting obligations to firms such as disclosure and confidentiality it is not easy to comply them.

Conflicts between firms

Inter-firm co-operation finds expression in the network model (Cooke & Morgan 1993) in which relations are based on trust between economic actors for mutual benefits. In the course of mutual

adaptation disputes and conflicts between firms tend to be "resolved within the relationship rather than by reorganizing it (Grabher, 1991:63). Cooperative arrangements give rise to conflicts between firms over the appropriation of results.

Conflicts of interest created by business groups (Dewenter, Novaes and Pettway, 2001) include conflicts among member firms and conflicts between member firms and external investors.

The existence of asymmetric interests and expectations between firms may conflict promoting opportunistic behaviors from one partner while the other seek higher control over the alliance's operation (Anderson and Gatignon, 1986). Conflicts arise between firms competing to make their proprietary technology and industry standard. Uncertainties of production development entail significant risks between interdependent firms that often conflicted with one another and created restructuring conflicts.

The dynamics of incentive and conflict political dimensions in the transfer of knowledge and mutual learning agreements and the creation of competencies over the long term may coexist with other conflicting values. Agents can choose strategies to implement a preferred equilibrium, irrespective of any incentive conflicts between firms that may surface when a standard is to be set. Affiliated firms may be incompatible with their asset structures and control within the group (Khanna and Palepu, 1999).

Trade-offs between capabilities of local actors and external resources may exist which cannot always be resolved without conflict between vertical and horizontal growth in a cluster. Power as relationships creates rules of dominance and subordination within a group of firms or a cluster network (Allen, 1997) helping to settle conflicts and speed up decision making processes between firms (Clegg 1989; Taylor 1995).

Complexity, group affiliation and group visibility may impact agency conflicts within groups (Gul,1999) Dewenter, Novaes and Pettway (2001) discuss the trade off between business groups controlling agency conflicts The complexity of organizational structures may limit their ability to control conflicts and to reduce information asymmetries. The potential for agency conflicts and the need for a dividend control mechanism both decrease when the percentage of insider holdings rises.

Agency conflicts in groups are complicated and determined by visibility, complexity, and conflicts between firms and controlling entity. Agency costs are the loss to shareholders of controlling agency behavior. Costs of agency conflicts become important to the firm that measures should be taken by stakeholders and managers. When the level of institutional monitoring is insufficient for greater agency

problems, it is required that the influential group of shareholders pushes for higher payouts to induce capital market monitoring. Affiliation on agency costs. Reducing agency conflicts requires monitoring the firm and its management. The components of agency costs are monitoring expenditures, bonding expenditures and residual loss (Jensen and Meckling, 1976),

Group affiliation has the potential for increasing or decreasing conflicts between managers and investors (Dewenter, Novaes and Pettway, 2001). Gul (1999) finds group firms membership to reduce potential conflicts between equity and debt holders. Conflicts between debt and equity holders in business group affiliated firms formed around a main bank which is also likely to be the main shareholder.

The need of shareholders (principal) to monitor management (agents) behavior arises due to the separation of ownership and control and the

associated conflicts of interests. Stakeholder theory implies an increasing need to monitor an extension of agency problems to conflicts of interests between equity holders and other stakeholders; Most of this attention has focused on internal conflicts among group members. The potential for external conflicts of interest between large, diversified business groups and investors may be constrained by reputation concerns. However, underwriters may pose a conflict of interest associated with higher initial returns. Potential conflicts between borrowers and individual lenders inhibit the development of markets because defrauding borrowers are not penalized.

The conflict of interest between investment banking and stock research was fully ingrained in the culture of investment banks. The inherent conflicts of interest within any large financial institution tempt greedy brokers and investment bankers to put company profits first and fidelity to

investors second. Investors are unable to know when research is coloured by conflicts of interest. These conflicts could have an impact on client retention. Large firms ignore conflicts of interests as long as the financial rewards outweigh the potential costs. (Sirignano, 2004). It is a basic inherent conflict between investment banking, equities and retail. Investors do not know about the conflicts of interest that exist between the research and investment banking departments of large firms.

There is dissimilarity in how conflicts of interest affect different banks. Investments banks have conflicting economic interests. Conflicts of interest concerning research and investing banking stem from an asymmetry of information and the self-interests of analysts that did not align with the interests of the investors. Access to information would enable investors to better value. Actions of an individual agent affect other principals whose preferences conflict (Bernheim, 1986). Investment

bank analysts had an effect on the price of stocks the conflicts of interest arise. Because firms and investors give stock analysts the right to perform their research, conflict of interest is modeled by common agency.

Michaely and Womack (1997) show that underwriters' buy recommendations of their own underwriting perform poorly, as compared to recommendations by non-underwriters, attributed to conflict-of-interest bias. Firms extend the conflict of interest to analysts by tying their compensation to how much investment banking revenue they could generate. It is the conflict of interest with investment banking not trading that is driving the inflated research reports. Regulations may prevent future conflicts of interest and biased research, may also block conflicts between firms' investment banking and research departments. Regulators have tried to remove or at least diminish the potential conflicts. The concept of meta preferences (Sen

1984) supports guiding principles in the solution of preference conflict.

A conflict arising from a fraudulent asset transfer by the borrower if the bank can withhold the subsidy and emerge as an institution that can resolve conflicts without court interventions. If institutional arrangements resolve the conflicts, legal rights are less important, but either contractual solutions or past social ties can mediate conflicts between firms and banks over restructuring. Although banks have sufficient clout over borrowers to resolve conflicts without court interventions, banks rely on courts to resolve some of their conflicts with the borrowers. If capital markets prevent conflicts before they arise, then the need for courts and shareholders rights will be lower

Firms may prefer markets as a source of funds in common-law countries where courts are effective in solving the conflicts between firms and

individual investors. A cost minimization model should consider conflicts between the firm and its non-equity shareholders through the introduction of free cash flow as an agency variable (Holder, Langrehr and Hexter, 1998).

Conflicts of interests often exist among children and grandchildren in family firms regarding such issues as the allocation of corporate cash flows. Viewpoints may change in some countries as people place more emphasis on children and their needs and less emphasis on wealth. Agency conflicts and dependency on capital market for external finance may be different for group-affiliated firms. However, links between business groups and the capital structure decision may be subject to culture (Gleason, Mathur, and Mathur, 2000).

Conflicting rules are a potent bar to multi-disciplinary firms. A client of any branch can create a conflict for the entire firm depending on conflicting

definitions of the firm and the type of structures to deal with conflicts. Rules imputing client conflicts of interest between the firm and agencies need to be regulated, but not necessarily to be firm-wide to avoid malpractice damages and vitiating the conflict. Firms avoiding client conflicts may limit their ability to growth and to break up where the benefits from conflicting business exceed scale and scope economies (Ribstein, 2002).

Conflicts of interest between firms arguably present greater potential dangers to clients because individual and business consumers want a broad variety of providers from which to choose. Ethical values may lead to conflicts between firms and their customers. Transaction ethics is focused in own rights and aimed at reaching personal goals and controlling conflicts for your own sake and cooperation with others benefits both parties. (Brand, 1989) Companies do not recognize the society and conflicts may occur between economic

and social goals. There will be conflict between business results and following the General Business Principles Ethics, as Universals has no clear indication of how to choose between conflicting obligations or duties.

The inherent characteristics of the advertising agency-client relationship are conflictive in nature. Agencies and clients are often in conflict with each other. Potential conflicts arise from the interaction between firms, an advertising agency and a client includes both common and conflicting interests (Ellis and Johnson, 1993). An advertising agency-client conflict emerges. Private incentive and welfare concerns arise when firms undertake some activities, such as comparative advertising as a welfare improving policy (Albano, 2001). The tensions are imperfectly controlled through the usual financial arrangements negotiated between the client and its agency.

Conflicts between advertising agencies and their clients are rooted in the nature of the service and the structure of their interaction. According to Dowling (1994) conflicts between agencies and clients typically are played out around four areas: (1) the style of the advertising campaign (a creativity issue); (2) the effectiveness of the campaign (a success or failure issue); (3) the cost of the campaign; and (4) client service (an interpersonal issue). Conflicts may rise either because of the competence of the agency to fulfil the client's needs or contradictions that exist between the incentives facing the two parties. The advertising agency-client relationship is one that is subject to potentially conflicting incentives of agency profitability and client profitability. Creative awards may lead to additional conflicting incentive.

Conflicts that arise between the internal and external agencies are conflicts over power. A possibility of resolution to the agency-client conflict

may be that the less the incentive the firm has to take advantage of its agency, the more likely it is that an incentive contract based on sales performance will align the interests of the agency with its client. Conflicts could be resolved by changing the structure of the payoffs to the agency and client, and finding mechanisms to measure inputs and outputs. (Devinney and Dowling, 1999). Because ingredients to agency compensation and control are imperfect solutions to conflict-of-interest problems, complex mixing-and-matching approaches may create new conflicts between the client and its agency (Bhattacharya and Lafontaine, 1995).

The open divergence of opinions and conflict between firms of the agrochemical industry sector is because their strategies diverged and their markets became more competitive (Tait, 2001)

Trade conflicts followed by political bickering after dispute settlements cases are more

domestic between export firm interests and import competing interests than as conflict between countries. Kant argued that trade promoted peace by acting as a constraint on rulers who might otherwise embark on conflict. Trade may reduce conflict by raising the capacity of government, reducing opportunity costs and by increasing social capital (Soysa, 2001).

Political and social conflicts between firms and employees have resulted in the emergence of welfare. Origins of social conflict and instability not accountable or are considered dysfunctional The distributional approach argues that the profit motive depends on distributional conflict. Teams try to raise the level of output, which is subsequently subject to a distributional conflict. "The coordination and problem-solving nature of organizational routines." (Coriat, Dosi 1998, p. 104), it "neglects the second major role of organization and organizational routines, namely their being a

locus of conflict, governance, and a way of codifying microeconomic incentives and constraints". Distributional conflict is not very relevant and so is any conflict between consumer requirements and profit seeking activity. Business related values may clash with religious values and may foster distributional conflict within firms.

The ensuing frustration of reducing consumption and opportunities to improve one's job may well expand the scope for social conflict. Lack of security of workers is tied to the economic crises and social conflicts. If workers resent exploitation per se and its increase still more, the old problem of inequality generating social conflict could resurface with a vengeance. Conflicts between firms and employees about payments and wages concern issues on monitoring the work. The welfare state assumes the role of referee in the labor conflicts between firms and workers.

Conflicts between employees concern issues on egalitarian practices.

Conflicts between firms and communities

Studies to analyze community-firm interactions are scarce and can be characterized in two approaches (Engel and López, 2004). The first approach emphasizes conflicts over property rights and focuses on conflict issues and not in the possibility of negotiation or bargaining. Conflicts between firms and environmentalist groups (Burton, 2003), conflicts between landowners and squatters (Alston, Libecap and Mueller, 1999a, b.) and landowners and potential encroachers (Hotte, 2001) A second approach analyzes interactions through a bargaining model. Communities receive from firms a large variation of benefits but also there are conflicts and collusion.

They are some approaches to analyze community-firm interactions conflicts focusing on

property rights. Property right may conflict with open-source tenets

Literature on conflict and bargaining endogenously derive the conditions under which community-firm interactions result in conflict or, alternatively, in bargaining agreements. Bargaining or conflict depends on the two parties' outside options, defined as the party's payoffs available when the bargaining fails (Binmore, 1985). Engel and López (2004) derive endogenously the conditions under which community-firm interaction result in conflict or in bargaining agreements. Linkages between conflict and bargaining outcomes leads to non-trivial changes in the comparative static analysis. Prevalence of bargaining or conflict depends on the parties payoffs available (Binmore, 1985). Improvements in the community's bargaining power vis-à-vis the firms are likely to increase resource extraction that harms the environment. The outside options may be the outcome of a

potential war of attrition between the community and the firm. Property rights are considered as the outcome of a conflict and bargaining between the community and the firm.

If power is not well balanced between firm and community may be a reluctant concession to external demands. History of conflicts and weak institutional mechanisms within the government, firm or community is a factor working against firm-community cooperation. Individual deals may be started off in response to conflict between the two parties.

The conflict and bargaining outcomes leads to non-trivial changes in a comparative static analysis. Engel and López, (2004) conclude, "improvements in the community's bargaining power vis-à-vis the firm are likely to increase resource extraction and thereby harm the environment. Moreover, an increase in the wage rate may have continuous or discontinuous effects

on the environment, depending on initial conditions. We show that the continuous effect generally corresponds to the standard comparative static intuition (i.e., an increase in the wage rate reduces environmental degradation). The discontinuous effect, however, can be paradoxical and counter-productive”.

The conflict between the community and the firm is an outcome of property rights. Under the attrition model, the strategy for the firm involves logging and the strategy of the community is to block. If the community wins, the firm is forced to bargain. Attrition models assume that competing agents follow a strategy to win conflicts. When there is absence of information asymmetries the war can be virtual. Determination of the critical attrition point for each player as the maximum length of the conflict that can afford and the costs involved.

If a community wins the attrition conflict the firm may be forced to bargain sharing the benefits of the exploitation with the community. Burton (2003) using a discrete framework considers the boundary conditions that determine the winner. Bargaining requires two conditions. First, complementarities between the firm (capital and technology) and the community (natural resource and manpower) in terms of access to the factors of production. Second, the community has to be able to enforce its property rights. The asymmetric outcomes are shown in a conflict game in Figure (Engel and López, 2004). Bargaining is possible (area II). Theory of collective action may influence community's ability to face conflict but still negotiation is needed.

Mexico require that firms interested in exploiting natural resources get involved in some form of negotiation with local communities, but

does not preempt other forms of potentially more conflicting interactions.

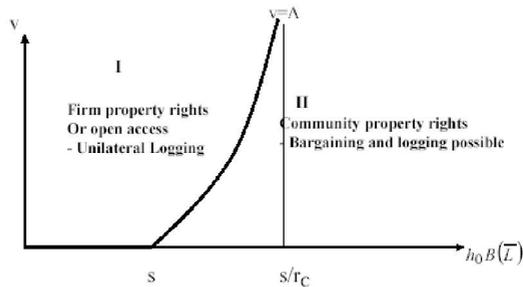


Figure 3 - Possible outcomes of the pre-bargaining property right game - Source: (Engel and López 2004)

Precarious communities suffer more when firms fail. Arrangements between firms and local communities over exploitable natural resources are crucial to prevent long term conflicts. In conflictive situations between firms and communities, social risk may be managed through high impact social spending controlled by democratic decisions. Public information and involvement in decision making in

potentially contentious areas may help to avoid the emergence of uncertainty and political conflict.

Competition of mining companies over access to resources can lead to conflicts with communities and mining companies. Conflicts between communities and the mining companies arise from the enormous differences in financial resources, power and cultural background, which entail high costs for all concerned. Mining firms often reduce access by communities to the natural resource and cause significant environmental damage.

Conflicts may develop between landowners and potential encroachers, (Hotte, 2001) and between landowners and squatters (Alston, Libecap and Mueller, 1999a, b). Land conflicts are common in Mexico as the result of past land management policies. Land property rights in Mexico generate conflicts and form a backdrop for understanding much of Mexican history. Socials issue, and land

rights conflicts between firms and local communities are spreading throughout the country and will take a long term to solve.

Large firm development policy is creating poverty in forest regions. Broader scale conflicts exist between out growers and pastoralists (Vermeulen, Nawir and Mayers, 2003). There are conflicts and power struggles in Mexican rural communities and ejidos which consist of groups of families dependent on diverse economic activities such as agriculture, cattle raising, forestry, mining, etc. The resort Hotel Serenidad built on ejidal land in Baja California now claimed by peasants is a conflict that arises out of disputes over land and resources. The struggles for the use of available resources have caused violent conflicts between families. A good example is the community of the ejido El Centenario (Durango) where there were serious internal conflicts. Communities involved in forestry activities are good example of internal

conflicts within the community and between neighboring communities.

Firm-community forestry partnerships may be capable of soothing and exacerbate local social conflict rather than ignite it. Forestry enterprises of certified communities by an external agency, reduce these conflicts and tensions and justify the productive project. Examples of forestry enterprises of non-certified communities are Macuiltianguis, Atepec and Peras in Oaxaca.

Land ownership and transparent land-use allocation and compensation clearly understood by parties reduce conflict between firms and communities. Plantations of timber and oil palm altered the livelihood of the communities, and have created conflict between communities and firms over tenure and allocation of land-use (Suyanto et al, 2004). Large firms who obtained land by force and other less transparent process has resulted in conflict over tenure with communities

The Chimalapas region is characterized by instability and violent conflicts between local "campesinos" and "outsiders" involved in illegal timber extraction, drug trafficking, land invasion, and cattle ranching (García et al. 1993). Conflicts between Indian communities of the Chimalapas and outside logging and ranching interests have been ongoing (Russell 1996). Conflict has prevailed between the ejidos and indigenous communities of the Chimalapas and powerful outside interests. To curb out escalation of conflicts among local groups, the Chimalapas communities have protected forest areas and have promoted a policy of accepting all campesinos living in the region requesting their contribution to defend and protect the area.

Conflicts of land tenure between local communities and large firms in Indonesia increased in 1998 where communities as a weapon used fire. During the course of conflicts, local communities frequently burned young plantations established by

large companies (Suyanto et al. 2000a). Land tenure arrangements have caused escalating conflicts between different stakeholders over access to and ownership of resources. The role of tenure arrangements and land conflicts affect cattle ranching practices, deforestation and land degradation. The ambiguous communal tenure and problems in delineating boundaries frequently leads to conflicting tenure claims between indigenous communities. Lack of legal mechanisms for the resolution of disputes over land only exacerbates conflicts over natural resource use and control (DeWalt and Rees, 1994).

Land tenure conflict between firms and communities, resulting from government policies and practices, is often the motive behind forest and land fires, triggered by the frustrations involved in getting representation in a fair and transparent judicial system. Large-scale plantations must take into account the existing land claims of local

communities. Recognizing communal land claims would help minimize conflicts over land allocation. (Suyanto et al, 2000b)

Consumers have a conflict when their choices are determined by different and opposing characteristics of the same good or service. It is likely to be a conflict between the objectives of raising welfare and market access increase and falls apart once we move to the case where two or more goods are subject to tariffs. Any reductions in dispersion are good for welfare but bad for market access. If prices are set at too high a level to absorb potential output, a conflict ensues between what businesses pursue and what a community needs.

Social movements organize around conflicts.

Marxist theory supports that all social movements are strategic actors in the social struggles involved in economic conflicts. Touraine found the new central conflict claiming that social

movements were central actors in the shaping of society

The cultural version of social change theory and conflict focuses on the nature of decentralized power and resistance of NSM and rejects the Marxist theory based on class struggle. Critics of the cultural version argue that it "... leaves unresolved the analysis of mechanisms which lead from conflict to action" (Della Porta and Diani, 1999:13). Social movements are informal networks based on shared beliefs and solidarity, which mobilize about conflict issues, through the frequent use of various forms of protest" (Della Porta and Diani, 1999:19). Conflict and protest represent the essential characteristics of the normal state of affairs, which are woven into the fabric of capitalist culture. Culture of indigenous peoples conflict with the culture of capitalism. Violent protest may be uprooted and disorganized

Resource mobilization theory neglects the structural sources of conflict created by NSM, over

emphasize the rationality of collective action and the potential of resource rich and self organized groups without entrepreneurship. However, social movements are collective action focusing on conflicts.

Conflicts between firms and environmental groups Burton, (2003) considered the boundary conditions that determined the critical attrition points using a discrete rather than a continuous framework.

Devolution means for communities the possibility to bargain with firms interested in exploiting the resources although it is difficult to prevent conflicting interactions.

Inter-communities and intra-communities conflicts

There are few studies concerned with intra and inter-communal conflicts (Barron, Kaiser and Pradhan, 2004; Boix, 1994) internal civil unrest and

sociopolitical instability that affects developing countries.

Underlying the agrarian conflicts affecting intra-communities and inter-communities of rural Mexico are causes such as the power of local politicians known as caciques, intra-community power struggles, armed movements, drug-trafficking, paramilitary forces.

Longstanding unresolved inter-community conflicts lead to incidents of serious violence and impede community development. The social fabric of a community torn apart by conflict, collective work ceases to meet community development. Process of natural resource management by local communities is reflected in the internal conflicts for the communities. Internal conflicts within the community of Chalchijapa, for instance, has resulted in the severance in collaboration with Maderas del Pueblo, a local NGO, established to support and facilitate local peoples' struggles to find solutions in

land use conflicts and natural resource management. However, recent political divisions and local conflicts have forced Maderas del Pueblo to abandon their development activities. Support from the municipality may resolve conflicts between neighboring communities and cattle ranchers who continue to annex Chalchijapa communal lands.

The exacerbation of these conflicts transforms them into inter-community and intra-community violence and accentuates rural poverty. Local governments have failed to guarantee public security, respect for human rights and help the communities to reach a definitive solution to their disputes. Government's will to reach negotiated solutions to social conflicts is subordinated to powerful economic interests.

Conflicts between communities can have a religious background

The levels of vulnerability and insecurity within the conflict affect communities. Small scale conflicts between communities have more deadly consequences given that the nature of conflict has changed by the proliferation of small weapons.

The pattern of conflict between contending social groups is one important factor that most enter into the analytical framework

Multi party conflicts

Conflicts between communities and the state, between communities and owners and between communities and communities are common in several states of Mexico stem from agrarian problems.

References

ABARDÍA, F.M. and C.S. Solano. 1995. Forestry communities in Oaxaca: the struggle for free market access. In, *Aprovechamientos Forestales en las*

Americas: Manejo Comunitario Sostenibilidad, pp. 111-143. Institute for Environmental Studies, Land Tenure Center, University of Wisconsin, Madison, WI.

ABDALA, Manuel A. (2000). *Institutions, contracts and regulation of infrastructure in Argentina*. Centro de Estudios para el Desarrollo Institucional. Universidad de San Andrés, Argentina.

ALBANO, G., (2001). *A Class of All-Pay Auctions: Equilibrium, Revenue Ranking and Surplus Extraction*, Louvain Economic Research, 67, pp. 31-38.

ALLEN, J. (1997), Economies of power and space. In, Lee, R. and Wills, J. (Eds.), *Geographies of Economies*. pp.59-70. London, Arnold.

ALSTON, L.J., LIBECAP, G.D., and B. MUELLER. (1999a). "A model of rural conflict: Violence and land reform policy in Brazil". *Environment and Development Economics* 4(2):135-60.

ALSTON, L.J., LIBECAP, G.D., and B. MUELLER. (1999b). *Titles, conflict, and land use. The development of property rights and land reform on the Brazilian Amazon Frontier*. The University of Michigan Press, Ann Arbor.

ANDERSON, Erin, and Hubert GATIGNON (1986) 'Modes of foreign entry: A transaction costs analysis

and propositions'. *Journal of International Business Studies* 17:1-26.

ANGELSEN, Arild (2001). "Playing games in the forest: State-local conflicts of land appropriation." *Land Economics* 77(2):285-300.

BARRON, Patrick, Kai KAISER and Menno PRADHAN (2004). *Local conflict in Indonesia: Measuring incidence and identifying patterns*. Mimeo. World bank

BERNHEIM, B.D. (1986). On the voluntary and involuntary provision of public goods. *American Economic Review* 76: 789 – 793.

BHATTACHARYA, S. & LAFONTAINE, F. (1995). Double sided moral hazard and the nature of share contracts. *Rand Journal of Economics*, 26: 761-81.

BINMORE, K. (1985). "Bargaining and Coalitions." In A. Roth (ed.), *Game-theoretic models of bargaining*. Cambridge University Press, Cambridge.

BINSWANGER, Hans, Klaus DEININGER and Gershon FEDER. (1993). *Power, Distortions, Revolt, and Reform in Agricultural Land Relations*, Latin America and the Caribbean Technical Department and the Agriculture and Rural Development Department, World Bank, Mimeo.

BOIX, Carles, (2004). *Political Violence*, Paper prepared for the Yale Conference on Order, Conflict and Violence, Yale University.

BOURGUIGNON, François (2002). *From income to endowments: the difficult task of expanding the income poverty paradigm*. DELTA Working Papers from DELTA (Ecole Normale Supérieure).

BOURGUIGNON, François, (1999). *Crime, Violence and Inequitable Development*, Paper prepared for the Annual World Bank Conference in Development Economics.

BRAND, A.E.: (1989). *Bedrijfsethiek in Nederland (Business Ethics in The Neerlands)*. (Het Spectrum).

BURTON, P. (2003). *Hugging Trees: Claiming de facto Property Rights by Blockading Resource Use*. Environmental and Resource Economics, forthcoming.

CHARLES, A.T. (1992). Fishery Conflicts: A Unified Framework. *Marine Policy*, 16, 379-393.

CLEGG, S. (1989). *Frameworks of Power*. London, Sage.

COLLIER, P., (1999). *On the Economic Consequences of Civil War*. Oxford Economic Papers, 51: 168-183.

COLLIER, Paul (1998). The political economy of ethnicity. In, Boris Pleskovic and Joseph E. Stiglitz (eds), *Annual Bank Conference on Development Economics*. Washington, DC, World Bank.

COLLIER, Paul and Anke HOEFFLER (2000). Greed and Grievance in Civil War. *World Bank Policy Research Paper* n. 2355, World Bank, Washington, DC.

COLLIER, Paul and Anke HOEFFLER (1999). Justice-seeking and loot-seeking in civil war. In, *World Bank Conference on Civil War, Crime and Violence*. Washington, DC. 23.

COLLIER, Paul and Anke HOEFFLER (1998). On economic causes of civil war, *Oxford Economic Papers* 50, 563-573.

COLLIER C., HOEFFLER A. and M. SÖDERBOM (2001). *On the Duration of Civil War*. Mimeo

COMITE POUR LA JUSTICE SOCIALE (2003). *Two unresolved inter-community conflicts in the state of Oaxaca lead to incidents of serious violence*. <http://www.s-j-c.net/French/1025.htm>.

COOKE, P. & K. MORGAN (1993). The network paradigm: new departures in corporate and regional development. *Society and Space*, 11:5, 543-564.

CORIAT B. and G. DOSI (1998). Learning how to Govern and Learning how to Solve Problems: On the Co-Evolution of Competences, Conflicts and Organizational Routines. In, A. Chandler, P. Hagstrom, O. Solvell (eds.) *The Dynamic Firm: The Role of Technology, Strategy, Organization, and Regions*. Oxford, Oxford University Press.

DE SOYSA, Indra (2001). Paradise is a bazaar? Greed, creed, grievance and governance. *Discussion paper No. 2001/42*. United Nations World Institute for Economics. Helsinki

DE SOYSA, Indra (2000), *Natural Resources and Civil War: Shrinking Pie or Honey Pot?* Paper presented at the International Studies Association, Los Angeles.

DELLA PORTA, Donatella and DIANI, Mario (1999). *Social Movements. An Introduction*. Oxford, Blackwell Publishers.

DENNIS, P. A. (1987). *Intervillage Conflict in Oaxaca*. Rutgers University Press, Brunswick, NJ.

DEVINNEY, Timothy M and Grahame R DOWLING (1999), Getting the Piper to Play a Better Tune: Understanding and Resolving Advertiser-Agency Conflicts, *Journal of Business-to-Business Marketing*, 6(1), 19-58.

DEWENTER, K.L, W. NOVAES and R.H. PETTWAY (2001), Visibility versus complexity in business groups: Evidence from Japanese Keiretsu, *Journal of Business*, 74(1), 79-100.

DIAMOND, Larry, and Marc F. PLATTNER (eds) (1994). *Nationalism, Ethnic Conflict, and Democracy*. Johns Hopkins Press.

DICKEN, Peter. (1998). *Global Shift: Transforming the World Economy*. New York, The Guilford Press.

DOWLING, G. R. (1994). Searching for a New Ad Agency: A Client Perspective, *International Journal of Advertising*, 13, 3, 229–42.

ELLIS, R. S. and L. W. JOHNSON (1993). Agency Theory as a Framework for Advertising Agency Compensation, *Journal of Advertising Research*, 33, 5, 76–80.

ENGEL, Stefanie and Lòpez RAMÓN (2004). *Exploiting common resources with capital intensive technologies: The role of external forces*. Mimeog.

GARCÍA, M.A., R.C. Cárdenas, I.C. MATUS and S. D. VÁZQUEZ (1993). *Los Chimalapas: historia de un acción colectiva*. Maderas del Pueblo, A.C. Mexico City, Mexico.

GEDICKS, AI (1996). Native peoples and sustainable development. In, Helen Collinson, (ed.) *Green guerrillas: Environmental conflicts and initiatives in Latin America and the Caribbean*. London, Latin America Bureau, pp. 34-9.

GENTZOGLANIS, A. (2001), *Reforms and Optimal Regulatory Design in MENA Countries*, presented at the conference Challenges and Reforms of Economic Regulation in MENA Countries, Cairo.

GINTIS H, Bowles S. (1982). The Welfare State and Long-Term Economic Growth: Marxian, Neoclassical and Keynesian Approaches. *American Economic Review* 72 (2): 341-345.

GLEASON, K.C., L.K. MATHUR, and I. MATHUR, (2000). The interrelationship between culture, capital structure, and performance: Evidence from European retailers, *Journal of Business Research*, 50(2), 185-191.

GRABHER, G. (1991). Rebuilding cathedrals in the desert: new patterns of co-operation between large and small firms in the coal, iron and steel complex of the German Ruhr area. In, Bergman, E., Maier, M., and Tötling, F. (eds) Regions Reconsidered: Economic Networks, Innovation and Local Development in Industrialised Countries, London, Mansell Publishing, pp. 59-78.

GRAHAM, J.D. and WIENER, J.B. (1997). *Risk vs. Risk: Tradeoffs in Protecting Health and the Environment*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, pp 337

GUPTA, Dipak K. (1990). *The Economics of Political Violence: The Effect of Political Instability on Economic Growth*. New York, Praeger.

GURR, Ted Robert and MOORE, Will H. (1997). Ethnopolitical rebellion: A cross-sectional analysis of the 1980s with risk assessment for the 1990s. *American Journal of Political Science*, Vol. 41(4), pp 1079-1103.

GURR, Ted Robert and BARBARA Harff (1994). *Ethnic Conflict in World Politics*. Boulder, CO, Westview Press.

GURR, Ted R. (1993). *Minorities at Risk: A Global View of Ethnopolitical Conflict*. United States Institute of Peace Press.

GURR, Ted Robert (1970). *Why Men Rebel*. Princeton University Press.

HELLER, W. B. and M. McCUBBINS (1996). "Politics, Institutions and Outcomes: Electricity Regulation in Argentina and Chile", *Journal of Policy Reform* 1(4):357-388.

HIRSCHMAN, Albert O. (1981). *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*. Massachusetts, Cambridge University Press, 1981.

HOTTE, L. (2001). Conflicts over property rights and natural-resource exploitation at the frontier. *Journal of Development Economics* 66: 1-21.

HUNTINGTON, Samuel P (1997). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York, Touchstone Books.

JENSEN, M. C and MECKLING, W. H (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. Journal of financial economics, 3, 305-360.

JUSTINO, Patricia (2004). Redistribution, inequality and political conflict. *PRUS Working Paper no. 18*. Poverty Research Unit at Sussex, Department of Economics, University of Sussex, Falmer, Brighton BN1 9SJ, UK

KHANNA, Tarun, and Krishna PALEPU (1999). The Right Way to Restructure Conglomerates in Emerging Markets." *Harvard Business Review* (July–August): 125–34.

Kidd, Dusty. (2001). *Kukdong/Mexmode Update From Nike*. www.nikebiz.org. November 30.

KLOOSTER, D. J. (1997). *Conflict in the commons: commercial forestry and conservation in Mexican indigenous communities. Geography*. University of California, Los Angeles.

KOK, Peter; VAN DER WIELE, Ton; MCKENA, Richard and BROWN, Alan (2001). A Corporate Social Responsibility Audit within a Quality Management Framework. *Journal of Business Ethics*, 31, 285-297.

LEVY, B. and P. SPILLER (eds.) (1996). *Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications*. New York, Cambridge University Press.

McGOODWIN, J.R. (1987). Mexico's Conflictual Inshore Pacific Fisheries: Problem Analysis and Policy Recommendations. *Human Organization* 46, 221-232.

MICHAELY, R. and K. WOMACK. (1997). *Conflicts of Interest and the Credibility of Underwriters' Analysts Recommendations*. Cornell University Working Paper.

MINTER, William (1994). *Apartheid's Contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. London, Zed Books.

ONEAL, John R. and Bruce RUSSETT (1997). The classical liberals were right: Democracy, interdependence, and conflict, 1950–1985. *International Studies Quarterly* 41 (2): 267–294.

PANAYOTOU, T. (1993). *Green Markets: The Economics of Sustainable Development*. ICS Press, San Francisco.

PIRES, J.C.L. and A. GOLDSTEIN (2001). Agências Reguladoras Brasileiras: Avaliação e Desafios. *Revista do BNDES*, Vol. 8, No. 16.

RIBSTEIN, Larry Edward (2002). Ethical Rules, Law Firm Structure and Choice of Law. *University of Cincinnati Law Review*, Vol. 69, p. 1161, <http://ssrn.com/abstract=263392>

RIBSTEIN, Larry E. (2001). *Ethical rules, law firm structure, and choice of law*. George Mason University School of Law. <http://www.law.gmu.edu/faculty/papers/docs/01-12.pdf>.

ROBBINS, Richard H. (2005). *Global Problems and the Culture of Capitalism*. Allyn & Bacon Publishing Inc.

ROSS, Michael (2002). *How Does Natural Resource Wealth Influence Civil War? Evidence from 13 Case Studies*. Department of Political Science, UCLA.

ROSS, Michael (2001). *Natural Resources and Civil Conflict: Evidence from Case Studies*. World Bank/UC Irvine workshop on "Civil Wars and Post-Conflict Transitions", Irvine, CA.

RUSSELL, V. (1996). *The Chimalapas Ecological Campesino Reserve: The golden gourd of conflict and its role in protected area management*. Unpublished M.S. thesis, Cornell University.

RYAN, Alan. (1987). *Property*. Minneapolis, MN, University of Minnesota Press.

SEN, A.K. (1984). *1984. Resources, Values and Development*, Oxford, Blackwell.

SIRIGNANO, Michael F. Jr. (2004). *Conflict of interest between investment banking and stock analysis: effects on the behavior on investment banks*, Economics, William College.

SKLAIR, L. (1995). *Assembling for development: The maquila industry in Mexico and the United States*. San Diego Center for U.S. –Mexican Studies, University of California at san Diego.

SUYANTO, S., G. APPELEGATE, R. P. PERMANA, N. KHUSUSIYAH and I. KURNIAWAN (2004). The role of fire in changing Land use and livelihoods in Riau-Sumatra. *Ecology and Society* 9 (1): 15. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss1/ar>

SUYANTO, S., DENNIS, R.A., RUCHIAT, Y., KURNIAWAN, I., STOLLE, F., MAUS, P. & APPELEGATE, G. (2000). *The underlying causes and impacts of fires in South-east Asia. Site 2*. Menggala, Lampung Province, Indonesia, CIFOR, ICRAF and USFS, Bogor, Indonesia.

SUYANTO, S., RUCHIAT, Y., STOLLE, F. and APPELEGATE, G. (2000b). *The underlying causes and impacts of fires in South-east Asia. Site 3*. Tanah Tumbuh, Jambi Province, Indonesia. Grahame Applegate Center for International Forest Research (CIFOR), Indonesia.

TAIT, Joyce (2001). *Risk assessment and regulation. Interactions among industry, public and policy makers*. Prepared for Royal Commission on Environmental Pollution. March 2001.

TAYLOR, M (1995). The business enterprise, power and patterns of geographical Industrialization. In, Conti, S. Thorpe, A., A.A. Ibarra & c. Reid. The new economic model and fisheries in Latin America". *World Development* 28 (9) 1689-1702.

TSCHIRGI, Dan (2004). *Fundamentalism, identity-based conflicts and NATO. The International conference on change and adaptation: Contemporary security challenges and NATO.* Ankara University.

UNITED Nations Development Programme, (2002). <http://www.undp.org/>, accessed on 4 April 2002.

VERMEULEN, Sonja, NAWIR, Ani Adiwata and MAYRES, James (2003). *Better Livelihoods through partnership? A review of the impacts of deals between Communities and forestry companies on local development.* Paper presented at The International Conference on Rural Livelihoods, Forests and Biodiversity. 19-23, Bonn, Germany.

WIMMER, Andreas (1997). Who owns the state? *Understanding ethnic conflict in postcolonial societies. Nations and nationalism* 3, (4): 631-665.

ZIMMERMAN, Ekkart (1980). Macro-comparative research on political protest. In, Ted Robert Gurr (ed), *Handbook of Political Conflict: Theory and Research*, New York, Free Press.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al.
Pessoas em situação de rua no Brasil:
Estigmatização, desfiliação e desterritorialização.
RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção,
v. 7, n. 21, pp. 569 a 633, dezembro de 2008.
ARTIGO

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL
Estigmatização, desfiliação e desterritorialização^{8 9}

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

Beatriz Janine Cardoso Pavan

Mariana Siena

Victor Marchezini

RESUMO: Sob o ponto de vista sociológico, pessoas em situação de rua constituem um problema social que afeta milhares de pessoas no Brasil. Nesse contexto, esse estudo focaliza fenômenos de violência moral e física contra as pessoas em situação de rua em cidades brasileiras. A dificuldade do grupo para encontrar um suporte mínimo cria

⁸ Apoio: MCT/CNPq.

⁹ A versão preliminar desse artigo foi apresentada no Seminário Nacional Pessoas em Situação de Rua: perspectivas e políticas públicas, ocorrido na Universidade Federal de São Carlos em novembro de 2008.

uma ameaça de desfiliação. Esse processo, o qual envolve estigmatização, possibilita identificar um padrão de vulnerabilidade espacial do grupo. Conclui-se que as políticas para as pessoas em situação de rua não são suficientes para oferecer ao grupo esforços públicos integrados para a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em Situação de Rua; Direitos Humanos; Cidadania.

ABSTRACT: On the sociological point of view, homeless population is a social problem that affects thousands of people in Brazil. In this context, this paper focuses many situations of moral and physical violence against homeless people in Brazilian cities. The group difficulty to get a minimal support creates a disaffiliation threat. This process, in which is involved stigmatization, make possible to identify a pattern of special vulnerability of this group. This study concludes that the homelessness policies are not enough for offer to the group integrated public efforts to the citizenship.

KEYWORDS: Homelessness; Human Rights; Citizenship.

Introdução

Pessoas em situação de rua vivenciam inúmeras dificuldades. A mais evidente delas, a sua territorialização precária. A vulnerabilidade locacional sujeita o grupo às diversas dimensões de desamparo: desconforto face às intempéries; insalubridade; insegurança frente aos estabelecidos que lhes dirigem olhares de desconfiança. Se o desamparo é um estado característico do viver cidadão contemporâneo e se revela na falta de garantias quanto ao futuro (Menezes, 2006), podemos afirmar que a população em situação de rua vive num desamparo levado ao paroxismo. As lutas pela reconstrução dos sentidos de si no mundo são cotidianas e permanente objeto de angústia. O contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera. Como coisa fora do lugar e impura, o meio envolvente, numa ética disciplinar, destrói, desmonta e desfaz as possibilidades de reprodução das práticas que garantem a

sobrevivência do grupo erodindo, por conseguinte, os sentidos ancorados na paisagem e nas relações, sempre fugidias.

A contingência em que está mergulhado o grupo é ainda mais acentuada devido à progressiva ausência de tolerância para com os *losers* o que é alimentado pela distância social imposta num quadro de desigualdade estrutural. Conforme Bauman (1998), a responsabilidade em relação ao outro, como um comportamento moral, surge da condição de proximidade. Daí porque as estratégias de manutenção da distância social refreiam o impulso de julgar o sofrimento do outro como algo que nos diga respeito, afirma o autor, possibilitando, assim, uma administração coletiva e conservadora da intersubjetividade de tal modo que não permita aos *losers* tornarem-se sujeitos; e, por conseguinte, apontarem para a necessidade de outro padrão de sociabilidade.

As pessoas em situação de rua são como estranhos que não participam do *espetáculo* social. Estes fazem o papel da “não-pessoa”, o que implica uma relação de desrespeito e discrepância frente aos indivíduos atuantes. Goffman (2005) atenta para os princípios de organização da sociedade, os quais se baseiam em indivíduos portadores de certas características sociais, o que lhes permite esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Todavia, para as pessoas em situação de rua, estas características sociais que culminam em aceitação e integração social não conseguem aflorar e as “primeiras impressões” revelam-nas como gente com persistentes carências. A negação destas pessoas como parte constitutiva da sociedade carrega “*precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivéssemos com o perpétuo receio de que possa escapar do que é, possa fugir e de repente ver-se livre da própria condição*”, ameaçando a convivência

com os estabelecidos dentro da ordem construída (Goffman, 2005: 75).

Caracterização do grupo de análise

No período de agosto de 2007 a março de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em acordo de cooperação assinado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com o intuito de quantificar e permitir a caracterização socioeconômica do grupo para, assim, orientar a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o mesmo. Esta população não foi incluída nos censos demográficos brasileiros porque prepondera a coleta de dados na base domiciliar (Brasil, 2008). Sem moradia, o grupo ficou invisível ao Estado, do que derivou a dificuldade em produzir políticas que se regem por números.

O levantamento abordou pessoas em situação de rua com 18 anos completos de idade ou mais. Abrangeu 71 municípios (48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais¹⁰) e identificou 31.922 pessoas em situação de rua vivendo em *"calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas)"* (Brasil, 2008: 06). (Ver, Tabela 1 no final do artigo).

¹⁰ Vale ressaltar que, "entre as capitais brasileiras, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS" (Brasil, 2008: 03). Estima-se que, com os dados das capitais supra, o grupo ultrapasse o número de 50 mil pessoas.

Os dados revelam que a população de rua não é composta por “mendigos” e “pedintes”. De acordo com a pesquisa, apenas 16% dessas pessoas pedem dinheiro para sobreviver. Além disso, 59% dos entrevistados afirmaram ter profissão, principalmente relacionada à coleta de material reciclável, construção civil, ao comércio, ao trabalho doméstico e ao serviço de mecânica, ou seja, esta é uma população que presta serviços, todavia que é excluída das garantias de trabalho e do direito ao consumo de itens mínimos de sobrevivência. Sobre as práticas discriminatórias que cotidianamente vivenciam, as principais queixas do grupo se referem a entrar em estabelecimentos comerciais e ter acesso a transporte coletivo: *“Quando entramos nos ônibus, por exemplo, as pessoas nos olham como se não fôssemos gente. Como se não fôssemos humanos”*, contou Anderson Lopes Miranda, representante do

Movimento Nacional da População de Rua. Um homem, adulto, saiu de casa a três anos por conta de uma briga de família e foi morar nas ruas. Retrata que o mais difícil de morar nas ruas é não poder confiar nas pessoas: “*Todos nós sentimos preconceito nas ruas. A gente dorme, não sabe se vai acordar. A gente dorme com um cobertor, não sabe se vai acordar com aquele cobertor. A história é essa*”, diz ele (Bettencourt, 2005: s/n).

As informações geradas apontam para uma possibilidade de tipificação do grupo, como: sua característica predominantemente masculina (82%); acesso a refeição apenas uma vez ao dia (79,6%); a dependência química (35%), o desemprego (30%) e os conflitos familiares (29%) como principais razões pessoais da situação de rua; o medo da violência praticada contra si ao dormir na rua (69,3%) e vínculos enviesados com o município. Na pesquisa, quase metade dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente,

possuindo algum parente residente na cidade onde se encontra, mas com o qual o contato não ocorre (38,9%) ou é esporádico (14,5%). Devido à ausência de pesquisas anteriores de abrangência nacional, as informações supra são como uma fotografia recente do grupo; entretanto, ainda que números aparentemente estanques subjaz uma trajetória sócio-histórica de destituição. Um contingente superior a trinta mil pessoas vivendo em situação de rua constitui um processo preocupante de desincorporação e desfiliação social. A existência do grupo remete, dentre outros, ao projeto de desenvolvimento do país que dissocia produção de riqueza e ampliação do conjunto populacional vivendo em exercício pleno da cidadania. De um lado, faz-se recair sobre o indivíduo a responsabilidade por seu fracasso econômico, do que deriva a desresponsabilização pública por seu fracasso social. Se de um lado, nas grandes cidades a oferta de material para reciclagem (principal fonte de renda da população em situação de rua) é

abundante, de outro, o viver urbano nos grandes centros predispõe para o anonimato da agressão como para a indiferença frente ao sofrimento, típico da atitude *blasé* da vida moderna.

Segundo De Lucca (2007), no centro da cidade de São Paulo pode ser observada uma ação de uma política social

que parece ter abandonado progressivamente a meta de reformar ou “reinsserir” a população de rua e, em lugar disso, passou a se preocupar, mais e mais, em supervisionar suas vidas para que não atrapalhem ou transmitam insegurança à paisagem do Centro. Trata-se de gerir a população de rua de modo que sua aleatoriedade não atrapalhe o andamento das práticas na cidade. A reinserção parece ter se tornado uma questão no mínimo secundária, sendo que aquilo que salta em primeiro plano é justamente a produção de uma paisagem urbana supostamente protegida. Com isso, tentam assegurar o espaço da rua contra possíveis transgressões numa luta minúscula e

diária contra todas as pequenas incivildades, infrações, distúrbios e infortúnios que possam ser vistos como "incubadores" do perigo, do risco social e da decadência moral" (De Lucca, 2007: 227).

Ilustrativo disso foi a prática da Prefeitura de São Paulo, em junho de 2008, de construir um paredão cinzento de tijolo cru, sem portas nem janelas e com cerca de cinco metros de altura sob o viaduto Mofarrej, na Vila Leopoldina a fim de remover cerca de 30 moradores de rua, alegando que tal ação foi feita a fim "*evitar risco de incêndio no viaduto, já que os moradores de rua acendem fogueiras à noite*" (Sangiovanni, 2008: s/n). Essas pessoas em situação de rua estavam instaladas sob o viaduto desde que "*foram desalojados pela prefeitura do albergue Humaitá, que foi desativado... Além de morar sob o viaduto Mofarrej – onde já haviam construído casas de*

madeira e de papelão – eles também armazenavam lixo, que era vendido para reciclagem". Na fala de um dos que foram desterritorializados: "*Tiram a gente, mas não dão outra opção. A gente só quer um lugar para trabalhar*" (Idem, 2008: s/n). Entre as razões para essa desterritorialização, inclui-se o fato da região da Vila Leopoldina atravessar um momento de grande valorização imobiliária, com a atração de empreendimentos residenciais de alto padrão. À meia quadra do paredão, está sendo construído o residencial Jardim Leopoldina Parque Clube com apartamentos que custam na planta, entre R\$ 353 mil e R\$ 430 mil.

Segundo Kazuo Nakano, urbanista do Instituto Pólis, "*o histórico [desse tipo de ação de remoção] não é animador. A lógica dessas ações tem sido limpar a cidade da presença da pobreza e privilegiar a valorização imobiliária. É uma política higienista*"; o que se verifica nas outras ações feitas

nos viadutos Jaguaré, Lapa e Pompéia (região oeste de São Paulo) (Idem, 2008). Em 2005, na capital paulista, durante as discussões sobre a reforma da Praça da Sé, local em que se reúnem muitas pessoas em situação de rua, uma das comerciantes locais relatou: "*essa parte mais alta fica deserta, ninguém tem coragem de passar por ali, é muito sujo e reúne muitos mendigos*", conta. Nas palavras de uma das arquitetas da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), as mudanças deixariam a praça mais "segura": "*a gente imagina que a maior permeabilidade visual levará a um policiamento melhor e a população de rua não vai se sentir confortável em morar na praça, pois os recortes onde eles se instalam hoje deixarão de existir*" (Lage, 2005: s/n).

Concomitante a essas ações de desterritorialização por meio das obstruções dos viadutos de São Paulo, a prefeitura municipal da capital paulista, em parceria com o governo do

Estado, com a iniciativa privada (como a BM & F Bovespa) e organizações não-governamentais (a ONG Associação Viva o Centro), lançaram, em junho de 2008, *"um novo plano de revitalização e ocupação do centro que pretende banir o lixo, a violência, os camelôs, os mendigos e os moradores de rua"* (Galvão, 2008: s/n). Batizada de Aliança pelo Centro Histórico, o programa abrange o chamado triângulo histórico: os largos de São Bento e São Francisco, as praças da Sé e do Patriarca e o Pátio do Colégio. Segundo o secretário das Subprefeituras de São Paulo, Andréa Matarazzo: *"Não é a retirada [das pessoas em situação de rua]. É simplesmente não abandonar essas pessoas, é procurar encaminhá-las para tratamento. Não é tirar daqui, e, sim, organizar"*, o que vem acompanhado, segundo ele, de um possível aumento de assistentes sociais na região para atrair os mendigos aos albergues, pois com o *"tratamento, abre-se um horizonte até para trabalhar"*, completa o secretário. A revitalização dos centros históricos

visa claramente atender interesses de classe que são respaldados pelas instituições do Estado para redefinir a paisagem social junto com a arquitetônica.

Os projetos de “sucesso”, na cidade e no campo, concatenados pela técnica – imbricando elevado adensamento de capital e de nível de capacitação da força de trabalho – apontam para uma continuidade do processo de desemprego, empobrecimento e conseqüente risco de desfiliação social. As informações que o pobre traz a seu respeito não constituem um repertório que se desdobra em confiança do mercado; não se coaduna com o leque de oportunidades engendradas pela acelerada modernização; não o torna, por assim dizer, viável para o padrão que a vida social, a começar da centralidade do trabalho, requer. Este é o passo para a miséria e, nos amargores da baixa auto-estima, para distanciar indivíduos impactados negativamente pelo

progresso das teias extra-econômicas de sociabilidade nas quais sua condição sócio-econômica fragilizada pesa contra si (Goffman, 2005), como da vizinhança, dos amigos, da família. A renúncia das relações próximas, que passam a apontar para conclusões desabonadoras e dolorosas contra si, adquire uma expressão sócio-espacial mais abrangente quando se converte na situação de rua. A precária territorialização – sob viadutos, marquises, praças e afins – gera más impressões a respeito do indivíduo e do grupo assim fixado, e sua aparência suscita comentários desairosos acerca de seu caráter podendo, então, agravar sua percepção de vínculos significativos com o mundo social, passando, daí, para manobras defensivas, como a embriaguez (Idem, 2005). Conforme Neves (2008) há que se atentar para o fato de que o alcoolismo é uma doença suscitada por fatores genéticos e ambientais. Porém, a conotação moral que se impinge ao problema faz com que tanto a família quanto o meio social abandonem paulatinamente

aqueles que o vivenciam a ponto de, já em situação de rua, essas pessoas, prostradas em calçadas e sarjetas na indiferença de transeuntes, sequer contarem com as providências de assistência social para encaminhamento ao tratamento de saúde devido.

Há uma tendência de elevação da população em situação de rua uma vez que a vida coletiva e a vida privada entremeiam-se na lógica de mercado, transformando os bens e serviços indispensáveis à reprodução familiar em mercadoria: habitação, educação, saúde, alimentação, água, energia. As políticas públicas, por seu turno, não se impõem para integrar os agentes econômicos e sociais numa outra racionalidade, pautada nos direitos da pessoa humana. Disso resultam processos de penúria e de desagregação social que culminam na situação de rua que, no caso brasileiro, deve ser visto menos do que uma escolha do indivíduo e mais como um

drama coletivo desenhado pela acelerada desconstrução de nexos no viver urbano e rural.

Processos de desterritorialização de populações que estão na rua

O Brasil vem apresentando duas tendências das forças coercitivas que impedem a ampliação da cidadania da população de rua. De um lado, há a passagem de um estado de intolerância tácita para intolerância explícita, recrudescendo a prática pública de truculência na eliminação do sujeito vulnerável, nisso convergindo as ações do Estado e a de grupos organizados. Tal como apontam Elias e Scotson (2000), a relação dos estabelecidos com os *outsiders* é municida por todas as formas de violência na medida em que a monopolização do poder as torna incontestável. Assim, a beligerância e a tortura passam a ser tratadas, no discurso do senso comum, como formas legítimas de lidar com (e reforçar) a desigualdade social, sendo expressões de uma forma de dominação política autoritária que

se naturaliza. Desta forma, conforme De Lucca, “a *experiência de rua deixa gradativamente de ser uma experiência de sofrimento, transformando-se em situação de risco e insegurança*” (De Lucca, 2007: 229).

De outro, eleva-se o clamor dos segmentos afluentes para que, numa perspectiva de classe, o Estado retroceda sua interlocução, com foco nos direitos humanos, com os que estão em situação de rua para substituí-lo pelo foco da segurança pública, na qual o grupo é fonte de ameaça à ordem pública ao invés de ser visto como ameaçado por esta. Significa dizer que as frações constituintes do ente público, que paulatinamente se renovam a partir do redesenho institucional e se

sintonizam com os compromissos de cidadania, são pressionadas a retroagir e omitir-se, de várias formas, frente à garantia dos direitos.

Mas existem casos em que a expulsão não procura uma justificativa de solução urbanística e deixa nua a aversão ao estranho que o morador da rua representa à ordem constituída. Em março de 2007, na cidade de Apucarana/PR, assistentes sociais e Policiais Militares percorriam as ruas à procura de mendigos e andarilhos, e os levavam para a delegacia:

No total, 15 pessoas foram recolhidas - a maioria veio de outras cidades. Na delegacia, mesmo sem antecedentes criminais, todos foram fichados. Depois disso, as assistentes sociais fizeram uma triagem: quem é de Apucarana foi encaminhado para a família ou um abrigo e os que vieram de fora ganharam passagens de ônibus para fazer a viagem de volta à cidade natal" (Gazeta do Povo Online, 2007: s/n).

Nos dizeres de uma das assistentes sociais, "*a gente está tomando essa medida mais enérgica para poder acabar com isso*". Nas palavras do então prefeito: "*nós temos em Apucarana algumas prioridades absolutas, uma é a educação e a outra é a segurança. Essa decisão é uma medida de prevenção ao bem estar da população em geral*", afirmou. Só no ano de 2007, pelo menos 60 pessoas foram "devolvidas" para outras cidades. A administração municipal diz que a medida é uma resposta à reclamação de cidadãos incomodados (Idem, 2007).

Posições de poder cristalizadas promovem, sobretudo por meio de instrumentos midiáticos, a eficácia na rotulação que inferioriza o grupo e o estigmatiza, logrando uma evitação da dialogicidade com os que estão em desvantagem. Sem propugnar por igualdade de oportunidades, nem resignar-se na convivência destoante, tais posições, caracterizadamente antidemocráticas, vão

constituindo representações sociais nas quais a destituição material da população em situação de rua corresponde à ausência de valores morais do grupo. No imaginário social assim balizado, o risco de ressentimento dos fracassados incrementaria o seu potencial para delinquir, o que exigiria medidas preventivas e antecipatórias ao crime que o grupo estaria propenso a realizar. Medidas, tais como as que providenciam a radicalização de sua desterritorialização, seja na sua expulsão do município ou seu extermínio, passam a ser requeridas. A informalidade, precariedade e incertezas que marcam a inserção das pessoas em situação de rua no território público já não são suficientes para garantir aos estabelecidos, e sob seu ponto de vista, a tranquilidade necessária, mesmo com a posse dos meios materiais e aparatos de segurança para se defenderem contra uma ofensiva potencial dos miseráveis.

A desterritorialização do grupo precisa transcender o aspecto do uso frágil do terreno para avançar para seu desaparecimento da paisagem, dentre outros modos, através da indiferença ao seu desabrigo perante as intempéries. Em agosto de 2006, após frio intenso no Rio Grande do Sul, dois moradores de rua morreram: uma mulher com cerca de 40 anos foi encontrada morta na praça central de Viamão; e um homem de 36 anos foi achado morto em um estacionamento de Ametista do Sul (Folha Online, 2006).

A presunção de virtude dos que concentram a renda é a razão pela qual, numa perspectiva malthusiana, o vício é o elemento característico e irreversível da pobreza. O exercício coercitivo do poder para a expulsão do grupo naturaliza-se no silêncio dos que a isso testemunham, tornando ilegítimas quaisquer manifestações de conflito e formas de contestação. Ilustrativo disso são as formas de controle social da

população em situação de rua que, no microrrecorte de casos ocorridos em municípios brasileiros – como o de Ubatuba/SP (por expulsão), na capital paulista (através de homicídio) e em Porto Alegre/RS (no repúdio ao resgate em situação de iminente risco à vida) – revelam a lógica apartadora macroenvolvente. Em Ubatuba (SP), nos dias 27 e 28 de novembro de 2006, uma ação conjunta das Secretarias de Cidadania e Desenvolvimento Social, de Segurança, de Obras e a Guarda Municipal, foi realizada para “solucionar” a questão das pessoas em situação de rua que ocupavam um vão sobre a ponte do rio Tavares. Durante a ação, a Assistência Social tomava as providências quanto ao encaminhamento dos “andarilhos” para outros municípios; a Guarda Municipal checava a documentação e encaminhava à Delegacia para verificação de antecedentes criminais; a Secretaria de Obras, por seu turno, preparava o fechamento do vão, que lhes servia de abrigo possível, para que lá não mais voltassem. Acerca da operação, o então

chefe da seção de migração da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social, comentou: *"Estamos dando uma chance para essas pessoas se reintegrarem à sociedade... Vamos intensificar as ações, efetuando rondas nas madrugadas"* (Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2006: s/n). Criam-se, assim, políticas de Assistência Social orientadas não pelo princípio de garantia da cidadania dos grupos vulneráveis, mas pela vigilância contra estes, atentando contra direitos para tranquilizar os que são considerados cidadãos:

muitos passavam o dia sob efeito de álcool ou drogas, oferecendo risco aos transeuntes e moradores das proximidades. Além disso, o local funcionava como esconderijo, como pudemos constatar. Agora as pessoas poderão transitar com mais segurança pela área, avalia o comandante [da Guarda Municipal de Ubatuba]. (Idem, 2006: s/n).

Durante essa operação higienista de desterritorialização, o prefeito de Ubatuba

acompanhou a retirada dos pertences das pessoas em situação de rua e explicou a ação: "*Estamos dispostos a reabilitar os que quiserem, mas temos que deixar claro que a segurança da população vem em primeiro lugar*" (Idem, 2006: s/n). A reabilitação moral é o argumento que reafirma a falência do indivíduo e denota a eficácia da estigmatização numa ordem social que se mantém incontestável. Nas palavras de Elias & Scotson (2000: 35),

a estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo *outsider*.

As ações públicas acima descritas incrementam aquilo que a Política Nacional de Defesa Civil denominaria de desastre social e são igualmente dissonantes da Política Nacional de

Assistência Social que prevê a proteção social e garantia da cidadania sob a vigilância do Estado, inclusive em circunstâncias de calamidades e emergências (Brasil, 2004). No caso em tela, ao invés das pessoas em situação de rua serem consideradas como grupo que *está em risco*, são representadas como que *oferecendo risco à* segurança da população.

No dia 30 de novembro, dois dias após a operação de retirada do grupo, fortes chuvas atingiram Ubatuba acarretando sessenta e sete desabrigados¹¹, entre adultos e crianças, que foram abrigados no Ginásio do Tubão. Se pessoas em situação de rua estivessem dentre os afetados pelas chuvas, face à estigmatização precedente, muito provavelmente ficariam desatendidos. Conforme

¹¹ - Os desabrigados são os que, na ausência de relações de parentesco, vizinhança, compadrio e afins que lhes permita perceber uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado na tomada de providência de abrigo (Castro, 1999).

Valencio et al (2008), os abrigos temporários, por mais precários que possam ser, lançam mão de um tipo de integração comunitária e ajuda mútua entre os que partilham de um sentimento comum de privação da casa e buscam uma reprodução familiar e de *habitus* dentro do abrigo da qual o morador de rua não faria parte. Os agentes de defesa civil, já sem ação frente o desastre social precedente, estariam entre a obediência à missão institucional de garantir o direito natural à vida e à incolumidade (Brasil, 2000) e as normas da vida prática, que se opõem a que haja providências de resposta e reabilitação do grupo com base nos direitos humanos. Essa dicotomia também ocorre em emergências havidas em outras localidades.

Quando da ocorrência das enchentes, em outubro de 2008, em Porto Alegre (RS), pessoas em situação de rua ficaram ilhadas na parte inferior da Ponte da Azenha, onde costumavam passar as noites. O Corpo de Bombeiros foi acionado para

retirar as quatro pessoas e o cachorro que acompanhava o grupo. O Jornal Zero Hora reportou o acontecido em sua plataforma virtual e permitiu que os leitores deixassem seus comentários sobre o ocorrido. Os relatos dos leitores sinalizaram para a formação de um discurso coletivo de intolerância, com crítica à operação de resgate do grupo, endosso às ações de desterritorialização e críticas às “falhas operacionais” de segurança pública que permite ao grupo estar na cidade:

A pouco tempo não foi investido na construção de um muro em todas as pontes para que estas pessoas não ficassem lá embaixo? Onde está o muro? Porque ele não funciona? O serviço público não serve nem para construir muros... é uma vergonha! (Jornal Zero Hora, 2008: s/n).

Concordo plenamente com o (...) fechamento do acesso àquela área. E ainda por cima gastam o nosso dinheiro e o tempo dos bombeiros deslocando-os para tal situação (Idem, 2008: s/n).

O meu ponto de vista seria o de não dar importância nenhuma para este tipo de caso, visto que são vagabundos, literalmente, e não agregam em absolutamente nada a nossa sociedade. Porém daí vem aquela porcaria de direitos humanos e blá,blá,blá... (Idem, 2008: s/n).

É impressionante essa gente. Incomodam os motoristas e moradores da região diariamente. Não querem dormir nos albergues porque lá tem a disciplina de dormir cedo, acordar cedo, tomar banho, se alimentar e não se drogar. Agora incomodam o Estado que poderia resguardar seus recursos humanos e materiais para algo importante. Acho que deveriam pagar com serviço o que foi gasto para retirá-los de lá. A imprudência deles não pode onerar o Estado (Idem, 2008: s/n).

A concepção distorcida de direitos, que se orienta pelo *status* social, ganha seu ápice na disseminação de ações de extermínio de pessoas em situação de rua, legitimadas tanto pela impunidade quanto pelo descaso da opinião pública em relação a esses eventos. Levantamento feito pelo Jornal Folha de São Paulo (Reis; Acayaba, 2008) mostra que os

principais ataques a pessoas em situação de rua, nos últimos cinco anos, não tiveram um desfecho: ninguém está preso nem foi condenado pelos crimes.

Embora os casos de violência física contra pessoas em situação de rua, registrados na Tabela 2, abaixo, não expressem a totalidade dos casos de violência contra o referido grupo no Brasil, eles são de suma importância para refletir acerca do processo de naturalização da barbárie, o que não tem, contudo, propiciado mudança da agenda de segurança pública no sentido de ampararem adequadamente as vítimas. Dos vinte e três casos registrados na referida tabela, nove ocorreram na cidade de São Paulo e se repetem ano a ano: em 2004, foram 7 mortes no grupo por espancamento; em 2005, atacado a tiros, houve 4 feridos e uma morte; em 2006, dois foram feridos e um morreu após serem atingidos por armas de fogo; em 2007, houve uma morte em decorrência de espancamento e um ferido quando a garagem de uma casa

abandonada em que estava foi incendiada; em 2008, quatro pessoas em situação de rua foram atacadas por armas de fogo quando estavam dormindo numa marquise de uma agência bancária, sendo que três ficaram feridas e uma morreu; no mesmo ano, houve três casos em que pessoas em situação de rua foram queimadas: no bairro Tatuapé, o Belenzinho e em Perdizes; houve três mortes e dois feridos.

Outro aspecto que precisa ganhar visibilidade são os meios pelos quais os atos de violência física vêm sendo praticados contra as pessoas em situação de rua. As práticas higienistas passam a caracterizar-se pela brutalidade na execução do grupo a fim de incrementar um imaginário de temor pela experiência da dor física que precede à morte. Dos vinte e três casos acima destacados, seis envolvem espancamentos com a utilização de pedras e paus. Em fevereiro de 2008, em

Curitiba/PR, um morador de rua conhecido como João da Muleta foi espancado até a morte com as próprias muletas numa praça no bairro Cristo Rei. A vítima apresentava lesões na face e teve o punho quebrado. O assassinato aconteceu na Praça Izaac Lazarotto, próximo a uma linha férrea (Kohlbach, 2008). Os tiros com armas de fogo também representam uma das formas pelas quais as pessoas em situação de rua têm sido executadas (seis casos). Em outubro de 2008, na cidade de Goiânia (GO), um "*casal de moradores de rua foi morto a tiros enquanto dormia sob a marquise em frente a uma loja de autopeças no bairro Vila Adélia. A mulher assassinada estava grávida, segundo a Polícia Civil*" (Bächtold, 2008: s/n). Entre as formas que mais têm sido empregadas no extermínio, destaca-se a prática de atear fogo (nove casos) nas pessoas, nos locais onde estão (casa abandonada, por exemplo) ou em seus pertences

(nos colchões em que estão dormindo, etc). Outras formas de violência, embora menos regulares, destacam-se pelos materiais empregados, como no caso de um morador de rua que foi ferido com um ácido (queimaduras de 3º grau nas mãos, braços, peito e rosto) quando dormia em uma calçada nas ruas de Curitiba/PR em 2007 (Do Valle, 2007). (Ver Tabela 2).

Em agosto de 2008, em Vitória (ES), três moradores de rua foram assassinados a tiros enquanto dormiam embaixo da marquise de uma loja no bairro do Horto, de classe média. Sobre o caso de Vitória, o delegado ouvido na reportagem declarou que a suspeita é que o crime tenha sido praticado para promover uma "limpeza urbana" na cidade, já que havia reclamações anônimas de pessoas insatisfeitas com a presença desses moradores de rua na região. A Secretária de Assistência Social da

Prefeitura de Vitória disse que há intolerância da população com relação às pessoas em situação de rua: “*somos chamados com frequência pela comunidade, que fica descontente com o comportamento dos moradores de rua*” (Portal globo.com, 2008: s/n). Mas os casos não se restringem às capitais: em Estância/SE, cidade com aproximadamente 62 mil habitantes, em fevereiro de 2005, “três moradores de rua foram queimados enquanto dormiam em via pública à noite”. Um dos feridos sofreu queimaduras de primeiro e segundo graus por quase todo o corpo e passou quatro dias e meio internado no Hospital Regional Amparo de Maria. Testemunhas “*viram quando cinco adolescentes cometeram o crime e alguns dizem saber quem são os infratores, mas até o momento a polícia não chegou a nenhum deles*”. De acordo com um dos enfermeiros do Hospital, uma das vítimas teve queimadura nas costas, tórax, face e

até nos pulsos. "Inclusive os lábios do paciente foram bastante afetados", observou (Correio de Sergipe, 2005: s/n).

Os casos acima denotam que o discurso e as práticas da intolerância se difundem. Os segmentos afluentes da sociedade brasileira orientam-se para a legitimação do segregacionismo – de onde deriva o preconceito levado ao limite, no endosso à anulação física do outro – e conseqüentemente para a inviabilidade de adoção de uma ética da razão comunicativa entre o Estado e os grupos vulneráveis. Tal ética pressupõe que um grupo em desvantagem possa exercer o direito de exprimir suas necessidades, desejos e convicções na orientação de políticas (Maliandi, 2002; Goldim, 2005), numa complementaridade discursiva entre as partes, o que o contexto atual que envolve pessoas em situação de rua nega e impede. Se, como afirma Bauman (1999), a explicitação do problema implica a necessidade de solução de seus termos, as formas coercitivas de controle social visam não criar

brechas para uma re-elaboração da interação concedendo algum protagonismo social aos fracassados. Políticas de albergamento noturno estão longe de configurar-se como uma solução paliativa de moradia, retirando-lhes circunstancialmente da indignidade de dormir no desalento.

Em dezembro de 2007, a Prefeitura de São Paulo, acenou sobre a possibilidade de "*impor um controle mais rígido para a entrada dos moradores de rua nos albergues da cidade de São Paulo: eles serão obrigados a assinar um 'contrato de direitos e deveres' e a cumprir uma série de obrigações, sob risco de não poderem utilizar os serviços*" (Alencar; Galvão, 2007: s/n). Entre os possíveis deveres a serem contratualmente cumpridos pelos ditos "impuros e vagabundos", estão as práticas de higiene, a de freqüentar cursos de capacitação profissional e a de realizar tratamentos de saúde. Em relação aos

novos "deveres", líderes da população de rua se pronunciaram e acreditam que os moradores deverão se afastar mais dos albergues: "*É uma imposição que provavelmente vai ser recusada*", afirma Alderon Pereira da Costa, presidente da Associação Rede Rua. "*Querem expulsar os moradores de rua dos albergues, em vez de incluí-los?*", questiona Anderson Lopes Miranda, 32, um dos líderes do Movimento Brasileiro em Defesa da População de Rua (Idem, 2007: s/n). Para o então Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, grande parte das vagas dos albergues hoje é ocupada por um público que "não deveria ser cliente desses serviços", ou seja, "*temos nos nossos equipamentos pessoas que não são moradores de rua: desde foragidos da polícia até egressos da Febem, do sistema penitenciário, que nunca moraram na rua, mas acabam parando nos albergues por certa*

comodidade'. Segundo ele, com a imposição rígida dos deveres, os moradores de rua terão um plano de reinserção social para sair das ruas, além do que a existência de um contrato formal também facilitaria “*a cobrança dos direitos ("cama, mesa, banho, acesso prioritário a cursos, acompanhamento de assistente social") pelos moradores de rua nas instituições conveniadas que gerenciam os albergues*” (Idem, 2007: s/n).

Conforme De Lucca (2007)

(...) ao acumular e concentrar, num mesmo e restrito espaço, corpos e subjetividades que possuem em comum apenas sua despossessão, esta instituição [albergue] reforça a desigualdade e a distância social, alimentando o sentimento de que tais sujeitos ali reunidos pertencem a mundos sociais separados de seu exterior. E tudo isso, na região da cidade historicamente marcada justamente pela mistura social e pelo contato inter-classes” (De Lucca, 2007: 227).

Assim, obstaculiza que a democracia participativa, como um estágio superior de construção sócio-política, consolide-se no país. A racionalidade monológica imperante interroga o grupo de forma apenas a constatar os pré-juízos deletérios sobre o mesmo – um coletivo formado por vagabundos, desordeiros, viciados e incapazes – e não admitirá que as certezas construídas sejam tidas como improcedentes devido à omissão persistente dos nexos causais do drama pessoal e o modelo de desenvolvimento excludente.

As chuvas como incrementadoras das ações de desterritorialização

Diante de um fenômeno climático, como as chuvas, a população de rua vivencia uma intensificação da sua já conflituosa inserção no território. A precipitação das águas no tecido urbano revela vulnerabilidades adicionais para aqueles que vivem uma territorialidade precária.

Se, por exemplo, a população de rua se apropria das marquises do comércio fechado, à noite, para a função de dormir, o alagamento daquele local pode impedi-lo de ali descansar. Se há tolerância circunstancial do meio para que lá se abrigue à noite, durante o horário comercial (de dia) a tolerância já não existe e, em dias chuvosos, o morador se vê obrigado então a perambular, molhando a si e aos seus escassos pertences, agravando o seu estado de saúde, no geral, debilitado. Pontes próximas a rios e córregos e canais são lugares freqüentes de abrigo e enxurradas podem carrear essas pessoas sem que as autoridades locais se dêem conta da ocorrência e a notifiquem.

As perdas e danos que porventura sofram em decorrências das chuvas – roupas, cobertor, alimentos, utensílios de cozinha, rádio, carrinho de coletar material reciclável etc. – são de difícil reposição ao grupo. Não sendo reconhecido perante

o Estado como desabrigado pelas chuvas, não será incluindo nas providências de reparação de moradias a que os moradores de um dado município terão acesso no caso de danificação ou destruição de suas habitações e frente à decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Dessa forma, a cidade é ambigüamente, para o grupo, o *locus* de provisionamento mínimo das necessidades, com seus becos e restos, e o *locus* de sua reiterada rejeição e recriminação, negando-lhe uma vida privada e coletiva dignas.

As ações públicas prescritas para o grupo: avanços formais e inoperatividade

Embora os fatos acima afrontem a força normativa da lei, é preciso salientar a responsabilidade do Estado junto às pessoas em situação de rua, entendidas como em vulnerabilidade extrema no que tange à sua cidadania. Dentre outros parâmetros para superar

as práticas sociais supra, há o dos programas e políticas nacionais, como Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC).

O II Programa Nacional de Direitos Humanos tem como um dos principais objetivos a "*sensibilização de toda a sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos*" (Brasil, 2002: 03), o que implica a garantia do direito à educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outros, que estão no escopo dos desafios do grupo em referência. Em relação à moradia, lhe foge a oportunidade de acesso à terra do que decorre estar longe das garantias de aspectos de "*habitabilidade, salubridade, condições ambientais, espaço, privacidade, segurança, durabilidade, abastecimento de água, esgoto sanitário, disposição de resíduos sólidos*" (Idem, 2002: 28) razão pela qual

é necessário, segundo o PNDH II, "*criar, manter e apoiar programas de proteção e assistência a moradores de rua, incluindo abrigo, orientação educacional e qualificação profissional*" (Idem, 2002: 28). Tais preocupações conectam tal Programa com as orientações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Um dos intuitos da PNAS (2004) é tornar visíveis os setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas, tal como a população em situação de rua.

Ainda na perspectiva da equidade, a política de assistência social atua com outros segmentos sujeitos a maiores graus de riscos sociais, como a população em situação de rua, indígenas, quilombolas, adolescentes em conflito com a lei, os quais ainda não fazem parte de uma visão de totalidade da sociedade brasileira. Tal ocultamento dificulta a construção de uma real perspectiva de sua presença no

território brasileiro, no sentido de subsidiar o direcionamento de metas das políticas públicas (Brasil, 2004: 19).

Dentro da PNAS, a população em situação de rua é tida como um dos grupos que precisam receber uma modalidade de atendimento assistencial denominada "proteção social especial". Assim, em relação "*à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito*" (Brasil, 2004: 31). Por isso, também enfatiza que a proteção social especial deva "*priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento*" (Idem, 2004: 31). Observa-se, pois, que o Estado considera as dificuldades que as pessoas em situação de rua têm em cumprir

funções de proteção básica, socialização e mediação, o que acaba por fragilizar sua identidade.

No tocante à Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), as condicionantes que a orientam tomam como base contextos econômicos que incidem sobre o processo de desenvolvimento social, deteriorando as condições de vida e o bem-estar de segmentos populacionais, intensificando as desigualdades e desequilíbrios inter e intra-regionais, ampliando os movimentos migratórios internos, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades, acompanhando-se sempre de uma ampliação da extrema pobreza (Brasil, 2000). Desse contexto, decorre sua diretriz de promover a integração da PNDC com as demais políticas nacionais de desenvolvimento social e econômico reduzindo vulnerabilidades aos desastres, sobretudo de contingentes populacionais marginalizados no processo de crescimento econômico e social (Idem, 2000).

Trata-se, pois, de fazer com que os compromissos institucionais que os Programas e Políticas supra indicam, fruto da redemocratização do país, ganhem corporeidade nas práticas contemporâneas do Estado e da sociedade civil.

Conclusões

Uma das formas de compreender a sociopatia das cidades que se levantam muros e grades, restringindo a vida comunitária àqueles que são identificados entre si pela afluência, é debruçar o olhar sobre o diferente, cuja decadência material e fragilidade psicossocial é tida como falha irreversível de caráter e passa a exigir seu aniquilamento. A população em situação de rua faz parte da parcela dos conviventes incômodos, grupo cuja privação das coisas corresponde a um imaginário de ameaças aos estabelecidos. O âmbito sócio-espacial citadino é o expoente da modernidade, mas, ao invés de exercitá-la por meio de práticas sociais de combate às desigualdades

sociais, dá-se guarida à intolerância, tornando vazio o discurso de um progresso material e socialmente abrangente.

Ao não retroceder ao histórico de destituição que leva um grupo a estar na rua, os cidadãos vão, *pari passu*, considerando como legítimo o direito à vida apenas aos moradores regularizados e aos que partilham do *habitus* de classe; portanto, um direito adstrito aos semelhantes, no âmbito público e privado. Os casos de omissão de socorro, homicídio, espancamento e expulsão de pessoas em situação de rua, embora a singularidade do *modus operandi* na sua ocorrência nos diversos municípios brasileiros, denotam a constituição de um padrão de um imaginário social que, tecido em condições territoriais de modernidade, evoca o ódio ao diferente e assentimento à barbárie. Práticas divergentes tanto do arcabouço legal quanto da missão institucional de várias frações do Estado vão se espalhando

através de um fazer moroso, arreadio, descuidado, que não reconhece a desigualdade social como um problema intrínseco da produção concentrada da riqueza nem se dá conta da necessidade de transformação da ordem social excludente.

A experiência vivida, de sofrimento e privação traz, à pessoa em situação de rua, a memória da construção social da sua inferiorização. É, dentre outras coisas, um lugar de conhecimento sobre a sociodinâmica da apartação e expõe, na explicitação das estratégias de extrema submissão, a falibilidade das políticas assistenciais, de habitação, de saúde, de trabalho e emprego. A sociedade brasileira precisa avançar para apoiar que essa memória e esse conhecimento sejam vocalizados, socializados e tidos em conta em arenas que o convertam e disponibilizem para um novo patamar de políticas públicas e civilidade.

Uma vez que negamo-nos em fazê-lo, adiamos a tarefa imperiosa de reafirmar o valor

intrínseco da pessoa humana. Na indiferença social, permitimos o estabelecimento de uma nova sociabilidade que converte o ideário de acessibilidade generalizada dos direitos às regras de mercado; dissimulamos o conflito social nas estratégias de anulação crescente dos miseráveis, desqualificando-os, silenciando sua voz, inviabilizando seu espaço vital e já precário, impedindo o nascimento e consolidação de redes de proteção, retirando sua vida; e, por fim, forjando uma territorialização pacificada. Numa tendência neotribalista (Bauman, 1999), muitas são as cidades que seguem pautando-se no modelo de aversão ao diferente e desigual, monitorando o tráfego no terreno, ajustando o controle para o banimento do outro e adoção de soluções guetizadas. Cúmplices, os iguais, na luta contra os intrusos. E no descarte dos princípios democráticos que foram de difícil conquista.

Referências

ALENCAR, Izidoro; GALVÃO, Vinícius Queiroz. (2007). *Kassab quer contrato para morador de rua*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 02 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u350527.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

BÄCHTOLD, Felipe. (2008). *Moradores de rua são mortos a tiros em Goiânia (GO)*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 16 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457175.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. (1998). *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Zygmunt. (1999). *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BETTENCOURT, Babeth. (2005). *Moradores de rua se queixam de falta de assistência*. Repórter BBC online. 26 set. 2005. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

rporterbbc/story/2005/09/050923_babethrua.shtml
>. Acesso em: 18 nov. 2008.

BRASIL (2000). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília: SEDEC.

BRASIL. (2002). Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos II*. Brasília: SEDH.

BRASIL. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social/PNAS*. Brasília: MDS.

BRASIL. (2006). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Curso de Formação de Orientadores em Defesa Civil* (modalidade à distância). Brasília: SEDEC/MI. Disponível em:
<<http://www.defesacivil.gov.br/capitacao/reducaodesastres/curso/unidade1asp>>. Acesso em: 05 mar. 2008.

BRASIL (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário

Executivo. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/pesquisas>>. Acesso em: 31 out. 2008.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. (1999) *Manual de Planejamento em Defesa Civil*. Brasília, v. 1: SEDEC/MI.

CORREIO DE SERGIPE (2005). *Homens são queimados em via pública*. Aracaju, 18 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=2996>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

DE LUCCA, Daniel. (2007). *A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 241 f. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DO VALLE, Dimitri. (2007). *Morador de rua é atacado com ácido no Paraná*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u355183.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FOLHA ONLINE (2006). *Moradores de rua lotam albergue de Porto Alegre após mortes por frio*. São Paulo, 03 ago. 2006. Disponível

em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124662.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. (2008). *SP faz parceria para banir mendigos e camelôs do centro*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 10 jun. 2008.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1006200827.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

GAZETA DO POVO ONLINE (2007). *Prefeitura de Apucarana "expulsa" mendigos*. Curitiba, 23 mar. 2007.

Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=646954>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

GOFFMAN, Erving. (2005) *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

GOLDIM, José Roberto. (2005). *Alteridade*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/alteridade.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2008). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 17 nov. 2008.

JORNAL ZERO HORA (2008). *Bombeiros resgatam moradores de rua na Ponte da Azenha*. Porto Alegre, 22 out. 2008. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2258106.xml>>. Acesso em: 27 out. 2008.

KOHLBACH, Karlos. (2008). *Andarilho é agredido, enforcado e queimado em casa abandonada*. Jornal Gazeta do Povo Online. Curitiba, 13 mar. 2008. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=746692&tit=>>>. Acesso em: 19 nov. 2008

LAGE, Amarilis. (2005). *Aos 93 anos, praça da Sé passará por nova reforma*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 24 mai. 2005. Disponível em: <

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u109331.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

MALIANDI, Ricardo. (2002). "Concepto y alcance de lá "ética del discurso"em Karl-Otto Apel". *Tópicos*, v. s/n, n. 10. Santa Fé: Argentina. pp. 59-73. ISSN 1666-485X.

MENEZES, Lucianne Sant'anna de. (2006). *Pânico*. efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP.

NEVES, Delma Pessanha. (2008). *Mesa Redonda – "População em Situação de Rua: vida social e relações com o espaço público"*. São Carlos: Seminário Nacional População em Situação de Rua.

PORTAL GLOBO.COM. (2008). *Três moradores de rua são assassinados em Vitória*. 07 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/noticias/brasil/0.mul456364-5598,00-tres+moradores+de+rua+sao+assassinados+em+vitoria.html>>. Acesso em: 25 out. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. (2006). *Prefeitura busca solução para moradores de rua*. 29 nov. 2006. Disponível em:

<<http://www.ubatuba.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2006.

REIS, Tiago e ACAYABA, Cíntia. (2008). *Ataque a morador de rua fica sem solução*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 28 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2809200812.htm>> Acesso em: 25 out. 2008.

SANGIOVANNI, Ricardo. (2008). *Prefeitura faz muro sob viaduto para tirar moradores de rua*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 15 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1507200831.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. et al. (2008). *Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário*. In: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade*, 4, 2008, Brasília: ANPPAS, 20p.

TABELA 1 – Relação de municípios onde foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2007-8, com população total e contingente populacional em situação de rua.

Município/ UF	População	Número de moradores de Rua (1)	Município / UF	População	Número de moradores de Rua (1)
Rio Branco / AC	290.639	177	S. Gonçalo / RJ	960.631	586
Maceió/ AL	896.965	547	Campos dos Goytacazes / RJ	426.154	260
Manaus/ AM	1.646.602	1004	Belford Roxo/ RJ	480.555	293
Macapá/ AP	344.153	210	Nova Iguaçu/ RJ	830.672	507
Salvador / BA	2.892.625	1764	São João de Meriti/ RJ	464.282	283
Feira de Santana/ BA	571.997	349	Natal/ RN	774.230	472

Fortaleza/ CE	2.431.415	1483	Porto Velho / RO	369.345	225
Brasília/ DF	2.455.903	1498	Boa Vista/ RR	249.853	152
Vitória/ ES	314.042	192	Canoas/ RS	326.458	199
Vila Velha / ES	398.068	243	Caxias do Sul/ RS	399.038	243
Serra/ ES	385.370	235	Pelotas/ RS	339.934	207
Cariacica / ES	356.536	217	Florianópolis/ SC	396.723	242
Goiânia/ GO	1.244.645	759	Joinville/ SC	487.003	297
Aparecida de Goiânia/ GO	475.303	289	Aracaju/ SE	520.303	317
Anápolis / GO	325.544	199	Guarulhos/ SP	1.236.192	754
São Luís/ MA	957.515	584	Campinas/ SP	1.039.297	634
Contagem/ MG	608.650	371	Osasco/ SP	701.012	427
Uberlândia/ MG	608.369	371	Santo André/ SP	667.891	407

Montes Claros/ MG	352.384	214	São José dos Campos/ SP	594.948	363
Betim/ MG	415.098	253	Sorocaba/ SP	402.770	246
Juiz de Fora/ MG	513.348	313	Ribeirão Preto/ SP	547.417	333
Campo Grande/ MS	724.524	441	Moji das Cruzes/ SP	362.991	221
Cuiabá/ MT	526.830	321	Santos/ SP	418.288	255
Belém/ PA	1.408.847	859	Mauá/ SP	402.643	246
Ananindeua/ PA	484.278	295	S. José do Rio Preto/ SP	402.770	246
João Pessoa/ PB	674.762	411	Diadema/ SP	386.779	236
Campina Grande/ PB	371.060	226	Carapicuíba / SP	379.566	232
Jaboatão dos Guararapes/ PE	665.387	406	Piracicaba/ SP	358.108	218

Olinda/ PE	391.433	238	Bauru/ SP	347.601	212
Teresina / PI	779.939	476	Jundiaí/ SP	342.983	209
Curitiba/ PR	1.797.4 08	1096	S. Vicente/ SP	323.599	197
Londrina / PR	497.833	303	Franca/ SP	319.094	195
Maringá / PR	325.968	199	Itaquaquec etuba / SP	334.914	204
Rio de Janeiro/ RJ	6.093.4 72	3717	S. Bernardo do Campo/ SP	781.390	477
Niterói/ RJ	474.002	289	Palmas/ TO	178.386	109
Duque de Caxias/ RJ	842.686	514			

FONTE: Adaptado de: BRASIL, 2008 e IBGE, 2008.

- (1) - Valores aproximados, baseados nos dados da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008), que identificou 31.992 pessoas com 18 anos ou mais de idade em situação de rua, o que equivale a 0,061% da população destas localidades.

TABELA 2 – Práticas de violência física praticada
 contra pessoas em situação de rua, 2004-2008

ANO	CIDADE/UF	LOCAL	TIPO DE VIOLÊNCIA	VÍTIMAS
2004	São Paulo/SP	Praça da Sé (Centro)	Espancamento (golpes na cabeça)	7 mortes
2005	São Paulo/SP	Viaduto Arapuá (bairro Jabaquara)	Tiros com armas de fogo	4 feridos e 1 morte
2005	Estância/SE	Via pública no Centro da cidade	Atear fogo	3 feridos
2006	São Paulo/SP	Viaduto Guadalajara (bairro Belém)	Tiros com armas de fogo	2 feridos e 1 morte
2007	São Paulo/SP	Viaduto na Av. Jornalista Roberto Marinho	Espancamento com pedradas e pauladas na cabeça	1 morte
2007	São Paulo/SP	Garagem de casa abandonada (Parque Novo Mundo)	Atear fogo	1 ferido
2007	Curitiba/PR	Calçada, sob o toldo de um aviário (bairro Jardim das Américas)	Atingido por um ácido (queimaduras de 3º grau nas mãos, braços, peito e rosto)	1 ferido

2007	Rio de Janeiro/RJ	Rua do bairro Ipanema	Espancamento (possivelmente a pedradas)	1 morte
2007	Rio de Janeiro/RJ	Rua Cardoso de Moraes (bairro Bonsucesso)	Tiros com armas de fogo (bala perdida)	1 ferido
2008	São Paulo/SP	Marquise de uma agência bancária (bairro da Lapa)	Tiros com armas de fogo	3 feridos e 1 morte
2008	São Paulo/SP	Calçada da Rua Henrique Lindemberg (bairro Tatuapé)	Atear fogo (41% do corpo queimado)	Permanece internado
2008	São Paulo/SP	Viaduto na rua Siqueira Bueno (bairro Belenzinho)	Atear fogo	1 morte
2008	São Paulo/SP	Casa abandonada (bairro Perdizes)	Atear fogo	2 mortes e 1 ferido
2008	Vitória/ES	Marquise de uma loja comercial (bairro do Horto)	Tiros com armas de fogo	3 mortes
2008	Goiania/GO	Marquise em frente a uma loja (bairro Vila Adélia)	Tiros com armas de fogo	3 mortes

2008	Rio de Janeiro/RJ	Rua Debret, próximo Ministério Público Federal (Centro)	Espancamento com pauladas	1 morte
2008	Rio de Janeiro/RJ	Viaduto dos Marinheiros, próximo à Praça da Bandeira.	Atear fogo	2 mortes
2008	Arapiraca/AL	Na rua, próximo a um Posto de Saúde	Atear fogo (queimaduras de 2° e 3° graus nos braços e nas pernas)	2 feridos
2008	Cuiabá/MT	Em frente a um hospital	Golpes com faca	1 morte
2008	João Pessoa/PB	Via pública no Centro	Atear fogo (queimaduras de 2° e 3° graus)	1 ferido
2008	Belo Horizonte/MG	Rua Japurá (bairro Renascença)	Ateado fogo em seus colchões	2 feridos
2008	Curitiba/PR	Casa abandonada na Rua Ébano Pereira (Centro)	Espancamento e enforcamento	1 morte
2008	Curitiba/PR	Praça Izaac Lazarotto, próximo a uma linha férrea (bairro Cristo Rei)	Espancamento (com as próprias muletas, possuía deficiência)	1 morte

FONTE: Síntese de diversas fontes jornalísticas.

HALBWACHS, Maurice. La mémoire chez les vieillards et la nostalgie du passé. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 634 a 666, dezembro de 2008. DOCUMENTO

La mémoire chez les vieillards et la nostalgie du passé*

Maurice Halbwachs

Il semble assez naturel que les adultes, absorbés par leurs préoccupations actuelles, se désintéressent de tout ce qui, dans le passé, ne s'y rattache pas. S'ils déforment leurs souvenirs d'enfance, n'est-ce point, précisément, parce qu'ils les contraignent à entrer dans les cadres

* Este texto foi retirado do livro *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Félix Alcan, 1925, pp. 91 a 98.

du présent ? Mais il n'en est plus de même des vieillards. Ceux-ci, fatigués de l'action, se détournent au contraire du présent, et sont dans les conditions les plus favorables pour que les événements passés reparaissent tels quels. Mais, s'ils reparaissent, c'est qu'ils Marient toujours là. 'N'est-ce point là une preuve frappante de la conservation de souvenirs que nous pouvons croire abolis ?

« Près de trente ans se sont passés depuis ma sortie de Bossey, écrit Rousseau dans *Les confessions*, sans que je m'en sois rappelé le séjour d'une manière agréable par des souvenirs un peu liés : mais depuis qu'ayant passé l'âge mûr je décline vers la vieillesse, je sens que ces mêmes souvenirs renaissent tandis que les autres s'effacent, et se gravent dans ma mémoire avec des traits dont le charme et la force augmentent de jour en jour ; comme si,

sentant déjà la vie qui s'échappe, je cherchais à la ressaisir par ses commencements. »

S'il y a, au sens où M. Bergson l'a dit, deux mémoires, l'une, faite surtout d'habitudes et tournée vers l'action, l'autre, qui, implique un certain désintéressement de la vie présente, on sera en effet tenté de penser que le vieillard, en même temps qu'il se détourne de l'aspect pratique des objets et des êtres, et qu'il se sent libéré des contraintes qu'imposent la profession, la famille, et d'une manière générale l'existence active dans la société, devient capable de redescendre dans son passé et de le revivre en imagination. « Si notre passé, dit M. Bergson, nous demeure presque tout entier caché parce qu'il est inhibé par les nécessités de l'action présente, il retrouvera la force de franchir le seuil de la conscience dans tous les cas où nous nous désintéresserons de

l'action efficace pour nous replacer, en quelque sorte, dans la vie du rêve».

Mais le vieillard, en réalité, au moment où il évoque ainsi son passé d'enfant, ne rêve pas. C'est de l'adulte qu'on peut dire que, lorsque son esprit, tendu vers les réalités présentes, se relâche et se, laisse aller suivant la pente qui le ramène à ses premiers jours, il ressemble à un homme qui rêve, parce qu'il y a en effet un vit contraste entre ses préoccupations habituelles et ces images sans rapport avec ce qui sollicite aujourd'hui son activité. Ni l'un, ni l'autre, ne rêve (au sens où nous avons défini ce terme) : mais ce genre de rêverie, qui, chez l'adulte, est une distraction, devient, chez le vieillard, une véritable occupation. Il ne se contente pas, d'ordinaire, d'attendre passivement que les souvenirs se réveillent, il cherche à les préciser, il interroge

d'autres vieillards, il compulse ses vieux papiers, ses anciennes lettres, et, surtout, il raconte ce dont il se souvient, quand il ne se soucie pas de le fixer par écrit. En somme, le vieillard s'intéresse au passé bien plus que l'adulte, mais il ne s'ensuit pas qu'il soit en mesure d'évoquer plus de souvenirs de ce passé que quand il était adulte, ni, surtout, que des images anciennes, ensevelies dans l'inconscient depuis son enfance, « retrouvent la force de franchir le seuil de la conscience » alors seulement.

On comprendra mieux quelles raisons éveillent en lui cet intérêt nouveau pour une période de sa vie longtemps négligée, si on le replace dans la société, dont il n'est plus un membre actif, mais où un rôle lui est cependant assigné. Dans les tribus primitives, les vieillards sont les gardiens des traditions, non seulement parce qu'ils les ont reçues plus tôt que les

autres, mais aussi sans doute parce qu'ils disposent seuls du loisir nécessaire pour en fixer les détails au cours d'entretiens avec les autres vieillards, et pour les enseigner aux jeunes gens à partir de l'initiation. Dans nos sociétés aussi on estime un vieillard en raison de ce qu'ayant longtemps vécu il a beaucoup d'expérience et est chargé de souvenirs. Comment dès lors les hommes âgés ne s'intéresseraient-ils point passionnément à ce passé, trésor commun dont ils sont constitués dépositaires, et ne s'efforceraient-ils pas de remplir en pleine conscience la fonction qui leur confère le seul prestige auquel ils puissent désormais prétendre ? Certes, nous ne contestons pas qu'il y ait, pour un homme parvenu au terme de la vie, une douceur, accompagnée d'un peu d'amertume et de regrets, mais d'autant plus pénétrante qu'il s'y

mêle l'illusion d'échapper aux atteintes du temps et de reconquérir par l'imagination ce que la réalité ne peut plus donner, à se rappeler ce qu'on a été, les joies et les peines, les gens et les choses qui furent une partie de nous-même. Mais ce genre de satisfaction, d'illusion et de transfiguration, tous en sont capables, quel que soit leur âge, et ce ne sont pas seulement les vieillards qui ont besoin de temps en temps de ce refuge qu'offre le souvenir. Nous aurons d'ailleurs à rechercher comment s'explique cette prédilection particulière pour le passé à laquelle personne n'échappe à certains moments, et qui détermine une exaltation apparente et temporaire de la mémoire chez le jeune homme et l'adulte comme chez le vieillard. Il n'en est pas moins vrai que la société, en attribuant aux vieillards la fonction de conserver les traces de son passé, les

encourage à consacrer tout ce qu'il leur demeure d'énergie spirituelle à se souvenir. Si l'on se moque quelquefois de ceux qui prennent leur rôle trop au sérieux, et abusent du droit qu'a la vieillesse de se raconter, c'est que toute fonction sociale tend à s'exagérer. Si l'on écoutait trop les conseils de l'expérience, on n'irait pas de l'avant. Mais les hommes âgés qui, sensibles à de telles railleries, craignent qu'on ne les croie sur le point de retomber en enfance, s'ils parlent de ce qu'ils ont vu étant enfants, qui se taisent alors, et ne sont préoccupés que de se mettre ou de rester au pas des adultes, remplissent mal une fonction à laquelle ils ne sont plus adaptés, et, véritablement, manquent à leur tâche, Ils mériteraient qu'on leur adressât, en le transposant, le même reproche que Calliclès à Socrate : « Quand je vois un enfant à qui cela

convient encore bégayer ainsi en parlant et badiner, j'en suis fort aise, je trouve cela gracieux, noble et séant à cet âge... Si c'est un homme qu'on entend ainsi bégayer ou qu'on voit jouer, la chose est jugée ridicule, indécente à cet âge, et digne du fouet. » Ainsi, en résumé, si les vieillards sont penchés sur le passé plus que les adultes, ce n'est pas parce qu'il y a à cet âge comme une marée montante de souvenirs : ils n'ont pas plus de souvenirs de leur enfance que quand ils étaient adultes : mais ils sentent que, dans la société, ils n'ont rien de mieux à faire maintenant que d'utiliser, pour reconstituer le passé, tous les moyens, dont ils ont toujours disposé, mais qu'ils n'ont eu ni le temps, ni le désir d'y employer.

Il est naturel dès lors que le tableau qu'ils nous offrent de ce passé soit quelque peu défiguré, puisqu'au moment où ils le

reconstituent, ils ne jugent peut-être pas très impartialement le présent. Ce travail de reconstruction s'effectue, en même temps que sous l'influence de la société tout entière-, sous la pression des préjugés et préférences de la société des vieillards. Mais ce n'est là qu'un aspect d'un fait beaucoup plus général qu'il nous faut maintenant aborder. Non seulement les vieillards, mais l'ensemble des hommes (inégalement, bien entendu, suivant l'âge, le tempérament, etc.) adopte instinctivement, vis-à-vis du temps écoulé, l'attitude des grands philosophes grecs qui mettaient l'âge d'or non à la fin du monde, mais au commencement. Bien qu'il y ait des périodes de notre existence que nous en aurions retranchées volontiers, bien que nous ne soyons pas sûrs que nous aimerions recommencer telle quelle notre vie dans sa totalité, par une sorte de mirage

rétrospectif un grand nombre d'entre nous se persuadent que le monde, aujourd'hui, est plus incolore, moins intéressant qu'autrefois, en particulier qu'aux jours de notre enfance et de notre jeunesse. Presque tous les grands écrivains qui ont décrit les impressions de leurs quinze ou vingt premières années parlent des gens et des choses qu'il voyaient et connaissaient alors, et d'eux-mêmes, d'eux surtout, avec attendrissement. Tous n'ont pas eu une enfance heureuse, soit qu'ils aient connu de bonne heure la misère abjecte, la brutalité des hommes, leur méchanceté et leur injustice, soit qu'ils aient été durement comprimés dans leurs aspirations, ou, encore, déviés et déformés par une éducation absurde. Il y en a qui parlent de leurs parents sans indulgence, et même avec une hostilité et une haine non déguisées. Rousseau lui-même, après

le récit d'une injustice dont il fut victime à moins de 10 ans, déclare : « Là fut le terme de la sérénité de ma vie enfantine. Dès ce moment je cessai de jouir d'un bonheur pur, et je sens aujourd'hui même que le souvenir des charmes de mon enfance s'arrête là. » Mais, en général, et malgré des plaintes, regrets et révoltes tenaces, malgré ce qui dans les événements qu'ils rapportent, considérés dans leur nue réalité, nous attriste, nous indigne, ou même nous terrifie, il semble que tout cela, l'effet que tout cela produisait devait être singulièrement atténué par l'atmosphère plus vivifiante qu'on respirait alors. Sur les aspects les plus sombres de l'existence il semble que traînaient des nuages qui les enveloppaient a demi. Ce monde éloigné, où l'on se souvient d'avoir souffert, n'en exerce pas moins une attraction incompréhensible sur celui qui y a passé et qui

semble y avoir laissé et y rechercher à présent la meilleure partie de lui-même. C'est pourquoi, et sous réserve de quelques exceptions, nous pouvons dire que la grande majorité des hommes est sensible, à des instants plus ou moins fréquents, à ce qu'on pourrait appeler la nostalgie du passé.

D'où vient cette apparence illusoire ? Mais d'abord, est-ce une illusion ? Comme l'a dit Rousseau, l'enfant et le jeune homme, faibles absolument, sont forts relativement, et plus forts que l'adulte, tant que leurs forces dépassent leurs besoins. Cette plénitude de vie entraîne une plénitude d'impressions. Lorsque nous sommes plus âgés, et alors même que nous sentons en nous un suffisant ressort organique, sollicités en divers sens par tous les intérêts qui naissent de la vie sociale, nous devons nous limiter. Aux contraintes du dehors

s'ajoutent celles qu'il nous faut nous imposer à nous-même. Nos impressions ne se plient aux formes que leur impose la vie sociale qu'à condition de perdre une partie de leur matière. Le regret de la nature au sein de la société, voilà à quoi se ramènerait essentiellement le regret de l'enfance chez l'adulte.

Mais, d'abord, ceci suppose que le souvenir de nos impressions organiques anciennes est assez fort pour que nous puissions le rapprocher de nos sensations organiques d'à présent. Or rien n'échappe davantage à la prise de notre mémoire que le sentiment que nous avons autrefois de notre corps. Par réflexion, par une série de comparaisons objectives, nous réussirions à nous assurer d'une diminution de notre ton vital. Mais une comparaison abstraite n'expliquerait point ce qui n'est pas un regret réfléchi, mais un état affectif profond, un

sentiment vif et souvent poignant. D'autre part, dans l'ordre des appréciations sociales, l'exubérance des forces physiques, la spontanéité et la richesse des sensations ne passent pas au premier plan : à côté de ce que nous avons perdu, la société nous représenterait ce que nous avons acquis par elle, et nous obligerait à le préférer.

On dira, alors, que le regret du passé repose, en effet, sur une illusion, qui est l'œuvre de la mémoire, ou plus exactement, de l'imagination. D'après M. Bergson, les souvenirs reparaissent dans la mesure où ils peuvent guider notre action : en ce sens il nous serait aussi utile de nous rappeler les événements malheureux que les circonstances agréables de notre vie passée. Toutefois, dans le cas de la rêverie, ce n'est pas l'action, c'est le sentiment qui appellerait les souvenirs. Or, il y a bien des

sentiments tristes, et d'autres, doux et joyeux. Mais il nous est utile de nourrir et d'accroître ceux-ci, de réduire et de dissiper ceux-là. C'est pourquoi nous aurions pris l'habitude, toutes les fois que nous nous trouvons dans une disposition affective heureuse, de choisir dans notre mémoire les images qui lui sont conformes, de ne retenir de ces images que ce qu'il nous est agréable de considérer : c'est pourquoi la rêverie est une suite d'idées et d'images agréables, le plus souvent. Il y a bien des rêveries tristes, et il arrive qu'un sentiment pénible nous conduit à évoquer des souvenirs qui l'entretiennent ; mais nous réussissons le plus souvent à en distraire assez vite notre pensée, par une sorte d'instinct vital qui nous écarte de tout ce qui diminue ou absorbe inutilement nos forces, sauf dans des cas presque pathologiques. Ainsi s'expliquerait que

nous oublions les aspects pénibles du passé ; c'est ainsi que la passion amoureuse transfigure le souvenir de l'être aimé, et n'en retient que ce qui peut l'entretenir elle-même.

Mais la rêverie, même lorsqu'y entrent surtout ou exclusivement des souvenirs, ne se confond pas avec la mémoire. Ou plutôt, la rêverie telle que nous venons de la définir se distingue de la forme de la mémoire que M. Bergson désigne quelquefois du même nom. Il entend en effet par là non point un arrangement et une sélection des images-souvenirs, mais la série chronologique de ces images, telle qu'elle se conserve, d'après lui, dans la mémoire. Dès que l'imagination s'empare de ces souvenirs, et les modifie pour en faire la matière d'une rêverie agréable, elle les transforme déjà en souvenirs-habitudes, elle les détache en tout cas de leur série

chronologique : elle n'atteint pas en réalité (dans l'hypothèse de M. Bergson) jusqu'à cette série, qui demeure immuable, et contient tous nos états, heureux ou tristes, quel que soit le travail d'élimination ou d'épuration auquel l'imagination se livre au-dessus d'elle. Si l'on déclare, maintenant, que cette distinction importe peu, que les hommes, en effet, lorsqu'ils évoquent le passé, non pour l'utiliser, mais pour le revivre, n'atteignent pas non plus cette couche dernière des images-souvenirs, qu'ils s'en tiennent à rêver le passé (au sens, que nous venons de dire), nous répondrons qu'il n'y a, dès lors, pas de raison d'admettre la conservation des images-souvenirs au dernier plan de la mémoire, puisqu'elle ne sert à rien, et que la rêverie n'est qu'un cas, entre autres, de reconstruction des souvenirs à partir du

présent, et par le jeu des notions et perceptions qui remplissent actuellement la conscience.

Nous comprendrons mieux la nature de cette opération déformatrice qui s'exerce sur le passé, peut-être, en effet, à l'occasion de la rêverie, si nous n'oublions pas que, même au moment où notre imagination le reproduit, elle demeure sous l'influence du milieu social présent. En un sens, la mémoire contemplative ou la mémoire-rêverie nous aide à sortir de la société : c'est un des rares moments où nous réussissions à nous isoler complètement, puisque nos souvenirs, en particulier les plus anciens, sont bien à nous, et que ceux qui pourraient les lire en nous aussi bien que nous-même ou bien ont disparu, ou bien sont dispersés. Toutefois, si nous nous dérobons ainsi à la société des hommes d'aujourd'hui, c'est pour nous retrouver au milieu d'autres

êtres et dans un autre milieu humain, puisque notre passé est peuplé des figures de ceux que nous avons connus. En ce sens, on n'échappe à une société qu'à condition de lui en opposer une autre. On aura beau gagner les solitudes, chercher dans la nature les consolations ou même l'indifférence que nos semblables nous refusent : elle ne nous attachera et ne nous retiendra, elle ne nous livrera ce que nous attendons d'elle, que si nous croyons retrouver en elle des traces d'humanité, soit que ses aspects s'accordent avec nos sentiments, soit que nous la peuplions d'êtres à demi réels, à demi imaginaires.

Ainsi, lorsque l'homme croit se retrouver seul, face à face avec lui-même, d'autres hommes surgissent, et, avec eux, les groupes dont ils sont détachés. Nos sociétés modernes imposent à l'homme beaucoup de contraintes.

Sans exercer sur lui, avec la même force, la même pression unilatérale que les tribus primitives sur leurs membres, elles pénètrent cependant et s'insinuent plus au fond de lui-même, par la multiplicité et la complexité des rapports de toute nature où elles l'enveloppent. Elles affectent, il est vrai, de respecter sa personnalité individuelle. Pourvu qu'il s'acquitte de ses devoirs essentiels, il est libre de vivre et de penser à sa guise, de former ses opinions comme il l'entend. La société semble s'arrêter sur le seuil de sa vie intérieure. Mais elle sait bien que, même alors, il ne s'évade d'elle qu'en apparence, et que, peut-être, c'est à ce moment, où il paraît penser le moins à elle, qu'il développe le mieux en lui les qualités de l'homme social.

Quels sont les traits principaux qui distinguent de la société actuelle celle où nous

nous replongeons ainsi en pensée ? D'abord elle ne s'impose pas à nous, et nous sommes libres de l'évoquer quand nous le voulons, de choisir, dans le passé, la période où nous nous transportons. Puisque les personnes que nous avons connues aux différentes époques ou n'étaient pas les mêmes, ou ne nous présentaient pas le même aspect d'elles-mêmes, il dépend de nous de choisir la société au milieu de laquelle il nous convient de nous retrouver. Tandis que, dans la société actuelle, notre place est bien déterminée, et, avec elle, le genre de contraintes que nous subissons, la mémoire nous donne l'illusion de vivre au sein de groupes qui ne nous emprisonnent pas, et qui ne s'imposent à nous qu'autant et aussi longtemps que nous l'acceptons. Il nous reste toujours la ressource, si certains souvenirs nous gênent et nous sont à charge, de leur opposer

le sentiment de réalité inséparable de notre vie d'à présent. Mais on peut aller plus loin. Non seulement nous pouvons nous mouvoir ainsi à volonté au sein de ces groupes, et de l'un à l'autre, mais à l'intérieur de chacun d'eux, alors même que nous décidons d'y demeurer en pensée, nous ne retrouvons pas au même degré ce sentiment de contrainte humaine que nous éprouvons si fort aujourd'hui. Cela vient de ce que les hommes, dont nous nous souvenons n'existent plus, ou, s'étant éloignés, plus ou moins de nous, ne représentent à nos yeux qu'une société morte, et en tout cas une société tellement distincte de celle où nous vivons, que la plupart des commandements en sont périmés. Il y a incompatibilité à bien des égards entre les contraintes, d'autrefois et celles d'à présent. Il s'ensuit que nous ne nous représentons plus qu'incomplètement et

imparfaitement celles-là. Nous pouvons évoquer des lieux et des temps différents du lieu et du temps où nous sommes, parce que nous replaçons les uns et les autres dans un cadre qui les enferme tous. Mais comment. pourrions-nous sentir en même temps des contraintes d'ordre social qui ne s'accordent pas ? Ici, il n'y a qu'un cadre qui compte, celui qui est constitué par les commandements de la société d'à présent, et qui exclut nécessairement les autres. Entre les hommes se nouent et s'entretiennent des rapports d'amitié et de solidarité. Ils sont aussi, les uns vis-à-vis des autres, des concurrents : de là bien des souffrances, des craintes, des hostilités, des haines. Mais la concurrence d'aujourd'hui a remplacé celle d'autrefois ; nous savons bien que l'une et l'autre sont incompatibles. Les hommes d'aujourd'hui nous préoccupent pour

l'avenir immédiat ou lointain : nous pouvons en attendre beaucoup de bien, mais aussi beaucoup de mal, bien et mal, d'ailleurs, indéfinis. Des hommes d'autrefois, dont la vie et les actes sont immobilisés maintenant dans un cadre bien défini, nous avons pu éprouver la bonne et la mauvaise volonté : mais nous n'en attendons plus rien : ils n'évoquent dans notre esprit ni inquiétude, ni rivalité, ni envie : nous pouvons ne pas les aimer; nous ne pouvons pas les détester. En définitive, les aspects les plus pénibles de la société d'autrefois sont oubliés, parce que la contrainte n'est sentie que tant qu'elle s'exerce, et que, par définition, une contrainte passée a cessé de s'exercer. Mais nous croyons que l'esprit reconstruit ses souvenirs sous la pression de la société. N'est-il pas étrange que celle-ci le détermine à transfigurer ainsi le passé au point de le regretter ?

Rousseau a dit de la religion chrétienne : « Loin d'attacher les cœurs des citoyens à l'État, elle les en détache comme de toutes les choses de la terre : je ne connais rien de plus contraire à l'esprit social. » Ne dirons-nous pas à notre tour : le culte du passé, loin d'attacher les cœurs des hommes à la société, les en détache : il n'est rien de plus contraire à l'intérêt de la société ? Mais, d'abord, tandis qu'à la vie terrestre le chrétien en préfère une autre qui, pour lui, est au moins aussi réelle que c'elle-là et qu'il place dans l'avenir, l'homme sait bien que le passé n'existe plus, et il est bien obligé de s'adapter au seul monde réel, qui est celui où il vit maintenant. Il ne se retourne vers le temps disparu que par intermittences, et il n'y demeure jamais longtemps. D'autre part, comment ne pas voir que si l'homme était, dans la société, comme un ressort toujours tendu, si

son horizon, se limitait à l'ensemble de ses contemporains, et même de ceux de ses contemporains qui l'entourent si le souci s'imposait perpétuellement à lui de se conformer à leurs coutumes, à leurs goûts, à leurs croyances et à leurs intérêts, il pourrait bien s'incliner devant les lois sociales, mais il les subirait comme une dure et continue nécessité, et, n'envisageant dans la société qu'un instrument de contrainte, aucun élan généreux et spontané ne le porterait vers elle ? Il n'est donc pas mauvais que, lorsqu'il se repose de l'action et se retourne, à la manière d'un voyageur, pour reconnaître le chemin qu'il a parcouru, il y découvre tout ce que la fatigue, l'effort, la poussière soulevée, et le souci d'arriver à temps et au but, l'empêchait de contempler. Dira-t-on qu'une telle vision, d'un point de perspective un peu plus éloigné, est

plus conforme à la réalité ? Il se peut. Lorsque nous jugeons ainsi après coup ceux qui furent nos compagnons, nos amis, nos parents, nous sommes peut-être plus justes pour eux. La société, au moment présent, ne nous révèle peut-être que ses aspects les moins attirants : ce n'est qu'à la longue, par la réflexion et le souvenir, que notre impression se modifie. Nous découvrons que les hommes nous aimaient, en même temps qu'ils nous contraignaient. L'ensemble des êtres humains n'est pas seulement une réalité plus forte que nous, une sorte de Moloch spirituel qui réclame de nous le sacrifice de toutes nos préférences individuelles : nous y apercevons le source de notre vie affective, de nos expériences et de nos idées, et nous y découvrons une étendue et une profondeur d'altruisme que nous ne soupçonnions pas. Durkheim a bien vu et bien

distingué ces deux aspects de la société. S'il a insisté d'abord sur l'aspect contrainte, c'est qu'au début d'une science, il faut définir provisoirement les faits par des signes extérieurs faciles à saisir. Comme le sentiment de joie exprime, lorsqu'il résulte chez l'homme de l'action de la société, qu'il y a coïncidence et fusion partielle entre les tendances individuelles et la coutume sociale, et le sentiment de peine ou de contrainte, au contraire, qu'il y a entre elles une opposition au moins partielle, il a dit qu'on reconnaîtrait les faits sociaux à ce qu'ils s'imposent à nous et nous contraignent. Mais il a reconnu qu'il n'y a pas de pratique collective qui n'exerce sur nous une double action, que les forces sociales s'orientent souvent dans le sens de nos désirs, qu'en tout cas elles accroissent et enrichissent notre être individuel de tous les modes de

sensibilité et de toutes les formes de pensée que nous empruntons aux autres hommes. Il est assez naturel que, lorsque le sentiment de contrainte a disparu, tout ce qu'il y avait de bienfaisant dans notre contact avec les groupes humains ressorte, au point qu'à ces moments nous découvrons l'étendue de notre dette vis-à-vis des hommes qui furent mêlés à notre vie, et nous regrettons presque de ne l'avoir pas reconnue lorsqu'il en était temps. Ainsi, en un sens, le tableau que nous reconstruisons du passé nous donne une image de la société plus conforme à la réalité. Mais, en un autre sens, et en tant que cette image devrait reproduire la perception ancienne, elle est inexacte : elle est à la fois incomplète, puisque les traits déplaisants en sont effacés ou atténués, et surchargée, puisque des traits nouveaux que nous ne remarquons pas y sont ajoutés. En tout cas

la société est intéressée à nous découvrir ainsi, d'une vue rétrospective, les trésors de bienveillance qu'elle porte en elle, mais qu'elle doit y laisser renfermés, tant qu'elle a besoin d'affirmer son autorité. On comprend qu'elle nous invite à oublier l'âpreté de la concurrence aussi bien que les rigueurs des lois dans le passé, à présent que ni les concurrents, ni les obligations ne sont plus les mêmes. Car bien que les hommes dont on se souvient ne se confondent pas avec ceux auxquels nous nous heurtons et que nous côtoyons chaque jour, ils participent les uns et les autres de la nature humaine, et c'est une même société continue qui les comprend. On se plie à ses duretés et on les lui pardonne, dans la mesure où on croit se souvenir qu'elle nous les a autrefois épargnées. Elle saisit les hommes d'une prise quelquefois si brutale, qu'ils peuvent être tentés de se

désintéresser et se détourner. Ils la respecteront au contraire et s'y attacheront d'autant plus qu'ils en retrouveront l'image idéalisée dans les coutumes et façons de vivre anciennes, aujourd'hui disparues. Des hommes qui ne demanderaient à la mémoire que d'éclairer leur action immédiate, et pour qui le plaisir pur et simple d'évoquer le passé n'existerait pas, parce qu'il se peindrait à leurs yeux des mêmes couleurs que le présent, ou, simplement, parce qu'ils en seraient incapables, n'auraient à aucun degré le sens de la continuité sociale. C'est pourquoi la société oblige les hommes, de temps en temps, non seulement à reproduire en pensée les événements antérieurs de leur vie, mais encore à les retoucher, à en retrancher, à les compléter, de façon à ce que, convaincus cependant que nos souvenirs sont exacts, nous

leur communications un prestige que ne possédait pas la réalité.

HALBWACHS, Maurice. A memória nos idosos e a nostalgia do passado. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury, RBSE – *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 667 a 691, dezembro de 2008.
TRADUÇÃO

A memória nos idosos e a nostalgia do passado*

Maurice Halbwachs

Parece bastante natural que os adultos absorvidos por suas preocupações atuais, se desinteressem de tudo o que, no passado, deixou de fazer sentido. Se eles deformam as recordações da infância não é precisamente porque se obrigam a entrar nos quadros do presente? Porém, este fato não se passa do mesmo modo com os idosos. Estes, cansados da ação, se desviam no sentido contrário do

* Este texto foi retirado do livro *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Félix Alcan, 1925, pp. 91 a 98.

presente, e estão em condições mais favoráveis para que os acontecimentos passados reapareçam tal qual. Mas, se reaparecem, é porque estiveram sempre lá. E isso não é uma prova impressionante da conservação de lembranças que nós podíamos crer suprimidas?

“Cerca de trinta anos se passaram desde a minha saída de Bossey, escreveu Rousseau em *As Confissões*, sem que eu me recorde à estadia de uma maneira agradável através de lembranças vinculadas: porém, desde que passei da idade madura para a velhice, sinto que estas mesmas recordações reaparecem embora que outras se esvaecem, e se gravam na minha memória com características das que o encanto e a força aumentam dia a dia; como se, já sentindo a vida que me escapa, pretenda recobrá-la no seu princípio”.

Existem, no sentido dado por Bérghson, duas memórias: uma feita principalmente de práticas e que gira em torno da ação, e outra que, implicando em um determinado desinteresse sobre a vida presente, com efeito, levará a pensar que o velho, ao

mesmo tempo em que se desvia do aspecto prático dos objetos e seres, e que se sente liberado das dificuldades impostas pela profissão, pela família, e de uma maneira geral pela existência ativa na sociedade, se torna capaz de retornar ao seu passado e de revivê-lo na imaginação. “Se todo o nosso passado, disse Bérqson, nos segue sendo quase ocultado porque é inibido pelas necessidades da ação presente, encontrará a força de cruzar o limite máximo da consciência em todos os casos em que nos desinteressamos da ação eficaz para nos colocar de novo, dentro de certo ponto de vista, na vida do sonho”.

Porém, o ancião no momento em que menciona seu passado de menino, realmente, não sonha. É do adulto que se pode dizer que, quando o seu espírito, tendido para as realidades presentes, se afrouxa e se deixa ir segundo o declive que o conduz aos seus primeiros dias, se assemelha a um homem que sonha: porque existe em efeito o vivo contraste entre suas preocupações habituais e estas imagens disformes em relação ao solicitado a ele hoje em dia

por sua atividade. Nem um, nem o outro, contudo, sonham (no sentido em que definimos este termo): mas este tipo de sonho que, no adulto é uma distração, se converte no idoso em uma verdadeira ocupação. Não se limita, habitualmente, a esperar passivamente que as recordações se despertem, ele pretende precisá-las, interroga outros anciões, examina seus velhos papéis, suas antigas cartas, e, sobretudo, conta a outros do que se recordou, quando não se preocupa em fixar a recordação por escrito. Em resumo, o idoso se interessa pelo passado bem mais que o adulto, sem que siga que esteja em condições de mencionar mais lembranças deste passado do que quando era adulto, nem, sobretudo, que as imagens antigas, enterradas no inconsciente desde sua infância, só então “encontrem a força de cruzar o limite máximo da consciência”.

Compreenderemos melhor que razões despertam nele este novo interesse por um período de sua vida por muito tempo descuidada, se o colocarmos de novo na sociedade, da que não é mais um membro ativo, porém onde lhe é atribuído sem

dúvida um papel. Nas tribos primitivas, os anciãos são os encarregados das tradições, não apenas porque as receberam antes dos outros, mas também seguramente porque dispõem unicamente do ócio necessário para fixar os detalhes durante as entrevistas com os outros velhos, e para ensiná-las aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também, se considera um idoso devido a sua vasta experiência e lembranças, e pelo muito tempo já vivido. Porque, deste modo, os homens velhos não se interessariam apaixonadamente por este passado, tesouro comum cujos depositários se constituem, e não se esforçariam por exercer em plena consciência a função que lhes confere o único prestígio ao qual podem mais tarde almejar? Certamente não questionamos que haja para um homem chegado ao final da vida, uma suavidade, acompanhada de um pouco de amargura e pesar, tanto mais penetrante que se mescla à ilusão de escapar dos ataques do tempo e reconquistar pela imaginação o que a realidade não pode dar mais, para lembrar-se do que se foi, as alegrias e as dores,

a gente e as coisas que foram uma parte de nós-mesmos. Porém, este tipo de satisfação, de ilusão e transfiguração, todos são capaz, independentemente de sua idade, e não são apenas os velhos que necessitam ocasionalmente deste refúgio que oferece a lembrança. Teremos em outro lugar de procurar como se explica esta predileção específica para o passado à qual ninguém escapa em certos momentos, e que determina uma exaltação aparente e temporal da memória no homem jovem e no adulto, como no ancião. Não é menos certo que a sociedade, ao assinalar aos idosos a função de conservar os vestígios do seu passado, os estimula a consagrar tudo o que neles permanece de energia espiritual por lembrar-se. Se ela engana às vezes àqueles que tomam seu papel demasiado a sério, e abusam do direito que a velhice possui de recontar-se, é porque toda a função social tende a exagerar-se. Se si escuta demasiado os conselhos da experiência, não se iria em frente. Porém, os homens velhos que sensíveis a tais engodos temem que os vejam como a ponto de recair na infância, e de que falem de que estão

tornando-se crianças, se calam, e preocupam-se, apenas, de se pôr ou de permanecer próximos aos adultos, exercem mal uma função para a qual já não mais estão adaptados, e, sinceramente, não cumprem a sua tarefa, eles mereceriam que a eles dirigissem, transpondo-os, a mesma reprovação de Callicles a Sócrates: “Quando vejo uma criança balbuciando e brincando, é forte à vontade, e acho gracioso nobre e decente a esta idade... Se é um homem que balbucia ou que se vê a brincar, logo julgo ridículo e indecente para esta idade e digno de chicote”. Assim, em resumo, se os idosos se inclinam sobre o passado mais que os adultos, não é porque existe nesta idade um mar ascendente de lembranças: eles não possuem mais lembranças de sua infância de que quando eram adultos: porém sentem que, na sociedade, não possuem nada melhor a fazer agora do que utilizar, para reconstituir o passado, todos os meios, dos quais sempre dispuseram, mas que não tiveram nem o tempo, nem o desejo de empregar.

É natural enquanto o quadro que nos oferecem deste passado se encontre um tanto

desfigurado, na medida em que, no momento em que o reconstituem, não julgam imparcialmente o presente. Este trabalho de reconstrução se efetua, simultaneamente, sob a influência de toda a sociedade e sob a pressão dos prejulgamentos e preferências da sociedade dos idosos. Mas não é mais do que um fato mais geral de que devemos abordar agora. Não apenas os velhos, porém o conjunto dos homens (de forma desigual, bem entendido, segundo a idade, o temperamento, etc.) adota instintivamente, em relação ao tempo passado, a atitude dos grandes filósofos gregos que punham a idade de ouro não no fim do mundo, mas no início. Mesmo que haja períodos de nossa existência que teríamos eliminado de bom grado, embora não tivéssemos certeza de que gostaríamos de recomeçar a nossa vida em sua totalidade, por uma espécie de miragem retrospectiva uma grande parte de nós persuade que o mundo de hoje em dia é mais incolor, menos interessante que o anterior, em especial em relação aos dias de nossa infância e de nossa juventude. Quase todos os escritores que escreveram

as impressões dos quinze ou vinte primeiros anos falam da gente e das coisas que viam e conheciam então, e mesmo sobre eles, sobretudo, com ternura. Todos não tiveram uma infância feliz, mesmo que tenham conhecido cedo a miséria abjeta, a brutalidade dos homens, a sua maldade e a sua injustiça, mesmo que tenham sido comprimidos duramente nas suas aspirações, ou, ainda, desviados e deformados por uma educação absurda. Ali tem que falar dos seus pais sem indulgência e, mesmo, com uma hostilidade e um ódio não disfarçados. Rousseau, ele mesmo, após relatar uma injustiça de que foi vítima por 10 anos, declara: “Este foi o término da serenidade de minha vida infantil. A partir deste momento deixei de gozar de uma felicidade pura, e sinto hoje em dia mesmo que a lembrança dos encantos de minha infância se detém ali”. Porém, no geral, e apesar das queixas, dos pesares e revoltas tenazes contra o que os acontecimentos trazem considerados na sua crua realidade, nos entristeça, nos indigna, ou mesmo nos terrifique, parece que tudo isso, o efeito que tudo

isso produz devia ser atenuado singularmente pela atmosfera vivificante que ele respirava então. Sobre os aspectos mais obscuros da existência parece que se arrastavam nuvens que os envolviam a metade. Este mundo distante, de onde recorda ter sofrido, não exerce menos uma atração incompreensível sobre o que houve e que parece ter deixado lá, e procurar nele, agora, a melhor parte de si mesmo. É porque, e sob reserva de algumas exceções, podemos dizer que a grande maioria dos homens é sensível, em momentos mais ou menos freqüentes, ao que se poderia chamar de nostalgia do passado.

De onde vem esta aparência ilusória? Mas, de início, é uma ilusão? Como disse Rousseau, a criança e o jovem homem, fracos absolutamente, são fortes relativamente, e mais fortes que o adulto, embora suas forças superem suas necessidades. Esta plenitude de vida implica uma plenitude de impressões. Quando somos mais velhos, e sentimos em nós suficiente energia orgânica, solicitados em distintos sentidos por todos os interesses que nascem da vida social, devemos limitar-nos. Às dificuldades

do exterior se acrescentam as que devemos nos impor. Nossas impressões apenas se dobram as formas impostas pela vida social sob a condição de perder uma parte de sua matéria. O pesar da natureza na sociedade, aí está onde se restabeleceria essencialmente a lamentação da infância no adulto.

Mas, de início, isto supõe que a lembrança de nossas impressões orgânicas antigas é bastante forte para poder aproximá-la de nossas sensações orgânicas atuais. No entanto, nada escapa mais à tomada de nossa memória do que o sentimento que tínhamos antes de nosso corpo. Por reflexão, em uma série de comparações objetivas, conseguiríamos nos garantir de uma diminuição de nosso tom vital. Contudo, uma comparação abstrata não explicaria o que não é um pesar refletido, senão um estado emocional profundo, um sentimento vivo e frequentemente pungente. Por outro lado, na ordem das valorizações sociais, a exuberância das forças físicas, a espontaneidade e a riqueza das sensações não passam para o primeiro plano: junto ao que

perdemos, a sociedade nos representaria o que adquiriríamos por ela, e nos obrigaria a preferi-lo.

Dir-se-á, então, que o lamento do passado descansa, com efeito, sobre uma ilusão, que é o trabalho da memória, ou mais exatamente, da imaginação. Após Bérqson, as lembranças reaparecem na medida em que podem guiar a nossa ação: neste sentido nos seria também útil recordar os acontecimentos infelizes como as circunstancias agradáveis da nossa vida passada. Não obstante, no caso do sonho, não é a ação, é o sentimento que chamaria as lembranças. No entanto, existem muitos sentimentos tristes, e outros suaves e alegres. Porém, é útil alimentar e aumentar estes e de reduzir e dissipar aqueles. É porque tomamos por hábito, sempre que nos encontramos em uma disposição emocional feliz, eleger em nossa memória as imagens que lhe são conformes, apenas reter destas imagens o que nos é agradável de considerar: é porque o sonho é uma seqüência de idéias e imagens agradáveis, geralmente. Existem muitos sonhos tristes, ocorre que um sentimento doloroso nos leve a

evocar lembranças que o mantém; porém, conseguimos geralmente distrair bem rapidamente nosso pensamento, por uma espécie de instinto vital que os descarta de tudo o que diminui ou absorve inutilmente as nossas forças, exceto nos casos quase patológicos. Assim se explicaria que esqueçamos os aspectos dolorosos do passado; é assim como a paixão amorosa transfigura a lembrança do ser amado, e não retém o que pode mantê-lo ela mesma.

Porém o sonho, mesmo quando composto, sobretudo, ou exclusivamente de lembranças, não se confunde com a memória. Ou melhor, o sonho como acabamos de defini-lo se distingue da forma da memória que Bérqson designa às vezes com o mesmo nome. Ele entende por efeito por isso não um arranjo e uma seleção de imagens-lembranças, mas a série cronológica destas imagens, tal como se conservam, após o sonho, na memória. Logo que a imaginação se apodera destas lembranças, e as modifica para fazer a matéria do sonho agradável, as transforma em lembranças-hábitos, as translada em todo caso de sua série cronológica: não alcança

realmente (na hipótese de Bérqson) até esta série, que permanece imutável, e contem todos os nossos estados, felizes ou tristes, independentemente do trabalho de eliminação ou de depuração no qual a imaginação entrega-se sobre ela. Se si declara agora que esta distinção importa pouco, que os homens, com efeito, quando evocam o passado, não para utilizá-lo, mas para revivê-lo, também não atingem esta última camada das imagens-lembranças, que se realizam no sonhar o passado, (no sentido que acabamos de dizer), responderemos que não existe, portanto, razão para admitir a conservação das imagens-lembranças no último plano da memória, dado que não serve para nada, e que o sonho não é mais do que um caso, entre outras coisas, de reconstrução de lembranças a partir do presente, e pelo jogo das noções e percepções que preenchem atualmente a consciência.

Compreenderemos melhor a natureza desta operação deformadora que se exerce sobre o passado, talvez, legitimamente, na ocasião do sonho, se não esquecermos que, mesmo no momento em

que nossa imaginação o reproduz, ele permanece sob a influência do meio social presente. Em um sentido, a memória contemplativa ou a memória-sonho nos ajuda a sair da sociedade: é um dos raros momentos em que conseguimos nos isolarmos completamente, já que nossas lembranças, particularmente as mais antigas, são bem nossas, e que os que poderiam lê-las em nós, da forma como nós mesmos o fazemos, ou desapareceram, ou se dispersaram. Contudo, se nos ocultamos deste modo da sociedade dos homens de hoje em dia, é para nos encontrar no meio de outros seres e em outro entorno, já que nosso passado se povoa das figuras dos que conhecemos. Neste sentido, não se escapa de uma sociedade a não ser na condição de opor a ela outra. Será belo ganhar a solidão, para tentar na natureza as consolações ou igualmente a indiferença que nossos semelhantes nos recusam: não nos prenderá e não nos reterá; não nos fornecerá o que esperamos dela, mesmo se cremos reencontrar nela os vestígios de humanidade, quer seus aspectos concordem com nossos sentimentos,

ou que a povoemos de seres metades reais e metades imaginários.

Deste modo, quando o homem crer encontrar-se só, frente a frente consigo mesmo, outros homens surgem, e, com eles, os grupos a que estão destinados. Nossas sociedades modernas impõem ao homem muitas dificuldades. Sem exercer sobre ele, com a mesma força, a mesma pressão unilateral que as tribos primitivas sobre seus membros penetram, contudo, e se insinuam no mais fundo de si mesmo, pela multiplicidade e pela complexidade das informações de qualquer tipo que o envolve. Aparentam, obviamente, respeitar a sua personalidade individual. Desde que pague com seus deveres essenciais, é livre para viver e para pensar a seu modo, formar as suas opiniões da forma como melhor entender. A sociedade parece pairar no limiar de sua vida interior. Porém sabe efetivamente que, inclusive, evade-se dela apenas aparentemente, e que, é nesse momento, onde parece pensar menos nela, que se desenvolvem melhor nele as qualidades de homem social.

Quais são os traços principais que distinguem a sociedade atual daquilo de onde retornamos em pensamento? Em primeiro lugar, não se impõe a nós, e somos livres para mencioná-lo quando quisermos, e para eleger, com antecedência, o período para o qual nos transportamos. Dado que as pessoas que conhecemos em diferentes épocas ou não eram as mesmas, ou não apresentavam o mesmo aspecto, depende de nós escolhermos a sociedade em meio a qual é conveniente nos reencontrar. Embora que, na sociedade atual, nosso lugar se determina bem, e, com ela, o tipo de dificuldades que sofremos, a memória nos dá a ilusão de viver em grupos que não nos aprisiona, e que apenas se impõem a nós à medida que os aceitamos. Permanece sempre, porém, o recurso, de que se certas lembranças nos obstruem e nos são um fardo, opuser-lhes o sentimento de realidade inseparável da nossa vida atual. Porém se pode ir mais longe. Não apenas podemos nos mover discretamente nestes grupos, e de um a outro, mas no interior de cada um deles, desde que decidimos permanecer em pensamento, não encontramos no

mesmo grau este sentimento de constrangimento humano que percebemos com intensidade hoje em dia. Isso vem de que os homens que nos recordamos não existem mais, ou, encontrando-se afastados, de forma mais ou menos, não nos representam mais do que a uma sociedade morta, e em todo caso, uma sociedade distinta da de onde vivemos e na qual a maior parte dos comandos está extinto. Existe incompatibilidade sob vários aspectos entre os constrangimentos de antes e os de agora. Resulta que não representamos mais que de forma incompleta e imperfeita aquelas. Podemos evocar lugares e tempos diferentes do lugar e do tempo que estamos, porque remetemos uns e outros para um quadro que totalmente os encerra. Porém, como poderiam sentir ao mesmo tempo constrangimentos de ordem social que não se atribuem? Aqui, apenas existe um marco que conta: o que está constituído pelos comandos da sociedade atual, e que excluem necessariamente outros. Entre eles os homens se estabelecem e se mantêm através das relações de amizade e solidariedade. São também, uns frente aos outros,

competidores: com muitos sofrimentos, temores, hostilidades e ódios. Porém, a concorrência atual substituiu a anterior; sabemos que uma e outra são incompatíveis. Os homens de hoje em dia nos preocupam para o futuro imediato ou distante: podemos esperar muito bem, e também muito mal, bem e mal, de outra parte, indefinidos. Homens de antes, cuja vida e atos se imobilizam agora em um marco bem definido, podemos provar a boa e a má vontade: porém, não esperamos já nada deles: não evocam em nosso espírito nem inquietude, nem rivalidade, nem desejo. Podemos não amá-los; não podemos, contudo, os detestar. Finalmente, os aspectos mais dolorosos da sociedade de outrora são esquecidos, porque o constrangimento é sentido apenas enquanto é praticado, e que, por definição, um constrangimento passado deixou de ser exercido. Mas cremos que o espírito reconstrói suas lembranças segundo a pressão da sociedade. Não é estranho que esta o determina a transfigurar deste modo o passado a ponto de lamentá-lo? Rousseau disse da religião cristã que: “Longe de ligar os

corações dos cidadãos ao Estado, os translada como todas as coisas da terra: não conheço nada mais contrário ao espírito social”. Não dirão a nossa volta: o culto do passado, longe de ligar os corações dos homens à sociedade, os translada: não existe nada mais contrário ao interesse da sociedade? Mas, primeiro, embora à vida terrestre o cristão prefira outra que, para ele é ao menos tão real quanto esta e que ele coloca no futuro, o homem sabe efetivamente que o passado não existe mais, e se vê obrigado a adaptar-se unicamente ao mundo real, que é onde vive agora. Retorna-se em direção ao tempo desaparecido apenas por intermitências, e não se tem nunca muito tempo. Por outra parte, como não ver que se o homem continuasse, na sociedade, como em um meio tenso, se o seu horizonte se limitasse ao conjunto de seus contemporâneos, e mesmo dos seus contemporâneos que o rodeiam sem a preocupação de se impor perpetuamente a ele para ajustar-se aos seus hábitos, seus gostos, suas crenças e seus interesses, ele poderia inclinar-se ante as leis sociais, porém as suportaria como uma dura e contínua

necessidade, e, apenas prevendo na sociedade um instrumento de dificuldade, nenhum impulso generoso e espontâneo o levaria em direção a ela? Não é, por conseguinte, mau que, quando se descansa da ação e volta-se, à maneira de um viajante, para reconhecer o caminho que percorreu, exista uma coisa qualquer de cansaço, que o esforço, a poeira levantada e a preocupação de chegar a tempo e ao objetivo lhe impediam de contemplar. Dirão que tal visão, de um ponto de perspectiva ligeiramente mais afastado, se ajusta mais à realidade? Pode ser. Quando julgamos mais tarde os que foram nossos companheiros, nossos amigos, nossos pais, somos às vezes mais justos para com eles. A sociedade, na atualidade, só nos revela, talvez, seus aspectos menos atrativos: é apenas a prazo, pela reflexão e pela lembrança, que nossa impressão se modifica. Descobrimos que os homens nos amavam ao mesmo tempo em que nos coagiam. O conjunto dos seres humanos não é senão uma realidade mais forte de nós mesmos, uma espécie de

Moloch¹² espiritual que nos reclama o sacrifício de todas as nossas preferências individuais: existe a fonte de nossa vida emocional, nossas experiências e nossas idéias, e existem também uma amplitude e uma profundidade de altruísmo que não suspeitávamos. Durkheim viu e distinguiu bem estes dois aspectos da sociedade. Se ele insistiu no início sobre o aspecto da coerção, é que no principiar de uma ciência se faz necessário definir provisoriamente os fatos a firmar, exteriores e fáceis de apreender. Como o sentimento de alegria expressa, quando se desprende no homem de ação da sociedade, existe uma coincidência e fusão parcial entre as tendências individuais e o costume social, e nos sentimentos de dor ou de constrangimento, ao contrário, existe entre eles uma oposição pelo menos parcial, que reconhecem os fatos sociais que se impõe a nós e nos coagem. Mas Durkheim

¹² Na tradição bíblica, Moloch é um deus da tribo dos Amonitas, uma das etnias de Canaã, que exigia o sacrifício dos seus recém-nascidos e para o qual eram lançados vivos em uma fogueira permanentemente acesa (NdoT).

reconheceu que não há prática coletiva que não exerça sobre nós uma dupla ação, que as forças sociais se orientam frequentemente no sentido de nossos desejos, e que em todo caso eles aumentam e enriquecem nosso ser individual em todas as maneiras de sensibilidade e em todas as formas de pensamento que tomamos de empréstimo aos outros homens. É bastante natural que, quando os sentimentos de constrangimento desaparecem, tudo o que havia de benéfico no nosso contato com os grupos humanos surja, a ponto de, nesses momentos, descobrirmos a extensão da nossa dívida em relação aos homens que se misturaram à nossa vida, e quase lamentamos não a termos reconhecido quando ainda tínhamos tempo. Deste modo, em um sentido, o quadro que reconstruímos do passado nos dá uma imagem da sociedade mais de acordo com a realidade. Porém, em outro sentido, a forma como esta imagem deveria reproduzir a percepção antiga é inexata: é incompleta, na medida em que se reduzem as características desagradáveis que a embaralham ou, a sobrecarregam, já que a ela se acrescentam

algumas novas características que não observávamos. De todo caso, interessa a sociedade em descobrirmos assim, a partir de uma visão retrospectiva, os tesouros da benevolência que carrega, mas que são contidos enquanto tiver necessidade de afirmar a sua autoridade. Compreende-se que nos convida a esquecer a aspereza da concorrência como os rigores das leis no passado, agora que nem os competidores, nem as obrigações são as mesmas. Porque, embora os homens rememorados não se confundam com aqueles com os quais nos chocávamos e que estávamos lado a lado a cada dia, ambos participam da natureza humana, e é uma mesma sociedade contínua que os compreende. Dobramo-nos às suas durezas e a perdoamos, na medida em que se cremos lembrar que no passado ela nos poupou. Apreende os homens de uma forma às vezes tão brutal, que podem ser levados a desinteressarem-se e se desviarem. A respeitarão, ao contrário, e se ligarão nela tanto que reencontrarão a imagem idealizada nos hábitos e nas maneiras antigas de viver, hoje

desaparecidos. Homens que apenas pedissem à memória para iluminar a sua ação imediata e para que o prazer puro e simples de evocar o passado não existiria porque se pintaria a seus olhos as mesmas cores do presente, ou, simplesmente, porque seriam incapazes e não possuiria em nenhum grau o sentido da continuidade social. É porque a sociedade obriga aos homens, de vez em quando, não apenas a reproduzir em pensamento os acontecimentos anteriores de sua vida, mas também retocá-los, cortá-los, complementá-los, para que convencidos, no entanto, de que as suas lembranças são exatas, dêem a elas um prestígio que não possuía na realidade.

[Tradução de **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**]

BONAMIGO, Zélia Maria. Luto e fotografia em Koury: Uma resenha. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 692 a 699, dezembro de 2008. **RESENHA**

Luto e fotografia em Koury: Uma resenha.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro, *Amor e dor: Ensaios em Antropologia Simbólica*, Recife, Edições Bagaço, 2005.

O livro: “*Amor e dor: ensaios em antropologia simbólica* (Recife, Editora Bagaço, 2005), do antropólogo Mauro Guilherme Pinheiro Koury é uma coletânea de artigos que trata de um tema transversal que é o luto, o sentimento de perda de alguém pela morte. Um tema visto sob a ótica da antropologia, que perpassa não só as interfaces das demais Ciências Sociais, mas,

também, os domínios da filosofia, da biologia, da psicologia e, sobretudo, da psicanálise. Nele, se busca compreender através do sentimento do luto e da dor da perda, o homem na modernidade ocidental em seus processos de constituição, bem como nas várias formas societárias e culturais existentes, tendo por especificidade o caso brasileiro.

Enquanto a análise psicológica e psicanalista se baseia no entendimento da *psíque* do sujeito individual, a antropologia trata do processo de constituição cultural e social dos afetos, tendo os indivíduos como construtores e agendadores deste processo, enquanto subjetividades em trocas sociais através de um arcabouço objetivo que constitui a base de ação dos sujeitos na interação, também por eles construídos, e que informam a base de uma tradição orientadora da ação.

O estudo da constituição dos afetos não é recente na antropologia. Marcel Mauss, no artigo *A expressão obrigatória dos sentimentos*, e Émile Durkheim, no livro *As formas elementares da vida religiosa*, já os discutiam no processo de constituição da civilidade enquanto bem simbólico. A constituição das paixões na sociedade ocidental, enquanto experiências e categorias vividas e analíticas caminharam em sentido diferente das de outras formas civilizatórias. Ao contar a história das paixões, se amplia a possibilidade de entendimento dos caminhos que levaram à configuração do homem ocidental de hoje. Paixões e afetos perpassam a angústia de respostas do homem de se encontrar consigo, com a natureza, com o sobrenatural e estão prenhes de sentidos que configurariam na esfera da ciência, a teoria do conhecimento, enquanto instância simbólica e civilizatória.

O livro de Koury pode-se dizer, é interessante a partir da capa. A capa do livro é uma gravura de Goya intitulada *El amor y la Muerte*. Esta gravura retrata a cena de uma mulher que segura nos braços comovida, carregada pelo sofrimento, o seu amante agonizante após um duelo: seguramente tendo sido ela a motivação do enfrentamento. A capa do livro, assim, introduz a cena, onde se retrata o sofrimento e o trabalho de luto e suas representações nas sociedades ocidentais.

O livro conta a história dos afetos pelo uso do instrumento fotografia no processo de luto, no contexto do Brasil urbano. Como ocorre essa relação?

Koury explica que a fotografia foi e é um instrumento significativo da percepção burguesa de apropriação de tempos e espaços, e da natureza e dos afetos. A sua pretensa

objetividade na captação de instantes, do que Barthes chamaria de um aqui e agora aprisionado no instantâneo fotográfico, permitiu a ilusão burguesa de apropriação e coleção. A fotografia familiar ou íntima faz parte desse processo. Os indivíduos procuram rememorar os seus passados e situações através da sentimentalidade que emana das fotos guardadas em álbuns, paredes, caixas, malas, móveis vários, etc, como coleção, onde se permite reter apenas o passado que se quer guardar, desprezando circunstâncias, acontecimentos e visões de si mesmo que se quer ignorar ou esquecer.

Para o antropólogo, uma das mudanças mais significativas se dá em torno da impessoalidade e da solidão que parece emergir das novas formas de sociabilidade no Brasil urbano dos anos de 1970 em diante. E da ambigüidade com que esta nova impessoalidade parece agir nos

sujeitos, enquanto indivíduos e enquanto pessoas em troca no social.

Koury explica que em processos como o do luto, esse elemento parece apresentar-se com maior força. Embora já tivesse tratado sobre o tema no livro *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto* (Petrópolis, Vozes, 2003), no livro *Amor e dor* o autor retoma essa análise, tendo ao fundo a fotografia como instância mediadora e relacional em quatro casos escolhidos nas 243 entrevistas utilizadas no livro *Sociologia da emoção*. Em uma sociedade em que as formas mais pessoalizadas do agir social fragmentaram-se, produzindo em seu lugar formas mais impessoais de ação, a fotografia íntima funciona como organizadora de novos códigos que ligam ou situam o indivíduo enquanto pessoa, enquanto laços sociais que lhe dão possibilidade de assumir o sentimento de pertença, de pertencer a algo ou alguém, de

mostrar linhagens. O livro aborda relações entre individualismo, indivíduo e mercantilismo.

Com base no texto de Simmel, *A filosofia do dinheiro* o autor descreve a emergência do indivíduo na modernidade constituída de dois movimentos: sua autonomia, ao se desfazer das amarras da tradição, que o permite voar para dentro e fora de si, e, por outro lado, a ascendência dos laços impessoais e de concorrência, que afastam os indivíduos uns dos outros, devido ao mercantilismo e à noção de práxis, do dinheiro enquanto novo deus *ex-machina*, o que diminui o valor de sua liberdade, uma vez que tudo pode ser comprado e comparado, inclusive os homens. A esse novo movimento se dá o nome de individualismo, reino do indivíduo enquanto instância estatística ou corpórea, competitivo, que sacrifica a autonomia (ou a confunde) com o ganhar mais, como reter mais e mais apropriadamente.

O livro é recomendado pelo seu estilo, que foge em muito dos tratados acadêmicos, sem perder, contudo, o rigor analítico. É recomendado, também, pela atualidade do seu conteúdo, em uma sociedade marcada pela mudança rápida do comportamento cotidiano e que deixa marcas ambíguas e difíceis em seu povo.

Zélia Maria Bonamigo

CORREIA, Luiz Gustavo Pereira de Souza. Por uma antropologia dos sentidos: Resenha. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 700 a 709, dezembro de 2008. RESENHA

Por uma Antropologia dos Sentidos: Resenha

LE BRETON, David. El sabor del mundo – Una antropología de los sentidos. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2007, 367 p.

“El mundo es la emanación de un cuerpo que lo penetra. (...) Antes del pensamiento, están los sentidos” (p.11). Com essas frases, ainda no primeiro parágrafo do livro, David Le Breton inicia mais uma das críticas ao pensamento de Descartes e sua influência nas

noções de corpo no imaginário ocidental. O objetivo de sua afirmativa, “sinto, logo existo”, é estabelecer as bases de uma antropologia dos sentidos focada no papel da orientação cultural e das experiências pessoais nas percepções sensoriais, entendidas como sensibilidades individuais ou projeções de significados do indivíduo sobre o mundo a partir das suas relações com o entorno, das suas formas de comunicação e percepção, enfim, do seu engajamento corporal no mundo.

Ao tratar da corporeidade e o conhecimento do mundo, Le Breton retoma contribuições de duas obras fundamentais de Maurice Merleau-Ponty: *Fenomenologia da Percepção* (1999) e *O visível e o invisível* (1999a). Merleau-Ponty mostra em *Fenomenologia* a relação entre o corpo e o espaço exterior na dinâmica das percepções

sensoriais, pois é no movimento, na prática que a espacialidade do corpo se realiza. Segundo o autor, "o movimento não se contenta em submeter-se ao espaço e ao tempo, ele os assume ativamente, retoma-os em sua significação original" (1999, p. 149). O homem se efetiva pela ação do corpo no tempo e no espaço. O corpo habita o tempo e o espaço e essa é a condição humana do conhecimento. Para Le Breton, isso é essencial para refletir sobre a tomada de consciência sensível do mundo, a inscrição do homem no seu entorno e a elaboração simbólica do seu meio através das percepções sensoriais.

Se o corpo tem a mesma carne que o mundo, como propõe Merleau-Ponty em *O Visível e o invisível* (1999a), "a carne é a via de abertura para o mundo", sugere Le Breton (p. 21). O corpo não é então um limite ao

conhecimento do mundo pelo espírito. É, pelo contrário, a forma do homem experienciar o mundo e a si próprio, agir e atribuir significado à concretude do mundo e reconhecer a si mesmo como um ser, “uma criatura de sentido” (p. 22), a partir do sistema simbólico que vivencia. Conceitua, assim, o corpo em atividade de conhecimento como condição de entrelaçamento do homem com o mundo através dos fluxos de sentidos. Em suas palavras, “frente al mundo, el hombre nunca es un ojo, una oreja, una mano, una boca o una nariz, sino una mirada, una escucha, un tacto, una gustación o una olfacción, es decir, una actividad” (p. 22).

O indivíduo se apropria simbolicamente do mundo através de suas percepções, suas projeções de significados sobre o mundo. As percepções sensoriais são tidas por Le Breton

como interpretações pessoais do universo de sentidos resultantes da experiência do sujeito a partir da sua localização social e dos códigos simbólicos que compartilha. Cada sociedade configura um modelo sensorial próprio, particularizado pelas experiências e vinculações dos indivíduos que a constituem. Ou seja, qualquer socialização é uma restrição da sensorialidade possível e, sendo assim, “experimentar el mundo (...) es percibilo com su estilo propio em el seno de una experiencia cultural” (p. 14). As percepções, sejam olfativas, visuais, auditivas, tácteis ou gustativas, remetem às memórias e emoções fundantes do enraizamento dos indivíduos no mundo social como marcas da experiência decodificadas pelo sistema simbólico. Os dados sensíveis são referenciados por eventos significativos da vivência do indivíduo e, dessa forma, distendem

o tempo pela via da rememoração, da evocação de diversas emoções possíveis.

Tais propostas estimulam investigações que tenham o corpo como matriz da identidade, com vistas às relações e fronteiras em jogo no social dinamizadas pelas atividades de interpretação e expressão sensoriais. Para Le Breton, o antropólogo deve se abrir às outras culturas sensoriais, estranhar seus sentidos, e, nesse desprendimento perceptivo, acessar outras maneiras de sentir o mundo (p.16). O antropólogo tem o papel de se colocar como outra percepção possível nesse universo de sentidos, de buscar compreender os significados das trocas permanentemente agenciadas pelos sujeitos em suas relações intersubjetivas.

Ao longo do livro o autor expõe um extenso mosaico de dados ilustrativos sobre o papel das percepções nas mais diversas sociedades e épocas como forma de dar sustentação a suas argumentações. Aponta inúmeras direções abertas para explorações no universo das sensibilidades - algumas já mais percorridas que outras. Desde o longo processo histórico que edifica a hierarquização do universo sensorial no mundo ocidental e confere à visão o papel de metáfora do conhecimento, do esclarecimento à visão de mundo, até o cafuné e a sensualidade própria dos negros no Brasil escravagista, da repugnância como emoção socialmente construída e simbolicamente elaborada ao universo acústico próprio a cada comunidade humana,

o autor apresenta elementos e inspirações para a antropologia dos sentidos.

Em sua análise sobre a supremacia do olhar em relação aos outros sentidos corpóreos no ocidente, Le Breton reconstrói o processo de configuração da idéia de individualidade relacionado à visão. Busca então na Renascença a celebração da visão, a maior instância das atividades sensoriais e, em conseqüência, a estigmatização da cegueira como a maior das invalidezes, a impossibilidade efetiva de qualquer lucidez ou discernimento. Como "janela da alma", a visão ganha a partir de então o estatuto de sentido primordial pela importância do distanciamento, da diferenciação entre o eu e o nós, que tem nas biografias e retratos, bem como nos auto-retratos característicos desta época, seu traço revelador. A demarcação do

individual na sociedade ganha forma simultaneamente à elevação da visão ao posto de sentido “mais nobre” por ser o sentido próprio da distinção. Pelo distanciamento, “la vista cobra importancia en detrimento de los sentidos de la proximidad, como el tacto, el olor o el oído. El progresivo alejamiento del otro a través del nuevo estatuto del sujeto como individuo modifica asimismo el estatuto de los sentidos” (p. 37).

A epígrafe e o encerramento do livro – nomeado *ouverture* - são citações de Marcel Proust em *No caminho de Swann*, inspiração para leituras e reflexões sobre sensibilidades e emoções, memórias impregnadas no corpo em sua trajetória pelo mundo, recordações da “inesgotável profusão” de estímulos experienciada, envolvidas pelo encanto do

vivido que revelam a consciência “amarga e doce” das limitações humanas (p. 345). Assim é também, afirma Le Breton, o antropólogo em seu ofício. Leves toques na aproximação da infinitamente profunda dimensão do humano, mas com a consciência do seu encanto pelo efêmero, pelos deslocamentos e retornos tão inúteis quanto plenos de significados, para quem a investigação vale por si mesma, pois a percorre, como Proust, com “a emoção à flor da pele” (Idem).

Referências

- MERLEAU-PONTY, Maurice. (1999). *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo, Ed. Martins Fontes.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. (1999). *O visível e o invisível*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- PROUST, Marcel. (2001). *No caminho de Swann*. Rio de Janeiro, Ed. Globo.

Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia

Sobre os Autores

Birgitt Rötter-Rössler – Doutora em Antropologia e Pesquisadora do Max-Planck-Institut für ethnologische Forschung (Halle – Alemanha) - Departamento I Integration und Konflikt.

Jacques Derrida - (1930-2004) foi o criador do método da desconstrução, e um um dos mais importantes e polêmicos filósofo francês contemporâneo.

Márcio da Cunha Vilar - doutorando em antropologia no Instituto de Etnologia da Universidade de Leipzig (Alemanha).

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Coordenador do GREI – Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem e do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

Pierre Aderne Chamber – Doutor em Sociologia e Professor do departamento de Développement social et analyse des problèmes sociaux da UQAR - Université du Québec à Rimouski.

Túlio Cunha Rossi – Mestre em Sociologia pela UFMG e tutor do programa de ensino à distância da PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

EDITOR E CONSELHO EDITORIAL

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

· Editor: **Mauro Guilherme Pinheiro Koury** ·

· **CONSELHO EDITORIAL** ·

Alain Caillé (Université Paris X/M.A.U.S.S. - França) - **Alda Motta** (UFBA) - **Bela Feldman Bianco** (UNICAMP) - **Comelia Eckert** (UFRGS) - **Danielle Rocha Pitta** (UFPE) - **Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes** (UFC) - **Evelyn Lindner** (University of Oslo - Noruega) - **Luiz Fernando D. Duarte** (UFRJ) - **Maria Aminda do Nascimento** (USP) - **Mariza Corrêa** (UNICAMP) - **Myriam Lyns de Barros** (UFRJ) - **Regina Novaes** (UFRJ) - **Ruben George Oliven** (UFRGS) - **Thomas Scheff** (University of California - USA)

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

1. A RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção ISSN 1676-8965 é uma publicação quadrimestral, com lançamentos nos meses de abril, agosto e dezembro de cada ano.
2. Todos os artigos apresentados aos editores da RBSE serão submetidos à pareceristas conceituados para que emitam sua avaliação.
3. A revista aceitará somente trabalhos inéditos sob forma de artigos, entrevistas e comentários de livros. Exceto autores convidados ou artigos que o Conselho Editorial achar importante republicar.
4. Os textos em língua estrangeira, quando aceitos pelo Conselho Editorial, serão publicados no original, se em língua espanhola, francesa, italiana e inglesa, podendo por ventura vir a ser traduzido.
5. Todo artigo enviado à revista para publicação deverá ser acompanhado de uma lista de até seis palavras-chave que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo informativo em português, com versões em inglês e francês, com 100 palavras no máximo, onde fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.
6. Deverão ser igualmente encaminhados aos editores dados sobre o autor (filiação institucional, áreas de interesse, publicações, entre outros aspectos).
7. Os editores reservam-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da revista,

respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os artigos expressarão assim, única e exclusivamente, as opiniões e conclusões de seus autores.

8. Os artigos publicados na revista serão disponibilizados on-line e CD-ROM. Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para o e-mail do **GREM** grem@cchla.ufpb.br (preferencialmente) ou para:

RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção
GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções
Ambiente dos Professores do CCHLA - sala 15
CCHLA / UFPB – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58 051-970 · João Pessoa · PB · Brasil
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

9. **Regras para apresentação de originais.** Os textos submetidos aos editores para publicação na revista Estudos Históricos deverão ser digitados em Word, fonte Times New Roman 12, espaço duplo, formato de página A-4. Nesse padrão, o limite dos textos será de 30 laudas (ou aproximadamente 50 mil caracteres com espaços) para artigos e 5 laudas para resenhas, incluindo-se as notas e referências bibliográficas. O arquivo deve ser enviado por correio eletrônico ou apresentado em disquete.
10. **Notas e remissões bibliográficas.** As notas deverão ser sucintas e colocadas no fim de cada página. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto. Da remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por dois pontos. Exemplos: Segundo Cassirer (1979:46), a síntese e a produção pelo saber... O eu que enuncia "eu" (Benveniste, 1972:32)...
11. **Referências bibliográficas.**

As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Deverão obedecer aos seguintes modelos:

- a. Tratando-se de livro:
 - i. Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
 - ii. Data da publicação;
 - iii. Título da obra (itálico);
 - iv. Número da edição;
 - v. Local de publicação;
 - vi. Nome da editora.
 - vii. Exemplo: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2007). *Sofrimento social: Movimentos sociais na Paraíba através da imprensa, 1964 a 1980*. João Pessoa, Editora Universitária / Edições do GREM.
 - b. Tratando-se de artigo:
 - i. Sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome;
 - ii. Data da publicação;
 - iii. Título do artigo entre aspas;
 - iv. Nome do periódico por extenso (itálico);
 - v. Local de publicação;
 - vi. Volume e número do periódico;
 - vii. ISSN.
 - viii. Exemplo: WACQUANT, Loïc. (2007). "Notas para esclarecer a noção de habitus". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 6, n. 16, pp.5-11. ISSN 1676-8965.
12. Quadros, mapas, tabelas, mapas etc. deverão ser enviados em arquivo separado, com indicações claras, ao longo no texto, dos locais onde devem ser inseridos.

13. As fotografias deverão vir também em arquivos separados e no formato **jpg** ou **jpeg** com resolução de, pelo menos, 100 dpi.
-

· NORMS TO PRESENTATION OF MANUSCRIPTS ·

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

The RBSE is a review published every April, August and December with original contributions (articles and book reviews) within any field in the Sociology or Anthropology of Emotion. All articles and reviews will be submitted to referees. Every issue of RBSE will contain about seven or eight main articles and one to three book reviews. All manuscripts submitted for editorial consideration should be sent to GREM by e-mail or floppy disk and a print copy to the following address:

RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção

GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções

Ambiente dos Professores do CCHLA - sala 15

CCHLA / UFPB – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária

CEP 58 051-970 · João Pessoa · PB · Brasil

E-Mail: grem@cchla.ufpb.br

Manuscripts and book reviews typed one and half space, should be submitted to the Editors by e-mail, with notes, references, tables and illustrations on separate files. The author's full address and the institutional affiliation should be supplied as a footnote to the title page. Manuscripts should be submitted in Portuguese, English, French, Spanish and Italian, the editors can translate articles to Portuguese (RBSE's main language) in the interest of the journal.

Articles should not exceed 6000 words in length including notes and references, and book reviews 1000 words.

Edições do GREM, 2008.

Copyright © 2002 GREM

Todos os direitos reservados.

Os textos aqui publicados podem ser divulgados,
desde que conste a devida referência bibliográfica.

O conteúdo dos artigos e resenhas aqui publicados
é de inteira responsabilidade de seus autores.

A RBSE encontra-se indexada junto ao LANIC e ao LATINDEX

EXPEDIENTE

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

A RBSE - *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* é uma revista acadêmica do GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Tem por objetivo debater as questões de subjetividade e da categoria emoção nas Ciências Sociais contemporâneas.

The RBSE - *Brazilian Journal of Sociology of Emotion* is an academic magazine of the GREM - Group of Research in Anthropology and Sociology of Emotions. It has for objective to debate the questions of subjectivity and the category emotion in Social Sciences contemporaries.

Editor. Mauro Guilherme Pinheiro Koury

O GREM é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

Correspondência pode ser enviada para o seguinte endereço:

RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção
GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções
Ambiente dos Professores do CCHLA - sala 15
CCHLA / UFPB – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58 051-970 · João Pessoa · PB · Brasil

Ou através do e-mail: grem@cchla.ufpb.br

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/ GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções/Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal da Paraíba – v. 7, n. 21, Dezembro de 2008,

João Pessoa – GREM, 2008.

(v.1, n.1 – abril de 2002) Revista Quadrimestral ISSN 1676-8965.

1. Antropologia – 2. Sociologia – 3. Antropologia das Emoções – 4. Sociologia das Emoções – Periódicos – I. GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções. Universidade Federal da Paraíba

BC-UFPB
CDU 301
CDU 572

